

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

VITOR DE TOLEDO NASCIMENTO

**APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO
DE VITÓRIA (ES) DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19:
TRANSFORMAÇÕES, TENSÕES E PERMANÊNCIAS**

VITÓRIA
2023

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

VITOR DE TOLEDO NASCIMENTO

**APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO
DE VITÓRIA (ES) DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19:
TRANSFORMAÇÕES, TENSÕES E PERMANÊNCIAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGAU/UFES), como requisito final para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA

2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

N244a Nascimento, Vitor de Toledo, 1995-
Apropriações dos espaços livres públicos do Centro de Vitória
(ES) diante da pandemia de COVID-19 : Transformações, tensões
e permanências / Vitor de Toledo Nascimento. - 2023.
205 f. : il.

Orientadora: Eneida Maria Souza Mendonça.
Coorientadora: Clara Luiza Miranda.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Espaços públicos. 2. COVID-19, Pandemia de, 2020-. 3.
Solo urbano - Uso. 4. Sociologia urbana. 5. Antropologia
urbana. 6. Vida urbana. I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II.
Miranda, Clara Luiza. III. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Artes. IV. Título.

CDU: 72

VITOR DE TOLEDO NASCIMENTO

“APROPRIAÇÕES DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO
CENTRO DE VITÓRIA (ES) DIANTE DA PANDEMIA DE COVID-19:
TRANSFORMAÇÕES, TENSÕES E PERMANÊNCIAS”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 30 de março de 2023.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(membro interno – PPGAU/UFES)



Documento assinado digitalmente

JONATHAS MAGALHAES PEREIRA DA SILVA

Data: 11/04/2023 11:51:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva
(membro externo – PUC Campinas)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ENEIDA MARIA SOUZA MENDONCA - SIAPE 297736
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 10/04/2023 às 15:21

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/687403?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CLARA LUIZA MIRANDA - SIAPE 297819
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 10/04/2023 às 15:56

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/687467?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Às professoras Eneida e Clara, pelo grande aprendizado proporcionado.

Ao PPGAU/UFES, pela oportunidade dada.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão de bolsa.

A Sônia, Paulo Cezar, César Ricardo, Flávio, Ana, Bernardo, Arthur, Lucas, e mais tantos, por todo amor.

RESUMO

O advento da pandemia de COVID-19 impulsionou diversas transformações nas relações sociais materializadas nos espaços urbanos, amplamente impactando o cotidiano das cidades e dos espaços livres públicos. Discute-se, nessa pesquisa, a problemática das apropriações dos espaços livres públicos do Centro, bairro localizado no município de Vitória (ES), no recorte temporal de março de 2020 a junho de 2022. Parte-se da abordagem acerca da constituição da esfera pública na contemporaneidade, para investigar tensionamentos, permanências e deslocamentos proporcionados com a consolidação da pandemia. Objetiva-se analisar as transformações nas formas de apropriação dos espaços livres públicos do Centro de Vitória nesse cenário, diante do cotidiano reinventado pelo distanciamento social e as medidas de prevenção à COVID-19. Para tanto, recorre-se, metodologicamente, à realização de pesquisa bibliográfica; pesquisa documental na legislação estadual de gestão da pandemia aplicada no município de Vitória; e levantamento e análise de notícias dos acontecimentos nos espaços livres públicos do Centro na pandemia. Os resultados alcançados revelam transformações quanto aos usos desses espaços e suas dinâmicas socioespaciais, indo de uma primeira redução da circulação de pessoas no bairro, passando por uma gradual retomada de atividades e usos, e chegando a um panorama de ampliação do anseio quanto às apropriações dos espaços livres públicos. A análise destaca que não se nota ausência completa das formas de apropriação desses espaços, mas transformações ao longo do tempo. Porém, se observa a amplificação de conflitos quanto às apropriações realizadas, favorecidos pela alteridade característica do bairro, ocasião na qual o contexto epidemiológico corroborou para deslegitimar certos usos, principalmente os relacionados à cultura popular. Além disso, identifica-se uma gestão pública contraditória quanto ao combate epidemiológico, que em diversas instâncias priorizou o atendimento às demandas dos setores privados sobre o eficaz controle viral e o acesso democrático aos bens públicos. Conclui-se que os espaços livres públicos do Centro de Vitória mantêm sua importância enquanto locais de anseio pela apropriação, mas também da materialização de conflitos e dissensos.

Palavras-chave: espaços livres públicos; pandemia de COVID-19; apropriação urbana; práticas sociais; Centro de Vitória (ES).

ABSTRACT

The uprise of the COVID-19 pandemic has driven several transformations in social relations materialized in urban spaces, intensely impacting everyday life in cities and public spaces. This research analyses the problem of the appropriation of public spaces in Centro, a neighborhood located in Vitória, Espírito Santo, Brazil, in the selected time period of march 2020 to june 2022. It starts with the debate about the constitution of the public sphere in the contemporary age, to then investigate social tensioning, displacements and permanencies caused by the consolidation of the pandemic. The objective is to analyze the transformations in the forms of appropriation of public spaces in Centro de Vitória among this scenario, amidst the reinvention of everyday life caused by social distancing and COVID-19 preventive measures. In order to achieve this purpose, methodologically, it was developed a bibliographical research; a documental research based on the regional laws and regulation applied in Vitória regarding the public epidemiological management; and survey on news and articles concerning the public spaces of Centro de Vitória in the pandemic. The achieved results revealed gradual transformations related to the use of these spaces and to their social-spatial dynamics, from a reduction in the concentration of people in the neighborhood, to a progressive return of activities and uses of public spaces, to the point of aspiration towards the appropriation of public spaces, at the end of the period. Evidence demonstrates that the forms of appropriation of these spaces did not completely withdraw, but rather gradually transformed throughout the period. However, it is observed that the conflicts regarding the appropriation operated in these areas were amplified, propelled by the characteristic alterity of the neighborhood, occasion in which the epidemiological context justified the delegitimation of certain uses, especially the ones related to popular culture. Moreover, it was identified that the public management regarding the pandemic was contradictory in the epidemiological aspect, and it prioritized, in several instances, the fulfillment of private interests over effective viral control and democratic access to public spaces. In conclusion, it is argued that the public spaces of Centro de Vitória preserve their relevance as places of aspiration for appropriation, but also as places that materialize conflicts and dissents.

Keywords: public spaces; COVID-19 pandemic; urban appropriation; social practices; Centro de Vitória (ES).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Curvas epidêmicas de casos e óbitos acumulados até 21 de dezembro de 2021 no Espírito Santo.....	18
Figura 2 - Curvas epidêmicas de casos e óbitos acumulados até 11 de abril de 2022 no Espírito Santo.....	19
Figura 3 - Compilado de mapas de risco do Espírito Santo, de 19/04/2020 a 01/04/2022.....	20
Figura 4 - Diagrama esquemático do tema da pesquisa.....	21
Figura 5 - Aproximação ao recorte espacial.....	22
Figura 6 – Indicadores socioeconômicos do Centro de Vitória, em comparação com o município e a região metropolitana.....	52
Figura 7 – Modelo tridimensional do Centro de Vitória.....	54
Figura 8 - Espaços livres públicos do Centro de Vitória.....	56
Figura 9 - Praças do Centro de Vitória.....	57
Figura 10 - Praças de menor destaque na pesquisa empírica: Praça do Chafariz (a), Dom Luiz Scortegagna (b), Francisco Teixeira da Cruz (c), Hilderico Araújo (d), Irmã Josepha Hosanah (e), João Clímaco (f), Oito de Setembro (g), Pio XII (h), Presidente Getúlio Vargas (i).....	59
Figura 11 – Escadarias do Centro de Vitória.....	61
Figura 12 – Parque Moscoso.....	62
Figura 13 – Praça Costa Pereira em 2019.....	64
Figura 14 – Praça Ubaldo Ramalhete Maia em 2022.....	65
Figura 15 – Rua Sete de Setembro em 2022.....	66
Figura 16 – Avenida Jerônimo Monteiro em 2023.....	67
Figura 17 – Avenida Princesa Isabel em 2023.....	69

Figura 18 – Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes em 2023.....	70
Figura 19 - Aplicação de vacinas contra COVID-19 em Vitória entre 01/01/2021 e 27/06/2022.....	83
Figura 20 - Restrições por atividade ao longo da pandemia relacionadas à classificação de risco.....	92
Figura 21 - Baixa movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro na manhã do dia 17/03/2020, terça-feira.....	97
Figura 22 - Baixa movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro com a suspensão do comércio.....	98
Figura 23 - Movimentação de pedestres na Avenida Jerônimo Monteiro, próximo ao Sesc Glória, em 22/04/2020, quarta-feira.....	99
Figura 24 - Movimentação de pedestres na Rua Sete de Setembro em 22/04/2020, quarta-feira.....	99
Figura 25 - Movimentação de pedestres na Avenida Jerônimo Monteiro em 22/04/2020, quarta-feira: uso parcial de máscaras e funcionamento do comércio informal.....	100
Figura 26 - Apresentação virtual do projeto Café da Manhã com a Orquestra.....	101
Figura 27 – Imagem de Nossa Senhora da Penha erguida no caminhão do Corpo de Bombeiros.....	103
Figura 28 - Intervenção no monumento do Papa Pio XII.....	103
Figura 29 - Intervenção no monumento da Dona Domingas.....	104
Figura 30 - Protesto dos rodoviários em frente ao Palácio Anchieta, 2020.....	104
Figura 31 - Protesto dos rodoviários na Avenida Jerônimo Monteiro.....	105
Figura 32 - Aglomeração em frente ao banco Caixa.....	106
Figura 33 – Reabertura do comércio na Avenida Jerônimo Monteiro.....	107
Figura 34 - Movimentação cotidiana e falta de espaço na calçada da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes.....	108

Figura 35 - Ato simbólico pela volta do Restaurante Popular de Vitória, em frente ao Fórum de Vitória.....	109
Figura 36 - Protesto dos funcionários dos Correios na Praça Costa Pereira.....	109
Figura 37 - Protesto contra reforma administrativa na Praça Costa Pereira.....	110
Figura 38 - Fila para entrada no Fórum de Vitória.....	111
Figura 39 - Concentração de corredores na Avenida Beira-Mar, em frente à Praça Pio XII, para realização da Corrida das Luzes.....	112
Figura 40 - Kombi Literária da Editora Cousa na Rua Sete de Setembro.....	113
Figura 41 – Protesto dos rodoviários em frente ao Palácio Anchieta, 2021	114
Figura 42 - Folia de Reis “Seguindo a Estrela de Belém” nas ruas do Centro.....	115
Figura 43 - Feira da Rua Sete durante sábado de carnaval em 2021.....	116
Figura 44 - Movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro durante sábado de carnaval em 2021.....	116
Figura 45 - Movimentação na Praça Costa Pereira durante sábado de carnaval em 2021.....	117
Figura 46 - Movimentação na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes durante sábado de carnaval em 2021.....	117
Figura 47 - Aglomeração na Rua Sete de Setembro na noite de sábado do carnaval de 2021.....	118
Figura 48 - Aglomeração noturna na Rua Atílio Vivácqua.....	119
Figura 49 - Manifestação contra medidas restritivas de combate à pandemia em frente ao Palácio Anchieta.....	119
Figura 50 – Aglomeração provocada por fila em frente a sindicato.....	120
Figura 51 – Pessoas acompanham passagem da imagem de Nossa Senhora da Penha na Avenida Jerônimo Monteiro.....	121
Figura 52 – Projeção na fachada de edifício na Avenida Jerônimo Monteiro.....	122

Figura 53 – Comércio fechado na Rua General Osório, data e horário desconhecidos.....	122
Figura 54 – Movimentação comercial na Avenida Jerônimo Monteiro, data e horário desconhecidos.....	123
Figura 55 – Trechos da Rua do Lazer e da ciclofaixa no Centro.....	124
Figura 56 – Modelo virtual de exposição no Palácio da Cultura Sônia Cabral.....	125
Figura 57 – Ato dos trabalhadores dos Correios.....	128
Figura 58 – Faixas no antigo Hotel Imperial.....	129
Figura 59 – Manifestação do Dia do Estudante na Praça Costa Pereira.....	130
Figura 60 – Ato pedindo justiça por Milena Gottardi.....	130
Figura 61 – Ato de estudantes em frente à Fafi.....	130
Figura 62 – Protesto dos rodoviários no Palácio Anchieta.....	130
Figura 63 - Ato “Grito dos Excluídos” na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes..	131
Figura 64 – Protesto dos rodoviários na Avenida Vitória, chegando ao Centro de Vitória.....	131
Figura 65 - Apresentação musical na Casa 7 em 30 de outubro de 2021.....	132
Figura 66 – Ato em memória das vítimas de feminicídio na Praça Costa Pereira.....	133
Figura 67 – Ato de profissionais da saúde em frente ao Palácio Anchieta.....	134
Figura 68 – Evento para doação de alimentos ao lado da Catedral Metropolitana....	135
Figura 69 – Unidade móvel de testagem no Parque Moscoso.....	136
Figura 70 – Ato em homenagem a Lula Rocha na Praça Costa Pereira.....	137
Figura 71 – Evento “Baile Voador” no Clube Álvares Cabral.....	138
Figura 72 – Aglomeração na Escadaria da Piedade no carnaval, em 28 de fevereiro de 2022.....	139
Figura 73 – Ação policial na Praça Costa Pereira durante carnaval de 2022.....	140

Figura 74 – Manifestação no Dia Internacional da Mulher na Avenida Jerônimo Monteiro.....	141
Figura 75 – Evento “Vitória da Mulher” na Praça Costa Pereira.....	141
Figura 76 – Via Sacra no Centro.....	142
Figura 77 – Procissão de Domingo de Ramos no Centro.....	143
Figura 78 – Descida da Piedade na Rua Sete de Setembro.....	143
Figura 79 – Manifestação dos profissionais de Enfermagem na Avenida Jerônimo Monteiro.....	144
Figura 80 – Ato “Grito da Cultura” na Praça Costa Pereira.....	145
Figura 81 – Protesto dos indígenas na Avenida Jerônimo Monteiro.....	146
Figura 82 – Concentração do bloco Afro Kizomba na Rua Maria Saraiva.....	147
Figura 83 – Romaria dos Homens em frente à Catedral Metropolitana.....	148
Figura 84 – Protesto no Dia do Trabalhador na Praça Costa Pereira.....	149
Figura 85 – Concentração do Puta Bloco na Rua Maria Saraiva.....	150
Figura 86 – Apresentação musical na Escadaria São Diogo em 28 de maio de 2022.....	151
Figura 87 - Práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória entre 13/03/2020 e 31/12/2020.....	158
Figura 88 - Práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória entre 01/01/2021 e 31/12/2021.....	159
Figura 89 - Práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória entre 01/01/2022 e 30/06/2022.....	160
Figura 90 – Síntese das práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória durante o recorte temporal.....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1. A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA.....	29
1.1 Espaços livres públicos e relações entre habitantes e cidade na contemporaneidade.....	29
1.2 Cidade, espaços livres públicos e dinâmicas socioespaciais na pandemia de COVID-19.....	42
CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO DE VITÓRIA (ES).....	50
2.1 O Centro de Vitória: breve contexto histórico e socioeconômico.....	50
2.2 Espaços livres públicos em geral.....	56
2.3 Espaços livres públicos em destaque na pesquisa.....	62
CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DE GESTÃO E CONTROLE DA PANDEMIA DE COVID- 19 EM VITÓRIA (ES).....	71
3.1 Descrição.....	73
3.2 Análise.....	91
CAPÍTULO 4. RECONSTITUIÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO DE VITÓRIA (ES) DURANTE A PANDEMIA.....	95
4.1 Descrição.....	96

4.2 Análise.....	152
CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÕES, TENSÕES E PERMANÊNCIAS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	176
APÊNDICES.....	204

INTRODUÇÃO ¹

A pesquisa discute as dinâmicas socioespaciais urbanas (mais especificamente relacionadas às apropriações dos espaços livres públicos) na conjuntura da pandemia de COVID-19. Para tanto, recorre a um estudo empírico no Centro de Vitória, Espírito Santo, visando analisar tais dinâmicas nesse contexto territorial específico. Diante dos grandes impactos às cidades, em todo o mundo, resultantes da transmissão do vírus, coloca-se em foco, aqui, as transformações impulsionadas pela pandemia aos espaços livres públicos, sobretudo quanto às práticas sociais neles desempenhadas, partindo de um bairro histórico que concentra diversidade de usos e formas de apropriação desses espaços. Porém, para introduzir o tema, é necessário primeiramente contextualizar a doença e sua disseminação mundial.

Os primeiros casos resultantes de infecção pelo coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2) foram alertados à Organização Mundial da Saúde (OMS) em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China – ainda que no momento, a enfermidade não fosse identificada como COVID-19. Dois dias após a notificação do primeiro óbito decorrente da doença, em 11 de janeiro de 2020, foi identificado pela OMS também, o primeiro caso fora da China, na Tailândia, no dia 13 de janeiro (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Rapidamente o vírus se espalhou por diversos territórios em todos continentes do globo, alcançando a classificação de pandemia pela OMS em 11 de março de 2020 (UNA-SUS, 2020).

No Brasil, noticiou-se em 26 de fevereiro de 2020 o primeiro caso de COVID-19, na cidade de São Paulo, decorrente da introdução internacional do vírus por meio de um brasileiro com histórico recente de viagem na Itália (GOVERNO DO BRASIL, 2020). Em pouco tempo se notificavam também demais casos da doença em todos estados brasileiros: no Espírito Santo, foi divulgada a primeira ocorrência em 05 de março de 2020, na Grande Vitória, com uma paciente que igualmente vinha de uma viagem recente na Itália (G1 ES, 2020a).

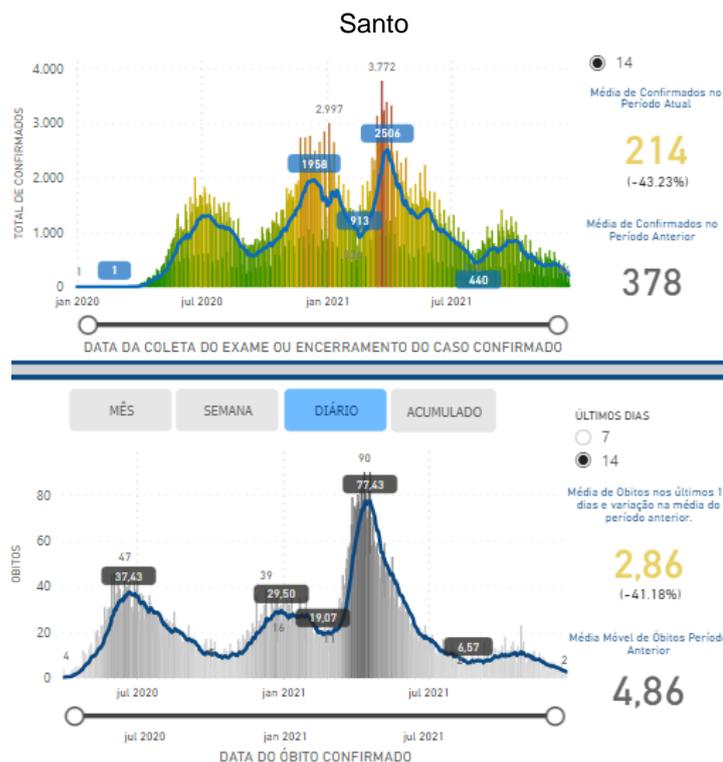
A partir do segundo semestre de 2020, iniciou-se na Rússia, China e Emirados Árabes a aplicação de vacinas contra a COVID-19, em regime emergencial – ainda sem a aprovação dos imunizantes na fase 3, conforme exigido pelas agências reguladoras

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

(VEJA, 2020) –, introduzindo um lento processo de mudança de panorama a partir do avanço da vacinação globalmente. Em dezembro de 2020, diversos outros países passaram a aprovar e iniciar a imunização da população, como Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, México, Argentina, Chile, países da União Europeia, entre outros (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). No Brasil, no entanto, a vacinação iniciou em 17 de janeiro de 2021, no estado de São Paulo (R7, 2021), e no Espírito Santo no dia seguinte, no município da Serra (G1 ES, 2021a), e progrediu gradativamente ao longo desse ano e de 2022, impulsionando gradual retomada de atividades nas cidades.

Ainda assim, ao final de 2021 – com dados de 21 de dezembro –, o Brasil acumulava o trágico quantitativo de 22.219.477 casos e 617.948 óbitos decorrentes da COVID-19, devido, por um lado, às características do próprio vírus – altamente transmissível e de considerável letalidade –, e por outro, em grande parte, como consequência da oposição do governo federal brasileiro à implementação de diversas medidas de controle epidêmico durante todo o período. No Espírito Santo, por sua vez, os dados acumulados ao final de 2021 (igualmente até 21 de dezembro) totalizavam 627.447 casos e 13.289 óbitos (PAINEL COVID-19, 2021), distribuídos em quatro ondas ao longo dos quase dois anos de pandemia, conforme visível nos gráficos da Figura 1.

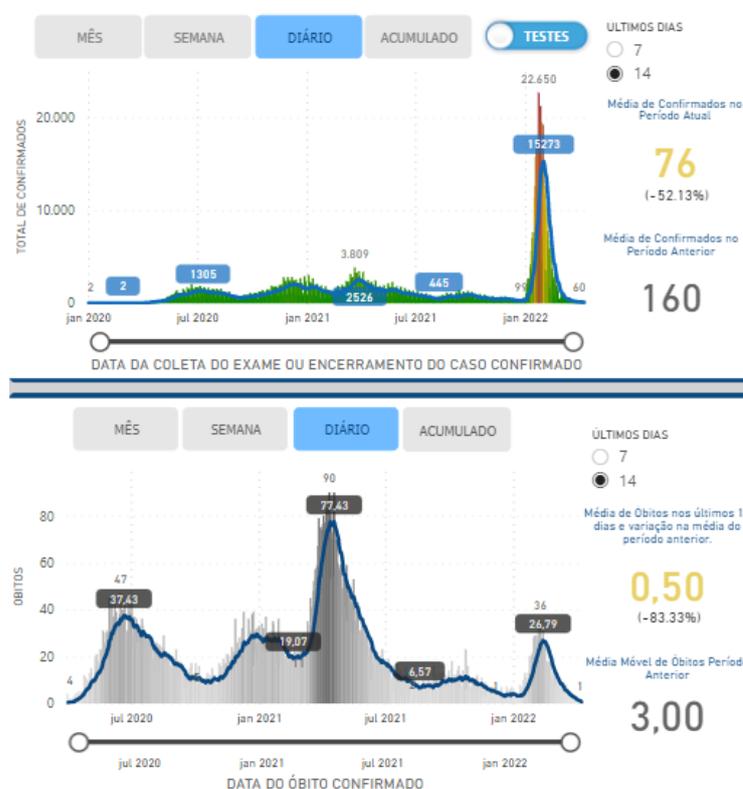
Figura 1 - Curvas epidêmicas de casos e óbitos acumulados até 21 de dezembro de 2021 no Espírito Santo



Fonte: Painel COVID-19 (2021)

Porém, a partir do início de 2022, o índice de casos de COVID-19 se transformou radicalmente, tanto no contexto nacional, quanto no estadual. Em decorrência da ampla disseminação da variante Ômicron, amplamente transmissível, presenciou-se um novo pico de casos, muito superior aos registrados anteriormente. Desse modo, acumulou-se até o dia 11 de abril de 2022, no Brasil, o índice de 30.161.205 casos e 661.327 óbitos (CNN BRASIL, 2022); já no Espírito Santo, até a mesma data, totalizavam-se o registro de 1.042.774 casos e 14.361 mortes (PAINEL COVID-19, 2022). A discrepância na intensidade dos picos de casos é visível no recorte estadual no gráfico da Figura 2. Todavia, nota-se que a curva relativa aos óbitos não acompanhou a elevada subida na mesma proporção. Para além, enquanto o número de casos no estado teve um aumento de 66% de 21 de dezembro de 2021 a 11 de abril de 2022, a ampliação da mortalidade foi de 8%. Essa desproporção decorre tanto da menor letalidade da variante Ômicron, a despeito de sua maior transmissibilidade, quanto do efeito do avanço da vacinação ao longo de 2021.

Figura 2 - Curvas epidêmicas de casos e óbitos acumulados até 11 de abril de 2022 no Espírito Santo

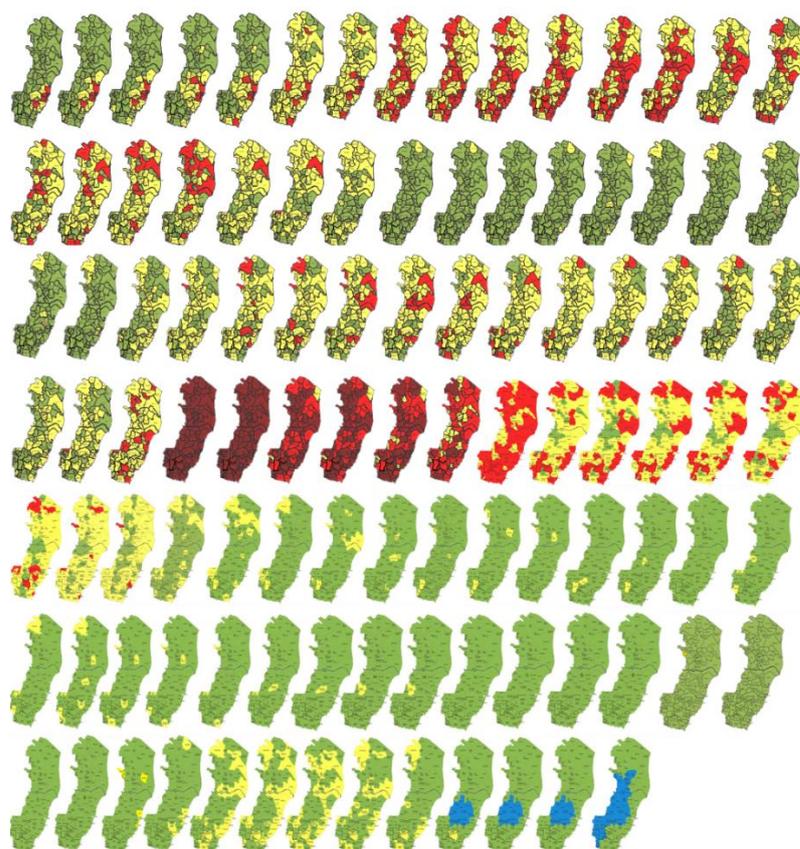


Fonte: Painel COVID-19 (2022)

Diante desse cenário, no contexto espírito-santense, o governo estadual implementou medidas de controle e prevenção da COVID-19, com níveis variantes de rigidez e

flexibilização, como a suspensão de determinadas atividades e a definição de protocolos preventivos de higiene e distanciamento. Para tanto, ampararam-se principalmente na estratégia do mapeamento de risco, que classificava o nível de risco de cada município de acordo com sua situação epidemiológica recente, e estabelecia medidas qualificadas correspondentes. Observando a Figura 3, que compila todas classificações de risco no Espírito Santo – com risco muito baixo em azul, baixo em verde, moderado em amarelo, alto em vermelho e extremo em vinho –, nota-se uma difusão da Região Metropolitana da Grande Vitória para outros municípios, ao início, e diferentes períodos de agravamento da doença, de modo heterogêneo no território, a partir de então, com agravantes nos limites com estados vizinhos e atingindo a situação mais crítica em relação à abrangência territorial de extremo risco, por volta da metade do período retratado.

Figura 3 – Compilado de mapas de risco do Espírito Santo, de 19/04/2020 a 01/04/2022



Fonte: Adaptado de NIEE (2021)

Esse contexto de gestão e controle da pandemia simbolizou investidas numa redução da circulação no espaço urbano – ainda que amplamente flexibilizadas com o passar

do tempo, comprometendo o eficaz controle epidêmico –, em certa medida transformando o cotidiano das cidades, que passaram a lidar com novas situações, relativas ao distanciamento social, distanciamento físico, ampliação da higienização, uso de máscaras, e posteriormente, vacinação em várias doses e conforme faixa etária².

Diante dessa conjuntura, ressalta-se o tema das apropriações dos espaços livres públicos, compreendidas como fenômenos sociais resultantes do contato entre habitantes e de habitantes com a cidade. O esquema da Figura 4 expõe as principais questões trabalhadas na pesquisa: o estudo das formas de apropriação pela compreensão das dinâmicas sociais (habitantes – círculo azul) e urbanas (cidade – círculo vermelho), trazendo centralidade às problemáticas do cotidiano, dos espaços livres públicos e da esfera pública, na perspectiva da alteridade. A pandemia de COVID-19, juntamente com o recorte territorial elencado, serve como quadro delimitador do tema em questão. Dessa forma, não se intenciona abordar a pandemia de COVID-19 sob uma perspectiva epidemiológica, mas sim tomar esse contexto como base para analisar o tema das apropriações urbanas – relacionadas também à gestão dos usos e atividades na cidade diante da pandemia, com destaque à questão do direito à apropriação dos espaços livres públicos, suas perspectivas e limitações.

Figura 4 - Diagrama esquemático do tema da pesquisa



. Fonte: Elaborado pelo autor

² As formas de atuação do governo estadual para enfrentamento à pandemia de COVID-19, além de serem discutidas adiante, no capítulo 3, também foram mais profundamente exploradas em dois artigos com publicação pendente elaborados como resultado da pesquisa Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS – Arranjo 1).

A abordagem foi pensada na conjuntura do estado do Espírito Santo, mais especificamente no município de Vitória, capital estadual inserida no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória (abreviada como RMGV), que também abrange os municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Guarapari e Fundão. Para realização de uma investigação empírica, elencou-se como recorte espacial o Centro de Vitória (Figura 5), bairro localizado junto à Baía de Vitória cuja história remonta ao início da ocupação do município no século XVI, e que atualmente conta com uma considerável diversidade de usos e formas de apropriação socioespaciais. Nesse contexto, é proposta uma abordagem em duas escalas, correlacionadas a diferentes procedimentos metodológicos, buscando trazer simultaneamente uma visão mais ampla, municipal, no tocante à legislação vigente de enfrentamento à pandemia, e uma perspectiva aproximada nos espaços livres públicos do bairro, relacionada aos principais acontecimentos ao longo do período analisado, ambas sob um prisma diacrônico. Destaca-se que o recorte temporal da pesquisa corresponde ao período compreendido entre o início da pandemia e o final da coleta dos dados empíricos, ou seja, de março de 2020 a junho de 2022.

Figura 5 - Aproximação ao recorte espacial



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018 e IJSN/2010

Em relação à pandemia, dados do Painel COVID-19 (2022) revelam que o município de Vitória concentrou, até 11 de abril de 2022, 110.237 casos e 1.408 óbitos decorrentes da doença, com taxa de letalidade de 1,3%. Nesse contexto, o bairro Centro foi, em termos absolutos, o sexto bairro com maior número de casos (3.399), e o quinto com maior índice de mortes (54). Todavia, trata-se do sexto bairro mais populoso do município, de acordo com os dados do Censo IBGE de 2010. Portanto, percebe-se que o panorama epidemiológico geral do Centro de Vitória foi próximo da média municipal, sem grandes disparidades.

A **justificativa** da pesquisa se dá pela pandemia de COVID-19 ter simbolizado nos tempos recentes um rompimento, ainda que mutável, de diversas dinâmicas sociais presentes no cotidiano das cidades, introduzindo um novo elemento que transformou a vida dos habitantes. Tornaram-se realidades habituais para muitos a necessidade de distanciamento e isolamento social, o uso de máscaras, a maior cautela com higienização e aglomerações, o distanciamento físico de outros indivíduos, entre outras medidas necessárias na contenção do vírus. Embora essa transformação tenha sido desigual, pouco afetando a rotina de alguns habitantes – ou por uma exclusão do direito de se prevenir diante de um recorte socioeconômico desfavorecido ou por descaso individual quanto à gravidade da situação –, é inegável que novos elementos passaram a constituir parte do cotidiano da vida nas cidades, afetando, de uma forma ou de outra, “as relações sociais que constroem o mundo concretamente” (CARLOS, 2017).

Nesse sentido, observaram-se diversas situações novas, como o esvaziamento de espaços livres públicos e a paralisação ou readequação de usos e formas de apropriação desses espaços, sobretudo nos primeiros momentos da pandemia; a redução do contato com a cidade e o fortalecimento da casa como espaço de trabalho; a transposição virtual de atividades presenciais e a amplificação do papel do ciberespaço no cotidiano urbano; a intensificação no uso de espaços externos, ao ar livre, em detrimento de ambientes internos, quando as atividades no meio urbano passaram a ser retomadas; entre outras. Trata-se de um contexto recente, que traz novas problemáticas à discussão sobre espaços livres públicos, como a questão da vitalidade, do acesso democrático, da experiência urbana e da alteridade, do papel desses espaços na vida contemporânea nas cidades, etc.

A pesquisa se justifica ainda diante das possibilidades de perpetuação do cenário de crise sanitária para o futuro, tornando necessário repensar como se constrói a vida pública – materializada na experiência da alteridade encontrada nas cidades, e mais fortemente nos espaços públicos – em contextos instáveis de relativo afastamento da cidade e de metamorfose do cotidiano. Há, ainda, incerteza de como serão os próximos desenvolvimentos da pandemia de COVID-19, sobretudo frente à consolidação de diversas variantes mais transmissíveis da doença, assim se estabelecendo a possibilidade da conformação como uma realidade duradoura. Ademais, diante das tendências a novos surtos epidêmicos disseminados mundialmente pelos velozes e incessantes fluxos globais contemporâneos, torna-se necessário pensar nos temas propostos não sob a perspectiva de um quadro atípico e rapidamente passageiro, mas como elemento recorrente que representa parte da realidade concreta das cidades.

Dentro dos estudos urbanos, a abordagem se faz necessária, pois foi nas cidades que a pandemia se desenvolveu mais fortemente e teve seus principais impactos. Trata-se de um tema com manifestações em todo globo, possuindo importância a elaboração de análises em diversos territórios. Embora haja estudos nesse sentido em nível internacional, nacional, e mesmo espírito-santense, não se identificam publicações que detalhem a problemática das apropriações dos espaços livres públicos no Centro de Vitória, ou mesmo no contexto estadual, na pandemia de COVID-19 – como é o foco da pesquisa.

Frente ao tema e sua justificativa, propõe-se o seguinte **problema de pesquisa**: como as formas de apropriação dos espaços livres públicos se modificaram com a pandemia de COVID-19, frente às transformações do cotidiano impulsionadas pelos novos contextos de distanciamento social? Nesse sentido, coloca-se como questionamento a ser verificado, se, diante de um contexto de certo afastamento da cidade e das dinâmicas da esfera pública, houve um enfraquecimento nas formas de apropriação dos espaços livres públicos e se, com isso, teriam se amplificados processos de atenuação da experiência urbana.

Como **objeto da pesquisa** empírica, como mencionado, são colocados em foco os espaços livres públicos do Centro de Vitória (ES), buscando representar no bairro um exemplo que se relacione à situação do município diante da pandemia de COVID-19,

mas que, ao mesmo tempo, permita abordar as questões específicas desse território quanto às dinâmicas e tensões nele presentes. A contextualização mais detalhada do bairro e dos seus espaços livres públicos – dentre os quais destacam-se praças, largos, áreas verdes, vias, escadarias e orla – é apresentada no capítulo 2.

A escolha do Centro de Vitória se justifica por se tratar de um bairro de alta importância histórica, cultural e urbana no contexto municipal, e que apresenta ampla diversidade de usos e características que influenciam nas formas de apropriação dos espaços livres públicos. Trata-se de um bairro que concentra, simultaneamente, movimentação comercial e vida noturna, destaque artístico e cultural (com teatros, museus, galerias e espaços culturais), expressividade política (enquanto palco de manifestações e atos), eventos sociais e festividades (como carnaval, festivais e procissões), etc. Tais atividades frequentemente se amparam no espaço público e fomentam apropriações socioespaciais da cidade, possuindo relevância no tema abordado. Nesse sentido, é notável que diversas dessas atividades foram impactadas e transformadas com o advento da pandemia de COVID-19, o que justifica o interesse em compreender de que forma esse processo se deu.

Quanto ao recorte temporal da análise, delimita-se como início a chegada da pandemia de COVID-19 no Espírito Santo, com as primeiras medidas de controle epidêmico por parte do poder público; e como fim o primeiro semestre de 2022, momento em que os indicadores epidemiológicos já começavam a delinear um panorama menos grave, ao fim do período. Dessa forma, a análise corresponde ao intervalo entre março de 2020 e junho de 2022.

Diante da contextualização do tema, do problema de pesquisa, da justificativa e do objeto, define-se o seguinte **objetivo geral**: explorar e analisar as transformações nas formas de apropriação dos espaços livres públicos do Centro de Vitória em meio ao cenário de pandemia, diante do cotidiano reinventado pelo contexto de distanciamento social e de medidas de prevenção à COVID-19. Ademais, são elencados quatro **objetivos específicos**:

1. Compreender o papel e as problemáticas dos espaços livres públicos na constituição da esfera pública contemporânea, destacando aspectos cívicos, perceptivos, de sociabilidade e de pertencimento

2. Sistematizar e analisar a gestão da pandemia de COVID-19 empenhada pelo governo estadual no município de Vitória
3. Identificar formas de apropriação dos espaços livres públicos do Centro de Vitória durante a pandemia de COVID-19 e as dinâmicas socioespaciais expressas nesse contexto urbano
4. Investigar as transformações, permanências e tensões que se colocaram no Centro de Vitória, sobretudo quanto aos seus espaços livres públicos, a partir do estabelecimento e consolidação da pandemia de COVID-19

Quanto à **metodologia**, para realização dos objetivos elencados é desenvolvida uma pesquisa aplicada quanto à finalidade, por buscar a “aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”, e exploratória quanto ao propósito, por objetivar “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”, segundo classificação de Gil (2017, p. 32). Em relação aos métodos, a categorização se enquadra enquanto pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

Para cada objetivo específico acima destacado, trabalha-se com um conjunto de procedimentos metodológicos. Quanto ao objetivo 1, realiza-se pesquisa bibliográfica acerca do tema de espaços livres públicos, inclusive na pandemia de COVID-19. O objetivo 2 se apoia numa pesquisa documental relativa à legislação vigente no município de Vitória entre 2020 e o primeiro semestre de 2022, dada a partir dos atos normativos decretados pelo poder público estadual. Para alcançar o objetivo 3, desenvolve-se uma investigação *online* em notícias e matérias jornalísticas, com enfoque nos acontecimentos manifestados nos espaços livres públicos do Centro de Vitória ou relacionados a esses. Por fim, para o objetivo 4, elabora-se análise dos resultados obtidos nos objetivos 2 e 3 e discute-se a partir do referencial teórico abordado no objetivo 1.

A dissertação se estrutura em cinco capítulos, além dessa introdução. O capítulo 1 corresponde ao objetivo específico 1, trazendo uma abordagem teórica sobre espaços livres públicos, incorporando à discussão problemáticas associadas a questões como alteridade, política, cidadania, democracia, coletividade e experiência urbana na constituição da esfera pública na contemporaneidade. A abordagem relacionada aos espaços livres públicos se apoia majoritariamente no diálogo entre as colocações de

Eugênio Fernandes Queiroga, Manuel Delgado, Otília Arantes, Carlos Vainer e Jacques Ranciere. Também são incorporados autores que discutem questões mais associadas às relações sociais e às relações dos habitantes com a cidade, no caso, Ana Fani Alessandri Carlos, Paola Berenstein Jacques e Yi-Fu Tuan. Ainda nesse capítulo, se elabora estado da arte acerca dos espaços públicos e das dinâmicas socioespaciais urbanas diante da pandemia de COVID-19, cuja bibliografia consiste em Protasio *et al.* (2021), Carlos (2020), Garbuió e Ribeiro (2020), Favaretto *et al.* (2021), Le Breton (2020), Monteiro *et al.* (2020), Monteiro (2021), Rodrigues e Ferro (2020), Paiva *et al.* (2021), Silva (2021), Tendais e Ribeiro (2020), Rocha (2021) e Miranda, Nascimento e Silva (2022).

O capítulo 2 traz uma aproximação ao Centro de Vitória, objeto de estudo trabalhado, contextualizando brevemente seus aspectos históricos e socioeconômicos, e apresentando seus espaços livres públicos – tanto numa perspectiva geral, quanto numa abordagem mais detalhada, focada nos espaços de maior relevância no estudo empírico desenvolvido posteriormente. Já o capítulo 3 aborda a gestão da pandemia de COVID-19 empenhada pelo poder público estadual em Vitória, correspondendo ao objetivo específico 2, visando delinear o panorama urbano que se apresentava no município, e conseqüentemente no Centro, que diretamente influenciava as apropriações dos espaços livres públicos.

O capítulo 4 se associa ao objetivo específico 3, e aborda empiricamente as formas de apropriação dos espaços livres públicos e as dinâmicas socioespaciais urbanas identificadas no Centro de Vitória durante a pandemia. Para tanto, recorre ao levantamento, descrição e análise de notícias e matérias jornalísticas relacionadas ao tema proposto, publicadas durante o recorte temporal elencado. Por fim, o capítulo 5, correspondente ao objetivo específico 4, tem o papel de conclusão, e retoma os resultados obtidos na pesquisa empírica para confronto com a base bibliográfica que embasa a pesquisa, visando avaliar convergências e possíveis deslocamentos em relação à abordagem teórica. Nesse sentido, destaca as transformações e permanências postas às problemáticas e tensões expressas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória, possibilitando o aprofundamento do conhecimento acerca do impacto da pandemia de COVID-19 nesse território.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a combinação dos procedimentos metodológicos implementados apresenta limitações quanto ao alcance da abordagem, uma vez que os dados levantados não são suficientes para mapear a totalidade das apropriações do Centro de Vitória durante o intervalo de tempo analisado. Tal abrangência somente seria possível com um acompanhamento sistemático, na escala do cotidiano, sincrônico aos eventos que ocorriam no recorte temporal – o que foi inviável no contexto dessa pesquisa, devido à estruturação do seu cronograma e às limitações de circulação social impostas pela pandemia.

Dessa forma, a pesquisa aqui desenvolvida enfoca em representar as apropriações dos espaços livres públicos do bairro que foram noticiadas nos veículos jornalísticos consultados, e que, portanto, são midiáticas, sendo inevitável escaparem situações mais restritas à escala do cotidiano. Trata-se, portanto, de uma investigação distanciada materialmente do objeto de pesquisa, utilizando-se de métodos relevantes para esse propósito, e não de um estudo conduzido sincronicamente na condição de participante ou observador. Logo, os resultados devem ser relativizados sob essa ótica. Todavia, embora os procedimentos metodológicos elencados sejam insuficientes para representar a totalidade de práticas sociais e formas de apropriação do Centro durante o recorte temporal, os mesmos permitem destacar, além das situações cotidianas mapeadas, as possibilidades e condições de apropriação dos espaços livres públicos em cada momento, bem como os impasses relacionados a essa realização.

Outra limitação posta diz respeito à especificidade dos dados levantados, e sua incapacidade de representar toda a complexidade dos fenômenos socioespaciais que se manifestam na cidade. Em decorrência da metodologia adotada, prevalecem nos dados as visões do poder público – no caso do levantamento da legislação –, e da mídia – no caso do levantamento de notícias. Todavia, ambas óticas são relativizadas e analisadas sob uma perspectiva crítica, buscando, quando possível, incorporar o posicionamento de grupos sociais para evidenciar os conflitos presentes no Centro.

CAPÍTULO 1. A PROBLEMÁTICA DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS NA CONSTITUIÇÃO DA ESFERA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

Para fundamentação teórica da presente pesquisa, propõe-se a discussão conceitual entre autores de importância nos eixos dos espaços livres públicos e das relações sociais entre habitantes e cidade no paradigma contemporâneo. Pretende-se, assim, compreender o papel e as problemáticas dos espaços livres públicos na contemporaneidade e as nuances que articulam a materialização da esfera pública para os habitantes da cidade. Efetua-se, portanto, um debate teórico a partir de Queiroga (2011, 2012, 2014), Santos (2006), Delgado (2014), Arantes (2002), Vainer (2002), Ranciere (1996), Lefebvre (2013), Mendonça (2007), Carlos (2017), Jacques (2007, 2012) e Tuan (1980).

Em sequência, estabelece-se uma relação com a pandemia de COVID-19 a partir do estado da arte com foco em temas como espaços livres públicos, apropriação urbana, práticas sociais e cotidiano. Dessa forma, as referências levantadas atualizam a discussão supracitada ao relacionarem essas temáticas com o contexto urbano atípico provocado pela pandemia, o qual potencializa problemáticas já existentes no período contemporâneo antecedente ao que os autores mencionados discutem.

1.1 Espaços livres públicos e relações entre habitantes e cidade na contemporaneidade

Para discutir a problemática dos espaços livres públicos, torna-se necessário primeiramente definir seu conceito a nível teórico. Eugênio Queiroga (2011; 2012; 2014) compreende a importância dos espaços livres públicos enquanto subsistema do sistema de espaços livres (SEL) urbano. Nesse sentido, se apoia no conceito, desenvolvido por Miranda Magnoli, de espaço livre como “espaço livre de edificações, ou livre de urbanização” (MAGNOLI, 1982, apud QUEIROGA, 2014, p. 110).

Paralelamente, parte da noção de sistemas enquanto “objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas, e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como tal” (QUEIROGA, 2014, p. 110), se apoiando no trabalho de Milton Santos (2006), que conceitua espaço a partir das relações indissociáveis entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

Nesse contexto, os objetos se associam à materialidade e se relacionam com as condições técnicas e sociais impostas, e as ações se associam ao evento, a partir da atividade humana, pressupondo finalidade, embora essa finalidade seja frequentemente externa ao indivíduo e associada aos objetos. Não há, portanto, separação entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações; da mesma forma, a análise dos objetos e das ações necessita de visão sistemática, uma vez que ambos se constituem a partir de um contexto mais amplo, se estabelecendo e se definindo com base em outros objetos e ações (SANTOS, 2006). Dessa forma, o espaço engloba tanto os objetos que compõem sua configuração espacial, quanto as ações que se dão a partir das relações sociais.

A partir dessa base teórica, somado ao apoio conceitual de Hannah Arendt e Jürgen Habermas, Queiroga (2011; 2012; 2014) compreende nos espaços livres públicos o principal, embora não único, suporte à esfera de vida pública, a qual divide em geral (referente a vida em público no sentido amplo) e política (referente à noção de ação política em sentido arendtiano).

Na concepção de Queiroga (2012), a esfera pública política estaria dentro, ainda que de forma central e dialética, da esfera pública geral, sendo relativa ao debate político, filosófico, científico e artístico. Já a esfera pública geral comporta toda diversidade de manifestações públicas, inclusive as cotidianas, até mesmo no espaço virtual – chamando atenção para o papel de mídias de informação, principalmente a *internet*, no discurso público contemporâneo, o que se tornou ainda mais forte a partir da pandemia de COVID-19. A esfera pública seria, ainda, o principal local onde se expressam e se debatem os conflitos, num “movimento dialético entre dissenso e consenso, entre conflito e acordo” (QUEIROGA, 2012, p. 46).

Em outra perspectiva, Manuel Delgado (2014) estabelece uma crítica a teóricos como Arendt e Habermas, por visualizar no conceito de esfera pública desenvolvido por esses a idealização de uma participação democrática fictícia entre sujeitos supostamente autônomos e independentes – não dialogando com a realidade das desigualdades e assimetrias de poder postas nas cidades contemporâneas. O autor parte do apontamento de uma transição do entendimento das mobilizações populares da ideia de “massas” para a noção de “multidões” entre o final do século XX e os primeiros anos do novo milênio, associado à pluralidade de reivindicações dos

movimentos antiglobalistas e altermundistas, nos preceitos do que se veio a chamar de pós-política. Nesse contexto, o conceito de “massa” se relacionaria à organização das classes populares e trabalhadoras numa unidade homogênea, na qual o social se sobrepõe ao individual, movida pela busca de transformação social, associada ao conceito de política. Já a ideia de “multidão” estaria vinculada a sujeitos autônomos diferenciados, com suas subjetividades, tão plurais a ponto de impossibilitar sua unificação, movidos pela busca de resolução de problemas em comum, por meio de diálogos e consensos, associada à noção de pós-política. O indivíduo não mais se dissolve no coletivo, mas supostamente intensifica suas potencialidades individuais, enquanto ser autônomo. Esse processo resulta no enfraquecimento e desmobilização das massas, com a passagem da consciência de classe para a autoconsciência.

À defesa do conceito de multidão enquanto organização de indivíduos para ação na esfera pública, Delgado (2014) atribui o nome de “cidadanismo” (“*ciudadanismo*”, tradução própria), defendido por autores neo-trabalhistas (“*neo-obreristas*”, tradução própria) que buscam uma superação da interpretação dogmática do marxismo, remetendo à concepção de sociedade civil de Hegel. Nesse contexto, a figura do cidadão ganha centralidade, tido como personificação desse sujeito teórico que “*habita una trascendental y por supuesto que ficticia esfera pública*” (DELGADO, 2014, p. 62) e compõe a multidão. O autor compreende que o cidadanismo é:

“(...) esa tendencia política que parece convencida de que el antídoto contra el capitalismo pasa o incluso consiste en una radicalización de los principios democráticos abstractos, lo que en la práctica no puede pasar sino por la inseparable institucionalización, como fundamento del lazo social, del individuo responsable y debidamente informado de virtudes cívicas, es decir del ciudadano” (DELGADO, 2014, p. 62)

Na perspectiva cidadanista, o espaço público seria a espacialização dessa esfera pública fictícia na qual antagonismos, conflitos e disparidades sociais desapareceriam, de modo espontâneo, dando lugar ao compromisso democrático, expresso no debate, na negociação e na busca por consenso, como marco participativo, moral e político. Nessa esfera pública, os cidadãos atuam como agentes dispersos, dos quais se espera distanciamento de elementos que compõem sua identidade – como classe social, raça, gênero, ideologia, religião e outras filiações pessoais –, se munindo apenas de suas virtudes morais, suas competências comunicacionais e sua

capacidade de se comprometer às decisões coletivas (DELGADO, 2014). Logo, essa esfera pública pressupõe um falso estado de igualdade, abstração da identidade, racionalidade e autonomia, tomando o espaço público como palco para sua manifestação idealizada e irreal.

Portanto, o autor constata, nesse movimento, uma busca pela superação do entendimento de espaço público como o espaço da rua, um espaço físico acessível a todos, e uma proposição de um espaço desterritorializado, sem materialidade concreta; o espaço do público e para o público, como uma *“versión expandida y universal – dislocada o deslocalizada, podríamos decir – de esos espacios concretos que fueron el ágora griega, según Arendt, o, si atendemos a Habermas y Koselleck, los salones ilustrados”* (DELGADO, 2014, p. 66). Nesse espaço o indivíduo alcançaria o patamar máximo de civilidade e institucionalização política, atribuindo ao espaço público um novo papel; não se trata mais do espaço que proporciona uma sociabilidade singular entre estranhos, se trata de um espaço comunicacional abstrato no qual a esfera pública se manifestaria plenamente. Sobre essa questão, o autor escreve:

“El idealismo del espacio público se proyecta así sobre la calle para obligarla a ser mucho más que el terreno en que se desarrolla un tipo singular de convivencia social entre extraños totales o relativos, que puede coagularse en ocasiones en esas formidables unidades de sentimiento y acción que eran las masas. Ahora debe ser sobre todo un escenario comunicacional en que los usuarios pueden reconocer automáticamente y pactar las pautas que los organizan, que distribuyen y articulan sus disposiciones entre sí y en relación con los elementos del entorno, siempre a partir no de sus pertenencias, sino de sus pertinencias, esto es, de su capacidad para ser reconocidos como concertantes a partir de su buena conducta civil o urbanidad”(DELGADO, 2014, p. 69).

Delgado (2014, p. 77) ainda identifica que, diante de uma clara impossibilidade da rua se conformar ao papel esperado desse espaço público idealizado, a *internet* se apresenta como uma manifestação mais tangível. Isso porque, em sua imaterialidade, conforma um espaço público no qual indivíduos isolados desencarnados – semelhantes ao personagem do cidadão desnudo de sua identidade – exercem uma *“sociabilidad pura en que solo prima la comunicación y el diálogo”*, fazendo alusão à ideia de uma sociedade em rede, e sendo responsável pela desativação final das

massas urbanas. No entanto, destaca que fora dos domínios das novas tecnologias, persistem os problemas sociais concretos, como as massivas assimetrias de poder.

A perspectiva trazida por Delgado (2014) se coloca, portanto, como uma denúncia às tentativas de imprimir ao espaço público uma visão idealizada de uma esfera pública inalcançável dentro do contexto capitalista vigente. Embora a abordagem de Queiroga (2011; 2012; 2014) visualize o potencial dos espaços livres públicos em materializar a esfera pública, o autor reconhece a incidência de indesejadas apropriações privadas dos espaços livres públicos, “que ferem claramente o direito de ir e vir, como no caso dos loteamentos fechados e do fechamento de ruas e bairros” (QUEIROGA, 2014, p.30); logo, não projeta ao espaço público as idealizações criticadas por Delgado. Dessa forma, apesar da divergência teórica quanto ao apoio conceitual em Hannah Arendt e Jürgen Habermas, ambos concordam que a esfera pública não está manifestada de forma plena e democrática no contexto contemporâneo.

Para além, embora Queiroga utilize o termo “espaços livres públicos” e Delgado visualize maior potencial no conceito de “ruas”, ambos autores dialogam ao defenderem essencialmente a mesma questão: a apropriação democrática e política da cidade pelas pessoas. A diferença de abordagem emerge no confronto entre as possibilidades e a realidade posta nas cidades contemporâneas. Enquanto Queiroga (2012, p. 46) chama atenção para o potencial dos espaços livres públicos de expressarem os conflitos sociais por meio da esfera pública, uma vez que “as contradições e conflitos (...) têm na esfera pública seu lugar por excelência de manifestação”, Delgado não nega a competência da cidade (ou das ruas) em exprimir esse papel, mas constata no contexto concreto o afastamento da materialização dessas possibilidades a partir da instrumentalização dos discursos que neutralizam o papel político dos espaços públicos, ao lhe atribuírem um fim utópico, e, portanto, inalcançável.

Ou seja, ambos autores concebem a potencialidade dos espaços livres públicos (ou das ruas) de manifestar os conflitos sociais numa perspectiva política; Delgado apenas observa o enfraquecimento dos meios necessários para se alcançar esse estágio na contemporaneidade. Portanto, não se trata de uma relação de oposição entre os dois autores, mas de abordagens que destacam elementos diferentes: a força das potencialidades, em Queiroga, e a tendência posta materialmente, em Delgado.

Como Queiroga demonstra a possibilidade de se compreender a esfera pública numa ótica que englobe os constantes conflitos e contradições enraizadas na sociedade capitalista – e por consequência, o espaço público num prisma relacionado às condições concretas, sem remeter à abstração de um ideário cívico imaginário – se adota nessa pesquisa o termo “espaços livres públicos”, e não “ruas”, como propõe Delgado. Isso porque “espaços livres públicos” proporciona uma abordagem mais ampla do que “ruas” – abrangendo praças, largos, escadarias, áreas verdes, etc. –, e como visto, não necessariamente se associam à perspectiva idealista criticada por Delgado.

Como notado em ambos autores, a esfera pública na contemporaneidade é suscetível à interferência desigual dos interesses privados, tornando-se falha a perspectiva idealizada do aspecto político e democrático dessa esfera. Nesse sentido, Otília Arantes e Carlos Vainer reforçam as distorções existentes na esfera pública ao argumentarem sobre a cidade como local de fabricação de consensos. Arantes (2002), a partir da análise da chamada terceira geração urbanística, responsável pelo “planejamento estratégico” emergente na década de 1970, identifica um apoio das estratégias de urbanização na fabricação de supostos consensos, na perspectiva de ativar ideias de comunidade, de vizinhança, de civismo e de pluralidade, sob a promessa de que o crescimento econômico da cidade teria como benefício a geração de empregos.

Nesse sentido, a cultura assume papel central, ao simbolizar um elemento quase consensual – uma vez que todos são a favor da promoção de cultura – que auxilia na construção de uma imagem da cidade, sobre a lógica de *marketing* urbano, para torná-la mais atraente frente à concorrência interurbana. A realidade escondida por esses falsos consensos é a da contradição do solo urbano enquanto mercadoria estabelecida entre um valor de uso (para os moradores) e um valor de troca (para os capitalistas), o que resulta no processo de gentrificação. Sendo assim, se mostra que esses consensos, teoricamente alcançados pela concordância dos cidadãos, podem ser forjados através da instrumentalização da cultura. Portanto, decisões que dizem respeito à esfera pública, como o processo de urbanização, ou a gestão da pandemia, podem se apoiar na fabricação do consenso para beneficiar interesses particulares.

Isso remete, também, às colocações de Vainer (2002) sobre a cidade como pátria ainda no chamado “planejamento estratégico”, que se insere dentro da lógica do planejamento empresarial. Isso porque, das três noções de cidade trabalhadas nesse contexto – enquanto mercadoria, enquanto empresa e enquanto pátria –, essa vertente igualmente se apoia na construção de consensos a partir do estímulo ao patriotismo da cidade – que incorpora sentimentos de pertencimento cívico e participação coletiva – para novamente propiciar intervenções urbanas que atendam a interesses particulares. Dessa forma, conduz-se à “destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania” (VAINER, 2002, p. 98), muito embora se apoie numa suposta participação cidadã.

Reforça-se, assim, a impossibilidade de se pensar, dentro do paradigma capitalista vigente, numa esfera pública intocada e que reflita a pura atuação cidadã democrática, comunicativa e igualitária, como demonstrado pelos autores. Muito comumente, a esfera pública é constituída como resultado das ações e interesses da esfera privada, ou seja, de interesses particulares econômicos, com reflexos evidentes nos processos de urbanização e constituição dos espaços livres públicos. Por outro lado, entende-se importância fundamental na busca pelo fomento à vida pública, devendo se reivindicar o espaço livre público como espaço de política – ainda que sobre bases limitadas no contexto contemporâneo –, sem idealismos que distorçam a realidade da cidade enquanto espaço de disputa desigual.

Com o advento da pandemia de COVID-19, houve tensionamento da questão dos espaços livres públicos em função das transformações vivenciadas não na morfologia das cidades, mas nas relações sociais nelas estabelecidas. Em conformidade com o pensamento de Santos (2006), ao se transformarem as relações sociais, associadas aos sistemas de ações, transforma-se o espaço, já que o espaço se estabelece hibridamente a partir das relações entre sistemas de objetos e sistemas de ações.

Similarmente, a pandemia tensionou a esfera pública descrita por Queiroga (2012), tanto a nível geral – ao transformar o cotidiano das cidades –, quanto a nível político – ao introduzir diversas novas questões no debate político, filosófico, científico e artístico. Para além, as problemáticas que emergiram com a pandemia em relação ao uso dos espaços livres públicos – somando a questão do risco de contaminação à sua utilização – fortaleceram o deslocamento da esfera pública para o espaço virtual,

assim acelerando o processo de desterritorialização da esfera pública que Delgado (2014) denuncia.

Diante de todos empecilhos postos pela pandemia de COVID-19, a gestão pública fez-se necessária, e se deu, de modo mais expressivo, a partir da atuação dos governos, que tomaram medidas que variaram entre o efetivo controle epidemiológico e a omissão. No entanto, considerando a intromissão de interesses privados na esfera pública, conforme demonstrado pelos autores, emerge o questionamento se essa gestão da pandemia, e conseqüentemente, gestão da esfera pública, foi influenciada e/ou guiada pelas vontades particulares – questão a ser constatada a partir do estudo empírico. Analogamente, a pesquisa empírica permite destacar a problemática dos espaços livres públicos do Centro de Vitória durante a pandemia, e constatar nesse território quais tensionamentos da esfera pública passaram a haver ou se fortaleceram a partir da consolidação do vírus.

Destaca-se que uma problemática central quanto aos espaços livres públicos do Centro de Vitória diz respeito às tensões e conflitos existentes quanto aos usos e formas de apropriação desses espaços. Coexistem diferentes vontades e ambições para esse território, e tais divergências comumente resultam em desacordos sobre as práticas sociais ali desejadas. Um exemplo notável se dá com o carnaval de rua, tradicionalmente realizado no bairro, que frequentemente divide as opiniões públicas quanto à vontade e a própria validade de sua realização. Nesse sentido, recorre-se à noção de dissenso estabelecida por Jacques Ranciere, visando compreender sua associação com a constituição da esfera pública em meio ao conflito.

Ranciere (1996) observa atualmente o domínio do discurso que atribui racionalidade política à ideia de consenso – noção também discutida pelos autores já abordados –, enquanto parte central e fundamental da democracia. Todavia, o filósofo observa as contradições que se estabelecem a partir do predomínio do consenso, que pressupõe um comum acordo, estabelecido de antemão, quanto aos diversos elementos e funções que compõem o mundo sensível. Acontece que esse pressuposto de uma composição comum, a ser discutida e acordada a partir de uma solução otimizada, é falso, uma vez que os diferentes grupos sociais visualizam e interagem com mundos sensíveis diferentes.

Ranciere (1996, p. 373) cita o exemplo da repressão policial a uma manifestação nas ruas: para a polícia, a rua é local de circulação e, portanto, os manifestantes devem ser retirados dali; para os manifestantes, naquele momento a rua é qualificada como espaço público a se discutir assuntos da comunidade; para os gestores que enviaram a polícia, já existem espaços destinados a se tratar os assuntos comunitários, e pessoas destinadas a essa função. Portanto, não se trata de uma mera discordância quanto ao tópico discutido ou somente à forma de atuação; esses diferentes atores habitam mundos sensíveis diferentes, situação em que o conflito emerge como resultado da ação política. Daí advém a importância do dissenso enquanto forma de possibilitar a comunicação entre dois mundos sensíveis divergentes, que precisam, antes de tudo, serem validados diante do outro – da mesma forma como o movimento operário atuou para legitimar aos empregadores suas reivindicações, tidas como absurdas e sem sentido, após o fim do trabalho escravo. O autor elabora sobre a noção de dissenso:

“É isso o que chamo dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação. Mas essas discussões e argumentações são de um tipo particular. Não podem ser a confrontação de parceiros já constituídos sobre a aplicação de uma regra geral a um caso particular. Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações. É preciso primeiro provar que há algo a argumentar, um objeto, parceiros, um mundo que os contém. E é preciso prova-lo na prática, ou seja, fazendo como se esse mundo já existisse” (RANCIERE, 1996, p. 374).

Para além, Ranciere propõe associar a lógica do dissenso ao próprio conceito de “política”, e a lógica do consenso ao conceito de “polícia”. Isso porque a busca por um consenso que mantém a estrutura social e organizacional já posta e apenas debate situações específicas de aplicação dos princípios dessa estrutura muito se associa à preservação da ordem, a partir da manutenção do mundo sensível – tido como comum – que se baseia a estrutura. Por consequência, a noção de “política” se restringiria às ações, típicas do dissenso, que estabelecem elementos divergentes, heterogêneos à ordem definida pela estrutura, visando inscrever o pressuposto da igualdade entre

todos seres falantes – e portanto, igualdade de manifestação política e de validação do mundo sensível que habitam.

Para o autor, a partir do exercício do dissenso se faz o sujeito político, que “é sempre um operador de desclassificação, uma potência de desfazer a estrutura policial que põe os corpos em seu lugar, em sua função, com a parte que corresponde a essa classe e a essa função” (RANCIERE, 1996, p. 378). Em outras palavras, a ação do sujeito político se dá pela contestação à estrutura (chamada policial) que impõe o mundo sensível tido como comum. A forma como o sujeito político atua se apoia nos elementos constituidores de sua identidade, que por sua vez foram estabelecidos a partir do próprio litígio que se origina com a estrutura delineada pela dominação: “o que os constitui é o próprio litígio” (RANCIERE, 1996, p. 377). No entanto, o papel de sujeito político não é estável, vincula-se ao ato, podendo se desfazer a qualquer momento, principalmente a partir do risco de se confundir com o corpo social definido pela “polícia”.

O desacordo quanto às formas de apropriação dos espaços livres públicos do Centro de Vitória passa muitas vezes pelo dissenso, já que se apoia no embate entre mundos sensíveis divergentes que coabitam um mesmo território. Assim se observa a partir da coexistência de moradores conservadores, pessoas em situação de rua, fomentadores culturais, habitantes de outros bairros e municípios – inclusive de contextos periféricos – que ali frequentam regularmente, lojistas, comerciantes informais, etc. Há, portanto, uma diversidade de identidades que convivem no mesmo espaço físico, mas habitam mundos sensíveis diferentes, e, portanto, anseiam configurações espaciais divergentes.

Nesse contexto, a pandemia de COVID-19 introduz novos elementos à esfera pública, como mencionado anteriormente, que potencializam essas divergências, pois trazem uma nova preocupação associada à apropriação dos espaços livres públicos: o risco do contágio e da transmissão viral. Portanto, para além das ambições e desejos para a cidade dos diferentes grupos, passa a constituir a realidade também as questões epidemiológicas que tensionam a problemática, principalmente em relação às práticas sociais que proporcionam concentração de pessoas no mesmo espaço físico. Mas a constatação prática das particularidades de como essas questões se materializaram

no Centro de Vitória só se torna possível a partir do estudo empírico apresentado posteriormente.

Além da conceituação e caracterização das questões associadas aos espaços livres públicos, mostra-se necessário definir também o conceito de apropriação. Henri Lefebvre (2013, p. 213), partindo da perspectiva marxista, afirma: “*Podemos decir que el grupo se apropia de un espacio natural modificado para servir a sus necesidades y posibilidades. La posesión (propiedad) sólo fue una condición y lo más a menudo una desviación de esta actividad apropiativa que alcanza su cima en la obra de arte*”. Portanto, embora a apropriação possa coincidir com a posse, não se tratam de noções associadas, para o autor. A ideia em interesse nessa pesquisa, se refere à apropriação enquanto usufruto do espaço, conforme as necessidades e possibilidades dos atores sociais, como destacado por Lefebvre, que lhe atribuem valor justamente a partir do seu uso – e não enquanto posse ou dominação.

Também acerca da temática das apropriações espaciais, Mendonça (2007, p. 297) destaca que “as apropriações, mesmo quando intuídas e adaptadas não implicam, necessariamente, em inadequação ou indícios de marginalidade. Podem, ao contrário, indicar criatividade, capacidade de melhor aproveitamento das infra-estruturas públicas”. Portanto, a noção de apropriação também não se associa à necessidade de uso conformado à concepção original de um espaço, podendo expandi-la e atualiza-la para atender as necessidades e anseios dos habitantes, situação que pode até mesmo reforçar o valor do espaço para os atores sociais que dele se apropriam.

Dadas as considerações apresentadas acerca dos espaços livres públicos, e de suas formas de apropriação, mostra-se relevante, ainda, analisar as dinâmicas sociais no espaço urbano, que delineiam as relações entre habitantes e cidade. Nesse sentido, Ana Fani Alessandri Carlos (2017) ressalta a possibilidade de se pensar a complexidade da sociedade urbana a partir da reprodução da vida cotidiana na metrópole, uma vez que os modos de apropriação espacial, expressos em atos banais do dia a dia, revelam as relações sociais locais e mundiais que se concretizam no espaço – indo ao encontro da visão sistemática de Milton Santos. Nesse sentido, a relação entre habitante e cidade é diretamente impactada pelas limitações e possibilidades de apropriação do espaço, já que os atos corriqueiros são responsáveis pela produção de fortes laços de identificação habitante-habitante e habitante-lugar,

afetando a própria identidade do indivíduo. Além disso, as apropriações do espaço público dão significado à sua morfologia, a qual, por si só, é insuficiente para compreender a problemática urbana, pois “o sentido da cidade é aquele conferido pelo uso, isto é, os modos de apropriação do ser humano para a produção da sua vida” (CARLOS, 2017, p. 35).

Entretanto, as constantes metamorfoses da metrópole, fruto do processo de mercantilização do solo urbano associado ao crescimento capitalista, são responsáveis por transformações expressivas no cotidiano, nas quais a sociabilidade e as possibilidades de apropriação do espaço são postas em segundo plano. A consequência é a normatização das relações sociais e a escassez de lugares de encontro, provocando um sentimento de estranhamento do indivíduo na metrópole, alimentado pelas modificações dos referenciais da cidade, que constantemente se esfumam. O contínuo processo de metamorfose fragmenta tanto o espaço urbano quanto a própria identidade do indivíduo, transformando a metrópole “num mundo de imagens superpostas que se transfigura num vertiginoso e contínuo jogo de impressões brevíssimas, num mundo sem espessura, e sem memória” (CARLOS, 2017, p. 32), devido à invasão dos interesses mercadológicos na vida cotidiana.

Adicionalmente, Paola Berenstein Jacques (2012) destaca a importância da experiência da alteridade urbana associada à apropriação espacial como resistência ao processo em curso de esterilização da experiência urbana na contemporaneidade. Nesse sentido, a autora pontua que “o processo de esterilização não destrói completamente a experiência, ele busca sua captura, domesticação, anestesiamento” (JACQUES, 2012, p. 14), manifestando-se principalmente através da espetacularização das cidades, que são reduzidas a cenários pacificados onde a corporeidade tende a ser anulada (cidade-espetáculo).

Assim, Jacques (2007, p. 93) revela que a espetacularização urbana se relaciona a uma “diminuição tanto da participação cidadã quanto da própria experiência corporal das cidades enquanto prática cotidiana, estética ou artística no mundo contemporâneo”. Esse pensamento vai ao encontro da análise estabelecida por Carlos (2017) na medida em que expõe o modo como as metamorfoses urbanas, expressas em transformações morfológicas e projetos de revitalização, frequentemente se associam a processos de atenuação da corporeidade e

normatização do uso e apropriação, conduzindo à fragmentação do indivíduo e da cidade. Portanto, não somente a constância e a velocidade das transformações urbanas impactam os habitantes, mas a própria lógica esterilizante por trás da implementação dessas alterações.

Nesse contexto, entra em discussão as percepções dos habitantes em relação à cidade. Yi-Fu Tuan (1980, p. 5) aborda o conceito de topofilia, que seria “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico”, ou seja, diz respeito à variedade de sentimentos de afeição evocados pelo contato com o ambiente, tanto de ordem estética, quanto tátil, ou ainda por meio de vínculos simbólicos construídos pela familiaridade, os quais representam o tipo mais forte de conexão com o lugar. Em oposição, há a noção de topofobia, a qual significa o inverso, a sensação de rejeição ou aversão ao lugar, na qual frequentemente prevalece o sentimento do medo. Se o vínculo mais forte de afeição entre habitante e lugar se dá pela familiaridade, é possível concluir que em um ambiente de constantes transformações morfológicas e modificações de referenciais, o desenvolvimento de um sentimento topofílico seja agravado, principalmente diante da recorrente sensação de medo presenciada na cidade.

Observa-se que, na conjuntura da pandemia de COVID-19, embora não seja central a questão das transformações urbanas morfológicas, os princípios apontados pelos autores supramencionados também se relacionam, devido às numerosas transformações no âmbito social impulsionadas a partir de 2020 – que podem ter contribuído para a ampliação do afastamento entre habitantes e cidade. Dessa forma, a realização de estudo empírico permite uma aproximação com as relações sociais estabelecidas no Centro de Vitória, em meio a esse contexto. A partir do conhecimento do cotidiano do bairro, torna-se possível esboçar facetas do contato entre os habitantes e a cidade, ao delinear as possibilidades de experiência urbana postas em cada momento – ainda que o detalhamento dessa problemática não seja o enfoque da presente pesquisa, mas sim as formas de apropriação em si.

Ressalta-se, ao fim, como observa Queiroga (2011), que não é possível pensar num declínio da vida pública, como preconizado por autores como Richard Sennett, no contexto das cidades brasileiras, apesar das significativas mudanças na constituição da esfera pública na contemporaneidade, e do tensionamento das problemáticas

inerentes aos espaços livres públicos. Se a pandemia de COVID-19 amplamente modificou as relações sociais estabelecidas, tanto em nível local, quanto global, é relevante questionar os impactos dessas transformações a essas problemáticas e tensões postas aos espaços livres públicos – o que é investigado no território do Centro de Vitória a partir do estudo empírico.

1.2 Cidade, espaços livres públicos e dinâmicas socioespaciais na pandemia de COVID-19

Dado o caráter de novidade associado ao tema da pandemia de COVID-19, mostra-se relevante a delimitação do estado da arte, visando contextualizar as produções acadêmicas elaboradas acerca desse período e identificar lacunas onde novas abordagens podem ser pensadas. Nesse sentido, foi elaborado um levantamento de referências bibliográficas, considerando as palavras-chave “pandemia de COVID-19”, “espaços públicos”, “apropriações” e “cotidiano”. O caráter e profundidade do material levantado apresenta notável variação com o passar do tempo, dadas as oportunidades de elaboração de pesquisas mais detalhadas, mas compreende-se a importância de algumas abordagens elaboradas no início da pandemia, mesmo que preliminares, principalmente diante do aspecto constantemente mutável relacionado ao tema em questão.

Porém, antes de aprofundar na pandemia de COVID-19, cabe contextualizar outras pandemias já vivenciadas em contextos precedentes. Protasio *et al.* (2021) realizam retomada histórica em outras situações de crise epidemiológica, para discutir os comportamentos humanos em meio a esses cenários. Durante o cólera, entre 1817 e 1966, destaca-se uma grande preocupação sanitária no início, porém logo a doença foi normalizada para as pessoas, e reduziu-se a surpresa quanto às mortes causadas pela mesma. Já no caso da pandemia de Gripe Espanhola – de relação mais próxima com a COVID-19 –, iniciada em 1918, houve, no Rio de Janeiro, passado o período de crise, "um carnaval esfuziante, com total despreocupação com o outro e total entrega ao prazer imediato" (PROTASIO *et al.*, 2021, p. 14), em 1919.

Observa-se, assim, a ascensão do medo, em primeiro momento, associado à possibilidade da morte, e sua transformação em euforia a partir da melhoria do quadro

epidemiológico, ou em indiferença, quando a doença permanece por tempo prolongado. Já na epidemia de Varíola, diante da obrigação da vacinação para os cidadãos, no Rio de Janeiro, espalhou-se a noção popular de que as medidas sanitárias adotadas consistiam num pretexto para imposição de ações coercitivas, o que levou à amplificação das tensões sociais, resultando na Revolta da Vacina em 1904 (PROTASIO *et al.*, 2021). Com base nesses exemplos retomados historicamente, emerge a questão de como esse processo se deu no contexto da pandemia de COVID-19, sobretudo quanto às tendências de comportamento em relação aos espaços livres públicos.

Em relação às abordagens preliminares que tratam a temática da COVID-19, sem a realização de pesquisa com objeto concreto, destacam-se as considerações de Carlos (2020) a respeito das transformações do cotidiano com a pandemia. A autora pontua que, com a ascensão do *home office*, o espaço privado da casa se tornou “um espaço produtivo do capital subordinando o tempo familiar” (CARLOS, 2020, p. 12), situação em que se impõem novas regras de convívio e uso do tempo e do espaço privados, esfumando ainda mais os limites entre trabalho e moradia. Uma vez que “a casa passa a ser a síntese dos espaços-tempos cotidianos antes desenvolvidos nos lugares diferenciados da cidade” (CARLOS, 2020, p. 12), ganham destaque as tecnologias de informação e comunicação, e amplia-se o papel do ciberespaço na intermediação das relações sociais, conformando um cotidiano passivo onde o mundo do espetáculo floresce.

Diante da ampliação da casa como espaço de reprodução do cotidiano, Monteiro *et al.* (2020) discutem, sob uma perspectiva otimista, a ressignificação dos espaços públicos diante da pandemia, identificando, nesses espaços, o potencial para recuperação das cidades no período pós-pandemia, podendo ser reconfigurados como locais de encontros, com posição protagonista no cotidiano das cidades, diante do afastamento da vida urbana e do confinamento em casa, decorrentes da COVID-19. Assim, os autores acreditam numa valorização do espaço público devido ao seu afastamento, evocando nos habitantes sentimento de nostalgia pelos tempos de livre circulação, e seu potencial de “abrigar diversas atividades coletivas no contexto epidêmico” (MONTEIRO *et al.*, 2020, p. 287).

Na área complementar da psicologia, Tendais e Ribeiro (2020) analisam a importância dos espaços verdes urbanos na saúde mental dos habitantes diante do contexto de confinamento impulsionado pela pandemia. Nesse sentido, as pesquisadoras identificam nesses espaços o potencial para redução do *stress*, ampliando possibilidades de relaxamento diante da conjuntura de maiores tensões sociais em virtude da disseminação da COVID-19. Como benefícios associados aos espaços verdes, destacam o encorajamento à prática da atividade física, o favorecimento da coesão social e o contato com o mundo externo e a natureza, amplificando sentimentos de pertença do indivíduo com o local e a sociedade. As autoras também destacam ampliação no uso dos parques públicos em países com medidas de confinamento menos rígidas, como Suécia, indicando uma busca das populações por esses espaços e seus benefícios à saúde mental. Embora se observe divergência teórica em relação à adoção do termo “espaços verdes urbanos”, mais restrito e limitado do que “espaços livres públicos”, e um contexto social e geográfico de características diferentes das brasileiras, ressalta-se que há uma interseção entre ambos objetos, sendo, portanto, uma abordagem relevante à pesquisa aqui proposta.

No entanto, no tocante às relações sociais no espaço urbano, Le Breton (2020) analisa o impacto nas suas constituições com a pandemia, expondo que o uso de máscaras desfigura os laços sociais, apagando o rosto, espaço corporal fundamental na comunicação do indivíduo com o social. Esse caráter de apagamento que passa a se tornar parte do novo cotidiano reforça sentimentos de desconfiança do outro, que passa a ser não identificado, uma vez que “sem um rosto para identificá-lo, qualquer um pode fazer qualquer coisa, e a confiança será indubitavelmente abalada” (LE BRETON, 2020, p. 2). Portanto, as transformações não se limitam a mudanças nas possibilidades de uso dos espaços urbanos e do bem-estar dos habitantes, mas também na materialização das relações sociais nas cidades.

Alguns meses após o início da pandemia, passaram a ser publicadas as primeiras produções que traziam estudos de casos considerando realidades concretas. Garbuio e Ribeiro (2020) tomam como objeto de estudo as praias urbanas de Balneário Camboriú (SC), cidade na qual o turismo tem papel central, para investigar o comportamento, as percepções e expectativas acerca da pandemia por parte dos habitantes residentes. Os pesquisadores recorreram à aplicação de 129 questionários *online* entre maio e junho de 2020, nos quais investigaram os hábitos e

comportamentos dos entrevistados nos espaços públicos, as suas percepções acerca da COVID-19 e dos espaços públicos, e suas expectativas de segurança e de retomada das atividades turísticas. Os resultados indicaram que, antes da pandemia, 90% dos respondentes frequentavam, regularmente ou parcialmente, os espaços públicos; após, passaram a ser 29%. A maioria dos entrevistados também acreditava na possibilidade de contágio ao frequentar a praia e a orla, e 80% deles relataram sentimentos de insegurança, ansiedade, medo e apatia, contra 20% que se percebiam tranquilos. Quanto às expectativas futuras, 71% demonstraram insegurança em relação ao retorno do uso das praias e orlas, e 74% acreditavam numa recuperação lenta e gradual do turismo pós-pandemia.

Em abordagem similar, Favaretto *et al.* (2021) discutem a percepção dos usuários em relação aos espaços livres públicos urbanos diante da pandemia, visando analisar a satisfação dos habitantes com o bairro em que residem quanto à oferta de espaços livres, tal como identificar suas expectativas para o futuro desses espaços. Para tanto, foi aplicado um questionário entre abril e maio de 2020, períodos de maiores restrições, com habitantes de diversas cidades do Brasil, porém havendo amplo predomínio de municípios da região Sul do país, além do perfil predominante de universitários, profissionais liberais (em maioria arquitetos) e profissionais acadêmicos. Entre os respondentes, 81,2% afirmaram residir em bairros periféricos, e 18,7% em regiões centrais. Os resultados identificaram satisfação dos habitantes com a infraestrutura existente no bairro para atendimento de suas necessidades durante a quarentena, sem diferenças notáveis entre os moradores de bairros periféricos e centrais. Em relação aos espaços livres, 44,85% dos respondentes afirmaram sentir falta do provimento desses espaços. Quanto aos elementos que mais sentiam falta, destacaram-se praça, arborização e livraria; e quanto aos espaços que mais sentiam falta de frequentar, predominaram espaços livres públicos, seguido por espaços privados de uso cultural, comercial e esportivo. As autoras concluem que a pandemia potencializou o anseio pelo uso dos espaços livres públicos urbanos no cenário pós-quarentena, e destacam o desejo dos habitantes por mais espaços arborizados.

Rodrigues e Ferro (2020), por sua vez, abordam a apropriação dos espaços públicos pelas crianças nos parques urbanos do Covelo e da Pasteleira, na cidade de Porto (Portugal), no período de junho a outubro de 2020. Através de trabalho etnográfico

com 107 crianças, as pesquisadoras identificaram usos e práticas nos espaços praticamente inalteradas entre junho e meados de setembro, quando houve a reabertura dos parques, e reconfigurações notáveis nas formas de apropriação entre setembro e outubro, momento em que houve um agravamento da pandemia no território analisado. Nesse sentido, observou-se no primeiro momento o uso de máscaras praticamente apenas para entrada nos parques, como atendimento às normas de acesso, e número de usuários próximo do período pré-pandemia; todavia notou-se redução no contato das crianças com outras fora do seu grupo. No segundo momento, destacou-se aumento na utilização permanente de máscaras tanto por adultos, quanto por crianças, redução no número de frequentadores em um dos parques e aumento no outro (por ser considerado mais seguro pelos usuários), e tendência à utilização pelas crianças de espaços fora do parque infantil (pela compreensão dos pais acerca dos riscos associados ao compartilhamento de brinquedos entre as crianças). Os autores concluem que houve uma ampliação do controle parental e redução do contato com crianças desconhecidas, configurando os parques como uma espécie de “quintal alternativo”.

Em tom análogo, porém no ano de 2021, Paiva *et al.* (2021) analisaram o uso de dois parques urbanos no município de Garanhuns (PE) durante a pandemia, a partir de mapa comportamental delineado com base em observações *in loco* realizadas pelas manhãs e tardes, nos meses de maio e junho de 2021. A partir dessa metodologia, identificaram, em um dos parques, maior uso junto aos equipamentos, sobretudo os relacionados à prática de atividades físicas, e, no outro, maior uso contemplativo, com predominância de turistas, e menor uso por parte da população local. Os autores destacam que os parques urbanos contribuíram para o bem-estar dos habitantes, ao proporcionarem espaços para atividade física e socialização.

Silva (2021) aborda os impactos da pandemia de COVID-19 no lazer dos universitários por meio da aplicação de questionários virtuais em uma amostra de 112 acadêmicos usuários do programa Segundo Tempo Universitário. Investiga-se como se transformaram as formas de envolvimento com o lazer diante do contexto de distanciamento social. Nesse sentido, 68% dos participantes relataram redução de envolvimento com oportunidades de lazer. Para além, entre as diversas experiências de lazer doméstico dispostas como opção aos entrevistados, houve um predomínio na utilização de redes sociais, na leitura de notícias pela *internet*, no consumo de

filmes e *shows* musicais em plataformas digitais, e no entretenimento com jogos eletrônicos. Dessa forma, o estudo revela o crescente papel do ciberespaço no lazer diante da pandemia e oferece um panorama do cotidiano dos jovens universitários em meio a esse quadro.

Já Monteiro (2021) analisa, em dissertação de mestrado, os efeitos da pandemia nos espaços públicos do bairro Baixo Augusta, em São Paulo (SP). Por meio da aplicação do método *Delphi*, a pesquisadora observa impactos “principalmente nos aspectos de promoção da vida urbana ativa e de qualidade nos espaços públicos” (MONTEIRO, 2021, p. 297). No entanto, a tradição de aglomerações e apropriações dos espaços públicos, tanto em turno diurno, quanto em noturno, composta culturalmente na região, apresentaram resistência, não se desfazendo com a pandemia. Todavia, nos momentos de maiores restrições, notou-se redução dos processos de apropriação desses espaços, ainda que não permanentes, caracterizando notáveis transformações com o passar do tempo, até se retornar ao cotidiano mais próximo da realidade usual do bairro.

Rocha (2021) explora o conceito de "coautoria urbana" – que compreende que a autoria da cidade não se restringe aos detentores de poder, mas se expande para os que dela se apropriam – no contexto da pandemia de COVID-19, por meio de relatos de moradores da cidade do Rio de Janeiro. A partir disso, identifica três grupos de coautores urbanos que compuseram a cidade na pandemia, com base no conteúdo relatado nas entrevistas e constatado em sua vivência pessoal: 1) pessoas que ficaram em quarentena e se apropriaram da cidade apenas em momentos pontuais, para deslocamento, sem apropriação espontânea; 2) pessoas que tiveram que sair de casa, para as quais a cidade se tornou espaço de tensão, pelo medo de se contaminar e de contaminar familiares, sem apropriarem a cidade livremente, mas com o passar do tempo se tornando anestesiadas pelo cotidiano, em alguns casos, e assim se tranquilizando, sobretudo quando se tornou obrigatório o uso de máscaras; 3) pessoas que ignoraram recomendações de distanciamento social e continuaram apropriando a cidade normalmente, configurando uma apropriação subversiva, ainda que não no sentido típico do termo, e indesejada.

Percebe-se, portanto, uma tendência à redução do uso da cidade e da apropriação dos espaços livres públicos nos momentos de maiores restrições, conforme

identificado por Garbuio e Ribeiro (2020), Monteiro (2021) e Rocha (2021), junto a mudanças sociais impulsionadas pela pandemia, como o aumento do papel do espaço virtual no cotidiano dos habitantes (CARLOS, 2020; SILVA, 2021), e transformações e tensionamentos nas dinâmicas socioespaciais expressas nos espaços livres públicos (LE BRETON, 2020; RODRIGUES e FERRO, 2020). Por outro lado, vários estudos identificaram, paralelamente, um processo de valorização do espaço público e de seus benefícios, e/ou de ampliação no desejo de sua apropriação no cenário pós-pandemia, como posto por Monteiro *et al.* (2020), Tendais e Ribeiro (2020), Favaretto *et al.* (2021) e Paiva *et al.* (2021). Questiona-se aqui, quais similaridades e diferenças podem ser observadas no contexto do Centro de Vitória a partir da pandemia – para tanto, cabendo a investigação mediante estudo empírico, apresentada posteriormente.

Sobre essa conjuntura do objeto de estudo, Miranda, Nascimento e Silva (2022) analisam os impactos socioambientais da pandemia no Centro de Vitória, com foco na discussão relacionada às dinâmicas urbanas e imobiliárias postas ao bairro, em meio à conjuntura da Região Metropolitana da Grande Vitória e seu desenvolvimento desigual. Os autores observam a tendência de descentralização, posta desde meados de 1980, associada ao deslocamento da fronteira imobiliária, impulsionado pelas reestruturações produtivas e econômicas no quadro metropolitano, levando à gradual perda de centralidade do bairro. A partir daí, os pesquisadores identificam as tendências colocadas ao Centro de Vitória diante da pandemia, destacando o impacto sofrido pelo comércio no ano de 2020, sobretudo nas avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Florentino Avidos, e indicando possibilidade de agravamento da situação – já anteriormente posta – de degradação do bairro, a partir da pandemia. Por fim, destaca-se a urgência de alternativas de gestão que evitem as crises sanitárias, freando as dinâmicas extrativistas e predatórias alimentadas pelo capitalismo, dada a ineficácia da gestão de austeridade empenhada em conter os efeitos da pandemia. Indica-se que essas transformações resultariam em benefícios ao Centro, possibilitando “um desenvolvimento local com um desígnio próprio, justo e ecológico” (MIRANDA, NASCIMENTO e SILVA, 2022, p. 883).

Como visto, o estado da arte levantado torna evidente que a pandemia de COVID-19 trouxe transformações significativas no âmbito urbano e na constituição da vida nas cidades por meio do cotidiano, modificando: o papel dos espaços privados e públicos,

a constituição das relações sociais materiais, o bem-estar e os hábitos dos habitantes citadinos, a centralidade do ciberespaço na contemporaneidade e as dinâmicas urbanas. As abordagens relacionadas aos espaços públicos destacam que esses foram também palcos de mudanças, e chamam atenção para sua importância diante do contexto de pandemia, sobretudo ao se considerar o menor risco de contágio comum às áreas abertas e o potencial de uso democrático inerente ao espaço público.

Em relação ao Centro de Vitória, a discussão se soma à problemática da redução da condição de centralidade hegemônica posta no bairro, conforme discutido por Miranda, Nascimento e Silva (2022). Nesse sentido, investigar as possibilidades de apropriação dos espaços livres públicos, em meio a esse contexto, permite problematizar essa tendência, e analisar a interferência da pandemia, para assim, compreender as transformações, tensionamentos e permanências presenciadas no objeto de estudo. Portanto, é relevante, no âmbito da pesquisa empírica, identificar se a pandemia reforçou esse processo já posto, resultando num declínio das formas de apropriação dos espaços livres públicos do bairro, ou se impulsionou uma reação oposta, de anseio pelo uso desses espaços, como identificado por alguns dos autores trabalhados.

CAPÍTULO 2. CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO DE VITÓRIA (ES)

A partir da constituição do referencial teórico que orienta a análise desenvolvida na pesquisa, é necessário apresentar e contextualizar o objeto de estudo explorado na abordagem empírica. Nesse sentido, divide-se a caracterização do Centro de Vitória e seus espaços livres públicos em três momentos: primeiramente, com uma breve contextualização do bairro nos aspectos históricos e socioeconômicos, em seguida com a apresentação dos espaços livres públicos do bairro, de maneira generalizada, e, por fim, a partir da abordagem de alguns espaços livres públicos que apresentaram maior destaque na pesquisa empírica, necessitando, portanto, contextualização mais específica.

2.1 O Centro de Vitória: breve contexto histórico e socioeconômico

O Centro de Vitória se constitui atualmente como um bairro de caráter misto – entre usos residenciais, comerciais e institucionais – inserido na dinâmica da Região Metropolitana da Grande Vitória, mas seu caráter histórico expande sua relevância para muito além da sua conformação espacial contemporânea. Trata-se de uma das primeiras áreas ocupadas a partir da colonização portuguesa no Espírito Santo, no século XVI. A ocupação desse território se iniciou pelas regiões mais altas – área comumente referida como Cidade Alta nos tempos atuais – em função do seu maior potencial em garantir segurança contra invasões marítimas, ao permitir a visualização de ameaças à distância. Era, no entanto, uma ocupação inexpressiva, com poucas construções e ruas estreitas, de traçado definido pela topografia acidentada, sem água encanada, iluminação e rede de esgoto até a primeira metade do século XIX (FREITAS, CAMPOS e ALMEIDA, 2002). Todavia, há ainda vestígios na atualidade desse período inicial, como a Capela de Santa Luzia, construção mais antiga de Vitória, do século XVI, e o traçado colonial de algumas vias.

A partir do século XX iniciou-se um processo de expansão urbana e modernização no município de Vitória, impulsionado pelo projeto do Novo Arrabalde, de 1896, de autoria do engenheiro sanitarista Saturnino de Brito. Com o governo de Jerônimo Monteiro, no início do século, foram realizadas grandes obras de infraestrutura urbana, como

rede de esgoto, fornecimento de energia elétrica e implementação do bonde elétrico, estando o desenvolvimento urbano ainda primariamente concentrado no Centro (MENDONÇA, 2003). Também foi aberto nesse momento o Parque Moscoso, destinado ao lazer da burguesia capixaba. Na década de 1920, inaugurou-se a Avenida Capixaba, atualmente chamada Avenida Jerônimo Monteiro, que “rompe a morfologia urbana, de proporções acanhadas, ainda presente no início do século” (FREITAS, CAMPOS e ALMEIDA, 2002), consistindo numa avenida larga, de traçado retilíneo. Nesse contexto, outras ruas do Centro também foram alargadas, retificadas e pavimentadas, demonstrando o interesse pela modernização da região.

Ademais, entre 1911 e 1939, foram realizadas as obras do Porto de Vitória, que visavam modernizar a modesta estrutura portuária existente até então, com vistas ao fortalecimento da exportação de café, elemento central na economia da época (SILVESTRE e CAMPOS, 2020). Na década de 1950, por sua vez, foi empreendida a obra de aterro de maior porte no Centro, o aterro da Esplanada Capixaba, que deu lugar às atuais avenidas Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes, passando a se priorizar o tráfego de automóveis (FREITAS, CAMPOS e ALMEIDA, 2002). Paralelamente, acelerou-se o processo de verticalização do Centro de Vitória – iniciado em meados da década de 1920 a partir das imediações da Praça Costa Pereira, e se mantendo até a década de 1980 –, uma vez que a Esplanada Capixaba havia sido projetada prevendo a implantação de edifícios de maior altura (MENDONÇA, 2003).

O “deslocamento do interesse imobiliário” para a porção leste do município a partir da década de 1970, concomitante à verticalização da Praia do Canto, leva ao início de um processo de abandono do Centro por parte da gestão pública e de desvalorização imobiliária da região (FREITAS, CAMPOS e ALMEIDA, 2002). Outro resultado foi o processo de transferência de usos institucionais do Centro para outros bairros nas décadas seguintes, reforçando a impressão de abandono – que por sua vez, também foi alimentada pelas matérias veiculadas na imprensa. Devido à redução de centralidade do bairro e ao fortalecimento do discurso do seu abandono, “na década de 1980, a administração municipal já tratava o Centro como área a ser preservada e, ao mesmo tempo, revitalizada” (FERRAZ, 2019, p. 223), interesse que se estende até os dias atuais, levando a eventuais reformas e restaurações no bairro, de escala bem menor do que as transformações empreendidas ao longo do século XX.

Atualmente, a conformação urbana do Centro de Vitória se dá pela mescla entre sua característica de ocupação inicial – assentada sobre o relevo irregular, com vias sinuosas – e suas transformações de caráter modernizador – facilmente visíveis nas avenidas e ruas retilíneas, traçadas sobre o terreno planificado dos aterros, na expressiva verticalização, e na infraestrutura urbana e portuária que marcam o bairro. A Figura 6 traz a representação de um modelo tridimensional da forma urbana contemporânea do Centro de Vitória, sobre a qual seus espaços livres públicos se estabelecem. Nota-se a ocupação conformada pelo Maciço Central (Morro da Fonte Grande), a variedade de portes e gabaritos das edificações, destacando-se a verticalização mais expressiva nas áreas aterradas (Esplanada Capixaba), a heterogeneidade do traçado viário e da forma de implantação das construções, e os diferentes níveis altimétricos que compõem o bairro.

Figura 6 – Modelo tridimensional do Centro de Vitória



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018 e IEMA/2012-2015

Apesar da perda de hegemonia quanto à centralidade e do enfraquecimento de investimentos públicos e privados em comparação com períodos anteriores, a partir da década de 1970, o Centro de Vitória ainda apresenta variedade de atividades comerciais, culturais e institucionais, tendo reconquistado certo destaque nos tempos mais recentes, principalmente a partir dos bares e dos espaços culturais, apesar do paralelo aumento no abandono de imóveis. Nesse sentido, atualmente se aguarda a

implementação de um projeto de “reurbanização” que visa criar o “Polo Gastronômico do Centro” nas ruas Sete de Setembro e Gama Rosa – com a proposição de ruas compartilhadas, com nova pavimentação, disposição de balizadores, e fiação subterrânea (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2022a) –, cujas repercussões para o futuro próximo são ainda incertas.

Por outro lado, atualmente identifica-se um quadro de abandono de imóveis no bairro: em levantamento da Defensoria Pública Estadual, de 2019, precedente à pandemia de COVID-19, foram levantados 127 imóveis em situação de abandono, estando mais de 35% nessa condição há mais de cinco anos, dos quais 24% assim estão há mais de dez anos (A GAZETA, 2020a). Durante a pandemia, esse quadro se agravou, passando ao índice de 217 imóveis em abandono, de acordo com levantamento realizado pelo Centro Universitário FAESA em 2021 (2022), entre lotes não edificadas, edifícios subutilizados e edifícios sem uso, representando crescimento de cerca de 70% em comparação com 2019.

Em relação aos aspectos socioeconômicos do Centro, foram levantados dados do censo mais recente, de 2010, e representados nos gráficos da Figura 7, onde se estabelece comparações também com as médias do município de Vitória e da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Trata-se de um bairro com 9.838 habitantes no período em questão, sendo 55% mulheres e 45% homens, sem grandes disparidades em relação ao município e à região metropolitana, apenas com percentual um pouco maior de mulheres. Quanto ao índice de alfabetização de 98%, observa-se no bairro um panorama melhor do que o visto em Vitória (96%) e na RMGV (94%), comprovando o maior acesso dos moradores do bairro à escolaridade (IBGE, 2010).

Figura 7 – Indicadores socioeconômicos do Centro de Vitória, em comparação com o município e a região metropolitana



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do IBGE (2010)

No tocante à distribuição racial, o bairro apresenta população predominantemente branca (60%), com menor percentual de pretos e pardos (6% e 33%, respectivamente) em comparação com o município (9% de pretos e 43% de pardos) e a região

metropolitana (9% de pretos e 51% de pardos). Também se observam disparidades na distribuição de faixas etárias, com um maior índice de idosos (acima de 60 anos) no bairro (20%) em comparação com Vitória (12%) e a RMGV (10%), e menor taxa de jovens (até 19 anos) – 19%, em comparação com 27% em Vitória e 31% na RMGV. Nota-se ainda uma proporção maior de adultos entre 25 e 29 anos e entre 45 a 54 anos no Centro, em relação aos dois outros recortes territoriais (IBGE, 2010).

Quanto à renda nominal mensal domiciliar per capita de pessoas acima de 5 anos de idade, novamente se constata diferenças consideráveis com o contexto mais amplo. Observa-se no bairro proporção menor de pessoas com rendimento de até 1 salário mínimo em comparação com o município e a região metropolitana, e índices maiores de pessoas com rendimento acima de 2 salários mínimos, revelando uma conjuntura socioeconômica mais privilegiada do que a média de Vitória e da RMGV. Esse dado também se comprova na comparação do valor do rendimento nominal médio mensal de pessoas acima de 10 anos, sendo R\$ 1791,10 no Centro, R\$ 1.662,97 em Vitória, e R\$ 986,28 na Grande Vitória, num contexto em que o salário mínimo era de R\$ 510 (IBGE, 2010).

Dessa forma, constata-se que o Centro de Vitória, apesar da redução de sua proeminente centralidade a partir do final do século XX, ainda é um bairro de classe média num contexto de renda e alfabetização mais privilegiado do que o município, e principalmente do que a região metropolitana. A correlação entre a maior proporção de brancos no bairro e o quadro socioeconômico mais favorável comprova as expressivas desigualdades sociais e raciais que se apresentam na Grande Vitória, o que comumente restringe as áreas centrais da cidade formal para os grupos sociais mais favorecidos, forçando as populações marginalizadas para regiões mais remotas ou para assentamentos informais de infraestrutura precária.

Nota-se ainda a característica do Centro de apresentar população comparativamente mais velha, o que possivelmente está associado ao passado do bairro como reduto central da classe média capixaba, situação que se transformou desde então. Outra particularidade do bairro – potencialmente relacionada à distribuição etária mais diversificada do que a vista nos recortes territoriais mais amplos, com alta presença também de adultos jovens, de 20 a 29 anos – é a alta pluralidade de perfis sociais, interesses e desejos para o Centro que ali coexistem. É característica do bairro a

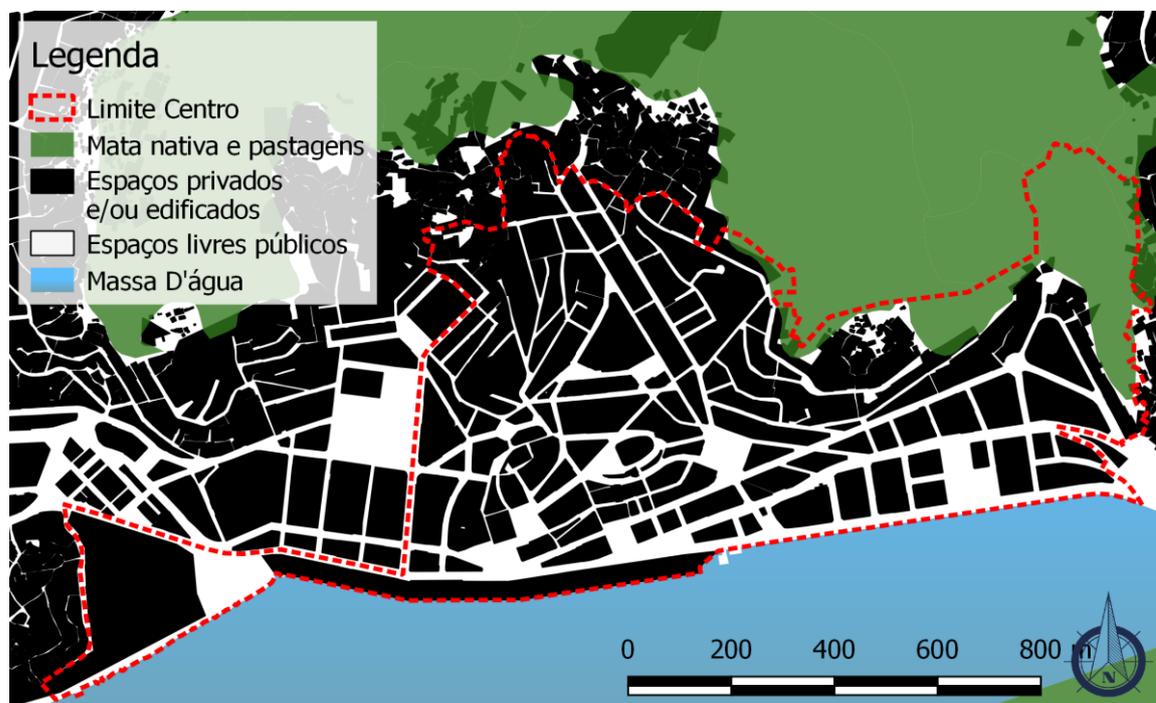
atuação tanto de grupos que promovem a cultura popular, com parcela de moradores favoráveis a esses movimentos, quanto de moradores contrários a tais iniciativas, que anseiam por maior controle na movimentação das ruas. Um exemplo dessa disparidade se dá com a presença de duas associações de moradores, a AMACentro, atuante no bairro há anos, e a Pró-Centro, mais recente, de caráter conservador.

A respeito dos indicadores socioeconômicos levantados, deve-se observar, no entanto, que os dados censitários disponíveis estão consideravelmente datados, sendo possível terem ocorrido mudanças no perfil socioeconômico do bairro.

2.2 Espaços livres públicos em geral

Compõem os espaços livres públicos do Centro de Vitória um conjunto de ruas, avenidas, escadarias, praças, largos, áreas verdes e orla, enquanto áreas não edificadas de acesso público irrestrito. Os espaços livres públicos do bairro são destacados na Figura 8, representados como áreas em branco, onde se expõe no contorno vermelho o limite oficial do bairro pela delimitação da prefeitura.

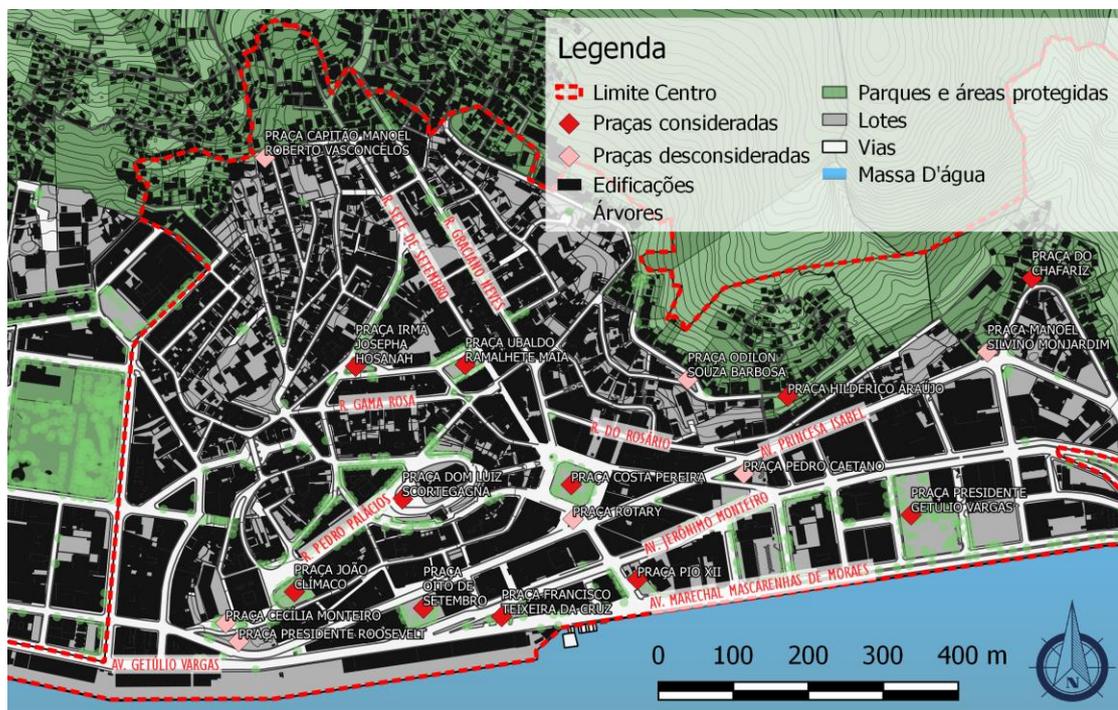
Figura 8 - Espaços livres públicos do Centro de Vitória



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018 e IEMA/2012-2015

As praças, expostas na Figura 9, conforme identificação da Prefeitura de Vitória, são distribuídas na extensão do bairro, sobretudo na porção sul, mais próxima à Baía de Vitória, e se distinguem quanto às suas dimensões físicas e suas dinâmicas socioespaciais. Entretanto, embora na região administrativa do Centro³ sejam identificadas 28 praças pela denominação oficial da prefeitura – 18 delas nos limites do bairro –, Pegoretti, Valfré e Mendonça (2019) consideram apenas 15 delas como praças de fato, após análise funcional. No bairro Centro, Pegoretti (2022) considera as seguintes praças: Costa Pereira, do Chafariz, Dom Luiz Scortegagna, Francisco Teixeira da Cruz, Hilderico Araújo, Irmã Josepha Hosannah, João Clímaco, Oito de Setembro, Pio XII, Presidente Getúlio Vargas e Ubaldo Ramalhete Maia. Descartam-se as oficialmente denominadas praças Capitão Roberto Vasconcelos, Cecília Monteiro, Manoel Silvino Monjardim, Odilon Souza Barbosa, Pedro Caetano, Presidente Roosevelt e Rotary, por serem apenas alargamentos de calçadas, estacionamentos ou possuírem acesso restrito.

Figura 9 - Praças do Centro de Vitória



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018

³ O município de Vitória é subdividido pela prefeitura em nove regiões administrativas: I – Centro, II – Santo Antônio, III – Jucutuquara, IV – Maruípe, V – Praia do Canto, VI – Goiabeiras, VII – São Pedro, VIII – Jardim Camburi, IX – Jardim da Penha. Compõem a região administrativa I – Centro, os bairros: Centro, Do Moscoso, Fonte Grande, Ilha do Príncipe, Parque Moscoso, Piedade, Santa Clara e Vila Rubim.

Destacam-se como praças com uso mais intenso e maior diversidade de formas de apropriação as praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia. Quanto às vias, por sua vez, é notável intenso fluxo de pedestres – e as maiores circulações de veículos – nas avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes, que além de interligarem o bairro no contexto municipal, têm importância metropolitana, na conexão com os municípios de Vila Velha e Cariacica. No caso das duas primeiras, há concentração de diversas atividades comerciais ao longo de ambas vias, enquanto que na última destaca-se o percurso à beira-mar, com importantes elementos naturais na paisagem. Também tem especial relevância a Rua Sete de Setembro, rua de pedestres com importante papel nas ligações internas ao bairro, que concentra comércio, bares e atividades de ambulantes. Os espaços mencionados serão apresentados de forma mais detalhada no subcapítulo 2.3; todavia, vale se contextualizar brevemente os demais espaços, que tiveram aparição menos expressiva na pesquisa empírica desenvolvida no capítulo 4.

Nesse sentido, apresenta-se na Figura 10 fotos das praças de menor destaque na pesquisa empírica. O primeiro espaço representado, a Praça do Chafariz (a), se localiza na entrada do Parque Municipal Gruta da Onça, dispendo o Chafariz da Capixaba, patrimônio tombado construído no século XIX, que possibilitava o abastecimento de água potável para a região, sendo o único chafariz ainda existente no bairro, embora atualmente esteja desativado (ESPÍRITO SANTO, 2009). Já a Praça Dom Luiz Scortegagna (b) se conforma a partir da Catedral Metropolitana, edifício religioso tombado construído entre 1913 e 1971, e apresenta duas palmeiras, uma fonte desativada, e bancos de madeira.

Figura 10 - Praças de menor destaque na pesquisa empírica: Praça do Chafariz (a), Dom Luiz Scortegagna (b), Francisco Teixeira da Cruz (c), Hilderico Araújo (d), Irmã Josepha Hosanah (e), João Clímaco (f), Oito de Setembro (g), Pio XII (h), Presidente Getúlio Vargas (i)



Fonte: Imagens do Google Street View de 2019 e 2020

As praças Francisco Teixeira da Cruz (c), Pio XII (h) e Presidente Getúlio Vargas (i), por sua vez, são delimitadas pelas avenidas Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes. A Praça Francisco Teixeira da Cruz apresenta uma característica predominantemente árida, com árvores espaçadas, plantadas em pequenos canteiros, ponto de ônibus, bancas de jornal, e alguns bancos. Já a Praça Pio XII se situa juntamente à um posto de gasolina, com maior área vegetada, bancos, e banca de jornal. Ambas também dispõem de monumentos. A Praça Presidente Getúlio Vargas, por sua vez, apresenta vegetação mais densa, numa área consideravelmente maior, contando também com playgrounds infantil e para cachorros, academia popular, banca de jornal, bancos de concreto, ponto de ônibus e monumentos. Também em conformação similar, de praça constituída entre duas avenidas, há a Praça Oito de Setembro (g), situada entre as avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel. Essa apresenta menos mobiliário, dispondo apenas de bancos de madeira, arborização e de uma torre de relógio, monumento tombado inaugurado em 1942 (ESPÍRITO SANTO, 2009), além dos postes, lixeiras e canteiros, presentes em todas demais praças.

Há também a Praça Hilderico Araújo (d), localizada numa área de predomínio residencial, que constitui numa pequena praça com playground infantil, arborização, bancos de concreto, e vista para as principais avenidas do bairro (Princesa Isabel, Jerônimo Monteiro e Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes) e para a orla. Outra praça, situada numa região mais interna do bairro, afastada das avenidas supramencionadas, é a Praça Irmã Josepha Hosannah (e), que se estabelece em frente à Igreja do Carmo, patrimônio do século XVII. Constituída em dois níveis, apresenta paisagismo, bancos, mesas e espaço com areia. Por fim, deve-se mencionar a Praça João Clímaco (f), localizada ao lado do Palácio Anchieta, edifício primeiramente inaugurado no século XVI, e que hoje é sede do governo estadual, após diversas reformas ao longo dos séculos. A praça, conformada em desnível, apresenta jardins, escadarias, estátua e bancos, e historicamente conteve um valor simbólico, enquanto cenário de representação do poder republicano (PRADO, 2004).

Também marcam os espaços livres públicos do Centro de Vitória as escadarias distribuídas pela extensão do bairro (Figura 11), que interligam vias em diferentes níveis, integrando a chamada Cidade Alta com as áreas mais baixas, posteriormente ocupadas, facilitando a circulação de pedestres. Destacam-se as escadarias Maria Ortiz, São Diogo e Bárbara Lindenberg em função do seu valor patrimonial, tendo sido inauguradas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, e a Escadaria da Piedade, que comumente figura como um espaço importante para a realização do tradicional carnaval de rua do bairro.

Figura 11 – Escadarias do Centro de Vitória

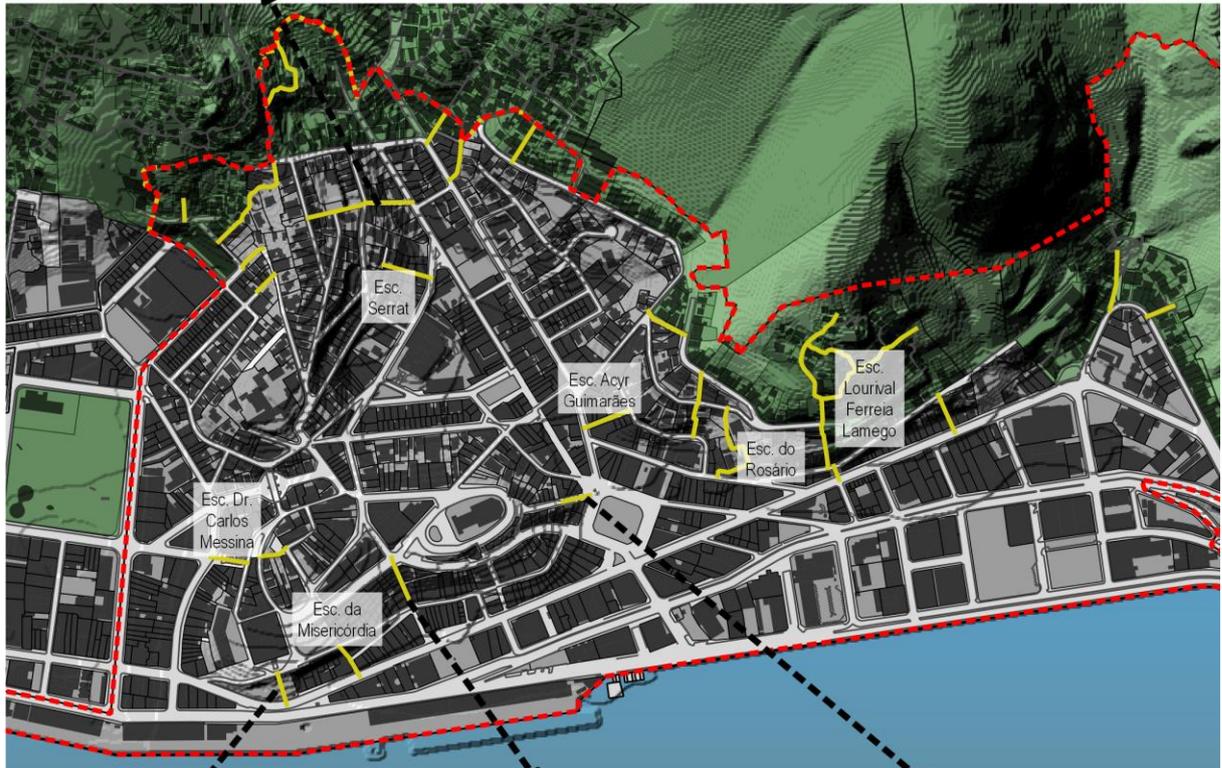
Escadaria da Piedade



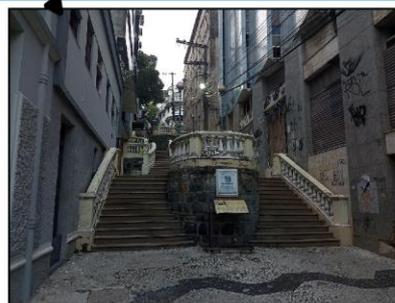
Legenda

- Limites Centro
- Escadarias
- Edificações
- Estrutura viária
- Parques e áreas protegidas
- Lotes
- Vias
- Massa D'água

0 100 200 300 400 m



Escadaria Bárbara Lindemberg



Escadaria Maria Ortiz



Escadaria São Diogo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018

Apesar de não fazer parte dos limites oficiais do Centro de Vitória, a partir da delimitação territorial da prefeitura, um espaço livre público também relevante no contexto do bairro é o Parque Moscoso (Figura 12), situado na fronteira oeste do Centro. Inaugurado em 1912, durante a gestão de Jerônimo Monteiro, como espaço

destinado ao lazer da burguesia capixaba, o parque se integra ao bairro e apresenta relevância histórica e social, sendo considerado na pesquisa empírica desenvolvida na dissertação. Atualmente apresenta lago, fonte, concha acústica, playground, quadra esportiva, academia popular, monumentos e bancos, se destacando pelo paisagismo. Também possui áreas edificadas dentro do lote do parque, como área administrativa e um Centro de Ciência, Educação e Cultura.

Figura 12 – Parque Moscoso



Fonte: Prefeitura de Vitória (2022). Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticias/parque-moscoso-110-anos-de-muitas-historias-45246>. Acesso em: 16 fev. 2023

2.3 Espaços livres públicos em destaque na pesquisa

Além dos espaços livres públicos apresentados no subcapítulo anterior, há aqueles que obtiveram maior destaque na pesquisa empírica elaborada nessa dissertação, ao serem mais evidentes no levantamento de notícias realizado no capítulo 4 – apesar do levantamento ter sido aplicado para a totalidade do Centro de Vitória. Como se identificaram mais notícias relevantes para a pesquisa nesses espaços, cabe, portanto, uma apresentação mais detalhada dos mesmos. Tratam-se das praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalheite Maia, das avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes e da Rua Sete de Setembro, a qual também se associa a outros espaços relevantes do seu entorno, como a Escadaria da Piedade e a Rua Maria Saraiva.

A Praça Costa Pereira foi inaugurada em 1928 no espaço onde se situava o Largo da Conceição, em frente à Igreja de Nossa Senhora da Conceição – construída em 1755 e demolida em 1895 –, e posteriormente ao Teatro Melpômene – inaugurado em 1896 e demolido entre 1925 e 1926 (PEGORETTI e TOREZANI, 2019). Se conforma entre quatro vias, ocupando posição central do bairro e conformando importante elemento simbólico de sua identidade. Atualmente apresenta jardins com antigas árvores, bancos de concreto dispostos pela praça em formas orgânicas, monumentos e banca de jornal. Dentre os edifícios presentes no seu entorno, destacam-se o Teatro Carlos Gomes e o Sesc Glória, que fortalecem o valor histórico e cultural da praça.

Pegoretti, Torezani e Mendonça (2021) identificam no período do Largo da Conceição práticas socioespaciais sobretudo relacionadas a atividades religiosas, insalubres (depósito de lixos, fezes e animais mortos), econômicas e laborais, com menor separação entre os limites das esferas pública e privada. Com a inauguração da Praça Costa Pereira, entre 1928 e 1932, o espaço adquiriu um caráter elitizado, passando a predominar os usos recreativos, culturais e políticos, e mantendo as atividades econômicas e laborais. Atualmente, no período contemporâneo precedente à pandemia de COVID-19, as autoras identificam usos muito recorrentes de atividades habitacionais, por parte das pessoas em situação de rua, atividades econômicas e laborais, relacionadas ao comércio dos ambulantes presentes nos contornos da praça, e atividades de ordem política, como protestos e manifestações. Além disso, constata-se, com menor ocorrência, a presença de atividades religiosas, culturais, recreativas, e de atrito (como brigas, crimes e depredações). Entretanto, no cotidiano a praça também é frequentemente utilizada como local de passagem, com pouca permanência, e de convívio e descanso, com maior permanência (Figura 13).

Figura 13 – Praça Costa Pereira em 2019



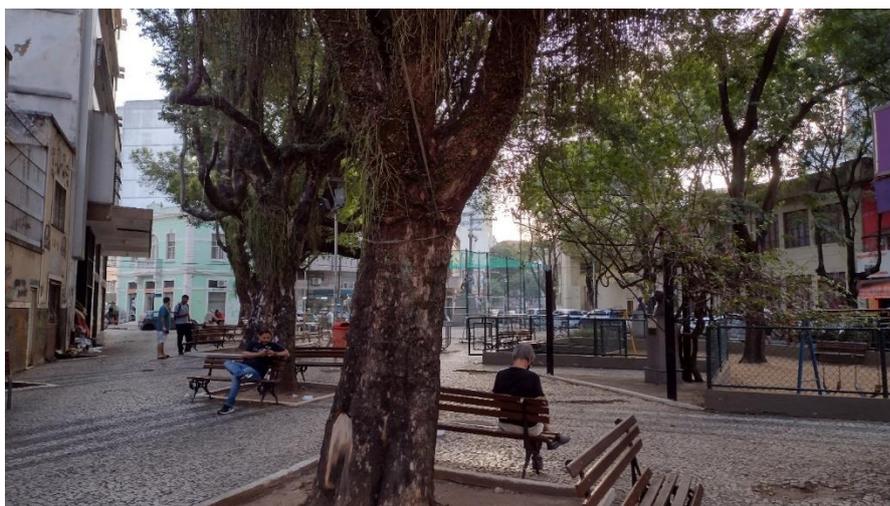
Fonte: Pegoretti, Torezani e Mendonça (2021)

A Praça Ubaldo Ramalhete Maia se situa na Rua Sete de Setembro, marcando o fim do trecho da rua exclusivo para pedestres, e se conforma também a partir de outras duas ruas (Coutinho Mascarenhas e Treze de Maio) e pelo Edifício Alves Ribeiro. Teve sua construção iniciada em 1975, conjuntamente à demolição da antiga sede da Prefeitura Municipal de Vitória, que ocupava seu lugar até então. Antes da presença do edifício da prefeitura, havia uma área alagadiça, chamada de Pelames, que foi aterrada durante o século XIX, passando a receber o nome de Praça Paula Castro, e a abrigar a realização de eventos comemorativos. Com a construção da Praça Ubaldo Ramalhete Maia, o local inicialmente era intensamente utilizado como espaço para brincadeiras de crianças, o que levou à implantação de um playground destinado a esse uso posteriormente (FERRAZ, 2019).

Além do playground, conta atualmente com quadra esportiva cercada, equipamentos de academia popular, bancos de madeira, mesas de xadrez, monumentos e banca de jornal (Figura 14). Dentre os usos existentes no seu entorno, destaca-se a atividade comercial, sobretudo relacionada à movimentação noturna dos bares ali presentes (Chopperia da Praça, Messas Bar e Carango da Orla). Além dos usos cotidianos de descanso, convívio e ocasional uso de seus equipamentos, a praça é comumente utilizada por um trailer de lanches, à noite, e como espaço para feira, aos sábados. Ferraz (2019) identifica uso frequente da quadra esportiva por crianças jogando

futebol, apesar do piso de pedra portuguesa, desfavorável à prática, além de eventuais outros usos desse equipamento, como a disposição de tatames para competições de artes marciais, e a utilização para realização de ensaios de quadrilha no período de festas juninas.

Figura 14 – Praça Ubaldo Ramalhete Maia em 2022



Fonte: Acervo pessoal

A Rua Sete de Setembro interliga a Praça Costa Pereira à Cidade Alta, local onde se iniciou a ocupação do município. Presente desde o século XVIII, era anteriormente conhecida como Rua da Várzea, por ser uma área de várzea às margens do Córrego do Reguinho. O córrego em questão foi canalizado e sua área aterrada ao final do século XIX, e a Rua Sete de Setembro foi retificada, pavimentada e alargada no início do século XX. A partir da década de 1950 a rua passou a se destacar por sua atividade comercial, com diversas lojas e galerias comerciais; e a partir de 1977, passou a ter um trecho destinado exclusivamente a pedestres, conformado entre a Praça Costa Pereira e a Praça Ubaldo Ramalhete Maia (FERRAZ, 2019).

Atualmente mantém característica comercial, porém não com a centralidade no contexto municipal que já apresentou. Dentre as atividades presentes ao longo da rua, encontram-se farmácias, óticas, armarinhos, clínicas, restaurantes, bares, entre diversas outras. Durante o dia comporta considerável fluxo de pedestres e atividade comercial informal com vendedores ambulantes (Figura 15); à noite se transforma num local de boemia a partir do funcionamento dos bares, se estendendo até o

encontro com a Escadaria da Piedade e a Rua Maria Saraiva⁴, onde se situa o Bar da Zilda. No entanto, Ferraz (2019, p. 119) destaca a frequente apropriação da rua por crianças brincando, desde ao menos o século XIX, uso que foi desincentivado ao longo do século XX por meio dos códigos de posturas, simbolizando esforço do poder público em transformar a rua em “lugar de circulação, e não de permanência ou brincadeira” – embora ainda se note esse tipo de apropriação atualmente.

Figura 15 – Rua Sete de Setembro em 2022



Fonte: Acervo pessoal

A Avenida Jerônimo Monteiro, originalmente chamada de Avenida Capixaba, teve sua inauguração na década de 1920, com 1 quilômetro de extensão, em traçado retilíneo, discrepante da estrutura viária sinuosa predominante nas ruas do bairro no momento. Sua motivação se deu pelo interesse na modernização de Vitória, cuja representação de sua potência se expressou com a implementação da avenida, ampla e com perspectiva longínqua, inspirada no Champs-Élysées, da Paris de Haussmann, seguindo os moldes da Avenida Central, no Rio de Janeiro – embora numa escala expressivamente menor. Representou, portanto, o exemplar capixaba da busca latino-americana pela implementação da paisagem moderna, que passava a valorizar o transporte veloz dos veículos e imprimir às cidades uma nova identidade, que se assemelhasse às transformações urbanas realizadas na Europa (PIMENTEL, 2018).

⁴ Durante o período do Carnaval, a Rua Sete de Setembro, a Escadaria da Piedade e a Rua Maria Saraiva são intensamente utilizadas, servindo como espaços de festa, constituindo uma tradição local.

Freitas, Campos e Almeida (2002, p. 18) revelam que, durante o século XX, a avenida se tornou, “com seus cafés, ponto de confluência da sociedade, em particular de intelectuais e políticos”. Pimentel (2019) destaca a partir da década de 1980 a utilização cultural dos edifícios na Avenida Jerônimo Monteiro por meio das ações de revitalização empenhadas pelo poder municipal, como se deu com a Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música FAFI, o Museu de Artes do Espírito Santo (MAES), a Casa Porto das Artes Plásticas, e o Centro Cultural Sesc Glória.

Atualmente (Figura 16), além dos espaços culturais supracitados, a avenida apresenta predomínio comercial, com lojas de diversos segmentos – como roupas, móveis, eletrodomésticos, instrumentos musicais, tecidos, informática, joias, artigos esportivos, utilidades, etc. –, estabelecimentos prestadores de serviços, restaurantes e lanchonetes, mas dispendo também de alguns usos institucionais, como o Ministério Público Federal, os Correios e o Procon, e residenciais, a partir dos pavimentos superiores dos edifícios. A avenida, além de estruturar a ocupação do Centro desde sua inauguração, se articula às ruas internas do bairro e às praças Costa Pereira e Oito de Setembro, também possuindo importante papel na conexão metropolitana, comportando o fluxo que se destina aos municípios de Vila Velha e Cariacica por meio da Segunda Ponte.

Figura 16 – Avenida Jerônimo Monteiro em 2023



Fonte: Acervo pessoal

As avenidas Princesa Isabel⁵ e Marechal Mascarenhas de Moraes, por sua vez, igualmente se associam à busca pela modernidade do século XX. A área ocupada pelas avenidas provém de aterros, que começaram a ser realizados a partir de 1916, juntos à atual Avenida Jerônimo Monteiro, principalmente por questões sanitárias. Mas somente na década de 1950 é realizado o aterro da Esplanada Capixaba, de proporções maiores, que visava “conquistar para a cidade uma área edificável na continuidade da zona comercial de Vitória”, melhorar o tráfego para a porção leste do município, em crescimento na época, e modernizar a capital (FREITAS, 2005, p. 2).

O traçado viário das duas avenidas mantém o aspecto retilíneo da Avenida Jerônimo Monteiro, mas define quadras com dimensões maiores do que as existentes no bairro até então, além das formas mais regulares e ortogonais. Freitas (2005, p. 4) também indica semelhança tipológica entre a proposta de ocupação para a Esplanada Capixaba – com edifícios verticalizados de 8 e 12 pavimentos implantados na totalidade das quadras em formatos de “O”, “U”, “L” e “I” – e os projetos da Cidade Contemporânea de Le Corbusier, e do plano Agache para a área do desmonte do Morro do Castelo, no Rio de Janeiro, o que explicita o caráter moderno previsto para a região. Também se previa a implementação de usos comerciais, sobretudo relacionados às atividades portuárias. Entretanto, não foram postas à prática as implantações previstas para os edifícios nas quadras – ocorrendo o parcelamento em lotes menores –, os gabaritos planejados de 8 e 12 pavimentos, ou a exclusividade do uso comercial, uma vez que o projeto foi adaptado para o atendimento dos interesses da iniciativa privada, por exemplo passando a comportar edificações com gabarito superior a 20 pavimentos (FREITAS, 2005).

De fato, atualmente se observa em ambas avenidas caráter mais verticalizado do que o presente na Avenida Jerônimo Monteiro, além da maior largura viária. Na Avenida Princesa Isabel (Figura 17) existem diversos edifícios residenciais com atividade comercial no térreo e lojas de menor gabarito, mas com área de implantação maior em comparação com as da Avenida Jerônimo Monteiro. Entre os usos comerciais

⁵ O trecho final da Avenida Princesa Isabel recebe a denominação oficial de Avenida Governador Bley. Todavia, nessa pesquisa optou-se por utilizar somente o nome Avenida Princesa Isabel, inclusive para esse trecho final, junto ao entroncamento com a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, devido à total continuidade existente entre os dois trechos, e para simplificar a abordagem.

presentes, destacam-se bancos, lanchonetes de *fast food*, lojas de departamento, posto de combustível e supermercado, com menos comércios de menor porte.

Figura 17 – Avenida Princesa Isabel em 2023



Fonte: Acervo pessoal

Já na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Figura 18), nota-se o predomínio residencial dos edifícios verticalizados – alguns apresentando comércio no térreo, mas em quantidade bem menor. Portanto, não há aqui o mesmo destaque comercial presente nas avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel. Marca essa avenida a sua relação com a baía de Vitória – interrompida a partir de certo ponto devido à presença do porto –, motivo pelo qual é popularmente chamada de Avenida Beira-Mar, com vistas para Vila Velha, destacando-se na paisagem o morro do Penedo, os navios e a estrutura portuária do outro município. Essa relação com as águas e com a paisagem leva ao uso frequente da orla por pessoas realizando atividades físicas, como corridas, caminhadas e pedaladas, além de ser comum a prática de pesca nesse local.

Figura 18 – Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes em 2023



Fonte: Acervo pessoal

CAPÍTULO 3. POLÍTICAS DE GESTÃO E CONTROLE DA PANDEMIA DE COVID-19 EM VITÓRIA (ES)

Esse capítulo parte do pressuposto que as dinâmicas sociais manifestadas nos espaços livres públicos se relacionam diretamente com o contexto urbano, uma vez que os usos e atividades presentes na cidade influenciam consideravelmente as tendências de apropriação desses espaços. Dessa forma, para entender as práticas sociais e formas de apropriação dos espaços livres públicos no Centro de Vitória durante a pandemia de COVID-19, é necessário também identificar os limites estabelecidos pela gestão epidêmica empenhada pelo poder público às atividades desempenhadas na cidade. Nesse sentido, elabora-se descrição e análise da legislação vigente no município de Vitória – consequentemente aplicada no bairro –, evidenciando suas transformações ao longo do tempo e criando bases para a compreensão da situação do município em diversos períodos da pandemia.

É necessário destacar que a gestão da pandemia no Espírito Santo foi realizada sobretudo a partir da atuação do governo estadual, que publicou os atos normativos a serem seguidos pelos municípios, os quais, além de cumprir as determinações do poder público estadual, poderiam apenas adotar, supletivamente, outras medidas mais restritivas do que aquelas já previstas. Portanto, o enfoque do presente estudo é na atuação legislativa estadual, dando destaque ao enquadramento do município de Vitória dentro desse contexto – uma vez que boa parte da gestão estadual foi baseada em atuações diferenciadas nos municípios através da categorização do nível de risco de cada um, estratégia denominada “mapeamento de risco”. Ressalta-se que essa gestão em certos momentos considerou a Região Metropolitana da Grande Vitória em unidade, determinando medidas para todos seus municípios, mas em outros momentos passou a considera-los separadamente⁶.

A legislação analisada corresponde a uma série de leis, decretos e portarias do Governo do Estado do Espírito Santo para combate à disseminação da COVID-19 no estado. Esses regulamentos foram coletados na página Legislação do portal Coronavírus ES (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2022b), que

⁶ Os municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana (sem inclusão de Guarapari e Fundão) correspondiam à mesma classificação de risco desde a implementação do mapeamento de risco, em 19 de abril de 2020, sendo revogada essa abordagem em 20 de fevereiro de 2021, implementada novamente em 03 de abril de 2021, e revogada novamente em 21 de janeiro de 2022.

disponibiliza as políticas elaboradas, separando-as por categorias⁷. Optou-se por focar nas medidas de prevenção à contaminação, por esse motivo as categorias “Administração (contratos emergenciais)”, “Doações”, “Medidas Fiscais e de Estímulo Econômico” e “Vacinação” não foram abrangidas na presente avaliação. A legislação coletada soma um total de 248 atos normativos relevantes ao enfrentamento da pandemia no Espírito Santo, dos quais 184 são portarias (principalmente da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, abreviada como SESA), 61 são decretos e 3 são leis.

Todos 248 atos normativos supramencionados foram lidos e sistematizados em uma tabela contendo número, data e breve descrição dos mesmos, sendo também organizados por cores que categorizam suas principais definições. A partir daí, foram filtrados com base na relevância do seu conteúdo para a pesquisa desenvolvida, descartando-se 63 atos normativos. Destaca-se que dos 185 restantes, 101 são relativos à classificação dos municípios no mapeamento de risco – estratégia que será explicada adiante –, não sendo necessária, portanto, a descrição e menção em texto dos mesmos – embora tenham sido considerados para a análise estabelecida. Logo, há o total de 84 atos normativos comentados durante a descrição estabelecida no subcapítulo 3.1.

Após a descrição desenvolvida a seguir, elaborou-se a análise da legislação no subcapítulo 3.2, resumindo de modo geral a gestão empenhada, destacando as medidas mais relevantes e apontando suas contradições. A partir da análise estabelecida, apresenta-se ao fim a Figura 20, que expõe as restrições impostas ao funcionamento das diferentes atividades no município de Vitória ao longo da pandemia a partir da classificação de risco do mesmo. Dessa forma, sugere-se a consulta a esse quadro ao longo da leitura do subcapítulo 3.1, para orientar o panorama de cada momento descrito, ou seja, facilitar a contextualização das medidas discutidas.

Ressalta-se que a reconstituição da legislação vigente se mostra essencial para contextualizar os momentos vivenciados na pandemia na capital espírito-santense, e

⁷ As categorias em questão são: “Estado de Calamidade e Emergência”; “Administração (contratos emergenciais)”; “Doações”; “Definição de Serviços Essenciais”; “Medidas Fiscais e de Estímulo Econômico”; “Medidas de Enfrentamento à Pandemia”; “Medidas de Enfrentamento à Pandemia – CONSOLIDADA”; “Políticas Sociais”; “Vacinação” (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2022b).

no bairro estudado, e compreender as possibilidades de apropriação da cidade nesses períodos. Dessa forma, recorre-se a uma descrição detalhada das leis, decretos e portarias levantadas, o que se torna necessário na medida em que a gestão se deu de forma complexa, a partir de diversos atos normativos, vinculados entre si, e que, somente em sua totalidade dispunham as condições expressas em cada momento. Como resultado, tem-se uma descrição extensa, por vezes apresentando textos legislativos, que não necessariamente são retomados na análise, e discussão em relação aos espaços livres públicos, mas que devem ser citados para devidamente reconstituir o cenário urbano posto na pandemia.

3.1 Descrição

A atuação legislativa do governo estadual em relação à COVID-19 iniciou-se com o Decreto N° 4593-R, de 13 de março de 2020, que declarou estado de emergência em saúde pública no Espírito Santo, assim como indicou medidas passíveis de serem adotadas: “I – isolamento; II – quarentena; III – exames médicos; IV – testes laboratoriais; V – coleta de amostras clínicas; VI – vacinação e outras medidas profiláticas; VII – tratamentos médicos específicos; VIII – estudo ou investigação epidemiológica; IX – exumação, necropsia, cremação e manejo de cadáver; X – campanha de comunicação para utilidade pública; ou XI – requisição de bens e serviços de pessoas naturais e jurídicas, hipótese em que será garantido o pagamento posterior de indenização justa” (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

Três dias depois, iniciaram-se uma série de suspensões temporárias de diversas atividades em todo estado: em 16 de março, o Decreto N° 4597-R suspendeu atividades educacionais, em todos níveis, na rede pública e privada por 15 dias (ESPÍRITO SANTO, 2020b); o Decreto N° 4599-R, de 17 de março, suspendeu, por 30 dias, eventos (exceto os de até 100 pessoas em ambiente com capacidade para 300), feiras, cinemas, museus, teatros, boates, casas de *shows*, espaços culturais e afins, não abrangendo templos religiosos (ESPÍRITO SANTO, 2020c); o Decreto N° 4600-R, de 18 de março, declarou fechamento de academias por 30 dias e *shopping centers* por 15 dias (ESPÍRITO SANTO, 2020d); o Decreto N° 4604-R, de 19 de março, suspendeu o atendimento ao público em agências bancárias por 15 dias e a visitação em unidades de conservação ambiental por 30 dias (ESPÍRITO SANTO,

2020e); e o Decreto N° 4605-R, de 20 de março, suspendeu o funcionamento de estabelecimentos comerciais por 15 dias, com exceções⁸ (ESPÍRITO SANTO, 2020f). Portanto, ao longo de uma semana, gradualmente foi-se estabelecendo o fechamento de vários usos urbanos, implementando-se uma quarentena que surpreendia a população, ainda não familiarizada com os protocolos de segurança adotados mundialmente.

Nesse momento inicial, também passaram a vigorar os primeiros decretos que traziam medidas preventivas relativas a protocolos de higienização, distanciamento, redução de aglomeração, uso de máscaras, etc. O Decreto N° 4599-R de 17 de março, já citado, trouxe medidas a serem adotadas no sistema Transcol⁹, como campanha publicitária informativa de prevenção à COVID-19, retirada de circulação da frota de ônibus com ar-condicionado, suspensão do Passe-escolar, instalação de dispensadores de sabonete líquido nos banheiros dos terminais e intensificação da limpeza dos ônibus. Esse decreto também indicava o trabalho remoto para servidores públicos estaduais dos grupos de risco, assim como orientava a realocação de motoristas e cobradores com mais de 60 anos para outras atividades (ESPÍRITO SANTO, 2020c).

Medidas desse tipo também foram indicadas para órgãos da administração pública¹⁰, casas lotéricas¹¹, estabelecimentos comerciais¹², estabelecimentos industriais¹³ e supermercados¹⁴. As orientações incluíam a instrução de trabalhadores quanto a procedimentos de higiene e distanciamento físico, a disponibilização de álcool em gel, a fixação de cartazes informativos, a limitação da quantidade de clientes, o arejamento do ambiente, o afastamento de funcionários com sintomas por 14 dias, a desinfecção de objetos, a demarcação de distância de 1,5m em filas e a disposição de mesas com

⁸ No momento, as exceções previstas eram: “farmácias, comércio atacadista, distribuidoras de gás de cozinha e de água, supermercados, padarias, alimentação, lojas de cuidados animais e insumos agrícolas, postos de combustíveis, restaurantes e lanchonetes” (ESPÍRITO SANTO, 2020f), sendo que restaurantes e lanchonetes poderiam realizar atendimento e consumo presencial somente até às 16:00 horas, exceto em casos de retiradas no estabelecimento ou entrega por *delivery*.

⁹ Transcol é o sistema metropolitano de transporte coletivo público que opera na Região Metropolitana da Grande Vitória através de uma rede de ônibus gerenciada pela Companhia Estadual de Transportes Coletivos de Passageiros do Estado do Espírito Santo (CETURB-ES).

¹⁰ Decretos N° 4601-R, de 18 de março de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020g), e N° 4629-R, de 15 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020h).

¹¹ Decreto N° 4616-R, de 30 de março de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020i).

¹² Portaria SESA N° 058-R, de 03 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020j).

¹³ Portaria SESA N° 062-R, de 08 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020k).

¹⁴ Decreto N° 4632-R, de 16 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020l).

distância de 2m. Nesses decretos, orientava-se, ainda, o uso de máscara pelos trabalhadores das atividades supracitadas, exceto nos decretos relativos aos servidores públicos, que só orientavam a máscara para aqueles que tenham tido contato com suspeitos de COVID-19, e a portaria dos estabelecimentos comerciais, que não mencionava o uso de máscaras. Ainda não havia, aqui, definições relativas ao uso de máscara por clientes.

A suspensão de atividades permaneceu com decretos que prorrogaram sua vigência¹⁵, e em 22 de março, o Decreto N° 4607-R estabeleceu sanções – advertência, pena educativa, interdição, cassação da licença sanitária e multa – no caso da infringência a esses decretos, assim como indicou os órgãos responsáveis pela fiscalização (ESPÍRITO SANTO, 2020q). O decreto citado ainda suspendeu os prazos processuais dos processos administrativos da Administração Pública Direta, autárquica e fundacional no Estado do Espírito Santo, medida que veio a ser prorrogada por uma série de outros decretos até 13 de setembro¹⁶. Nesse momento destaca-se, ainda, a declaração de Estado de Calamidade Pública no Espírito Santo por 180 dias, em 02 de abril, por meio do Decreto N° 0446-S (ESPÍRITO SANTO, 2020x).

No entanto, a estratégia de atuação do governo estadual mudou quando se adotou o mapeamento de risco, através do Decreto N° 4636-R, de 19 de abril de 2020. Com a classificação semanal dos municípios em 4 níveis de risco (baixo, moderado, alto e extremo), as medidas de resposta, incluindo a suspensão de atividades, deixaram de ser generalizadas para todo o estado e passaram a ocorrer de acordo com o grau de risco de cada município (ESPÍRITO SANTO, 2020y). Num primeiro momento, com a Portaria SESA N° 068-R, a classificação dos níveis de risco se baseava apenas na

¹⁵ O Decreto N° 4621-R prorroga o fechamento de estabelecimentos comerciais até 12/04/2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020m). O Decreto N° 4625-R prorroga a suspensão de aulas até 30/04/2020 e o atendimento em agências bancárias até 18/04/2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020n). O Decreto N° 4626-R prorroga o fechamento de estabelecimentos comerciais e shoppings até 19/04/2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020o). O Decreto N° 4635-R prorroga a suspensão de eventos com público, agora independentemente da quantidade, de cinemas, teatros, museus, boates, casas de shows, espaços culturais e afins, academias, atendimento em agências bancárias e visitação em unidades de conservação ambiental até 30/04/2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020p).

¹⁶ A saber: Decreto N° 4635, de 17 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020r), Decreto N° 4644-R, de 30 de abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020s), Decreto N° 4659-R, de 30 de maio de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020t), Decreto N° 4683-R, de 30 de junho de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020u), Decreto N° 4703-R de 31 de julho de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020v) e Decreto N° 4721-R de 29 de agosto de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020w), com vigência até 13 de setembro de 2020.

relação entre o coeficiente de incidência de casos no município e o coeficiente estadual (ESPÍRITO SANTO, 2020z). Entretanto, a Portaria SESA N° 078-R, de 02 de maio de 2020, passou a considerar na categorização, também, a disponibilidade de leitos de UTI da COVID-19 no Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2020aa). Era ainda detalhado que, tanto municípios limítrofes com outros em risco alto ou extremo, quanto municípios que descumprissem as medidas determinadas subiriam um nível em relação à sua classificação original, e que os municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana, em função da característica metropolitana, correspondiam sempre a um mesmo enquadramento na classificação, definida pelo município com maior grau de risco (ESPÍRITO SANTO, 2020y).

Algumas das principais medidas indicadas para municípios com risco baixo nesse momento eram: conscientização acerca do uso de máscaras, isolamento e distanciamento social, inclusive com o DISK Aglomeração; funcionamento de todos estabelecimentos com horário restrito e limite de 1 cliente por 10 m²; implantação de barreira sanitária nos limites do município e em rodovias. O risco moderado compreendia as medidas previstas para o risco baixo, mas também indicava a recomendação do uso de máscaras fora de casa, com obrigatoriedade em estabelecimentos, e monitoramento de casos suspeitos e infectados. Já o risco alto contava com todas medidas citadas, acrescidas da determinação do uso de máscaras fora de casa, da suspensão de estabelecimentos comerciais – mas que a partir de 02 de maio de 2020 passaram a ser permitidos para realizar atendimento a apenas um cliente por vez, com agendamento prévio e portas fechadas, com a Portaria SESA N° 078-R (ESPÍRITO SANTO, 2020aa) –, *shoppings* e do atendimento em agências bancárias e em outros serviços públicos, além do maior rigor no controle das barreiras sanitárias. O risco extremo, por sua vez, previa determinação de medidas via decreto expedido pelo Chefe do Poder Executivo Estadual (ESPÍRITO SANTO, 2020z).

O Decreto N° 4648-R, de 08 de maio de 2020, no entanto, dispunha obrigatoriedade do uso de máscaras em todo estado, independentemente do nível de risco do município, por clientes e trabalhadores em estabelecimentos comerciais e por passageiros e tripulação nos ônibus do sistema Transcol, com previsão de multa à pessoa jurídica no caso do descumprimento da norma (ESPÍRITO SANTO, 2020ab). Nesse período, outras modificações no mapeamento de risco também foram feitas: com a Portaria SESA N° 080-R, de 09 de maio de 2020, os estabelecimentos

comerciais passaram a funcionar no risco alto – classificação que Vitória se enquadrava no momento – em dias alternados, de acordo com o tipo da atividade, não mais com a limitação do atendimento a apenas um cliente por vez; e com a Portaria SESA N° 093-R, de 23 de maio de 2020, passaram a se considerar nos critérios de classificação do mapa de risco também a taxa de letalidade, o índice de isolamento social e o percentual de pessoas acima de 60 anos no município, além dos indicadores já citados anteriormente (coeficiente de incidência de casos e taxa de ocupação de leitos de UTI). Essa última portaria citada também previa que municípios classificados em risco alto permanecessem nesse nível por ao menos 14 dias.

Outra legislação importante foi a Portaria SESA N° 100-R, de 30 de maio de 2020, que unificava os protocolos de higienização e distanciamento físico a serem adotados pelos estabelecimentos comerciais, inclusive academias, que haviam sido reabertas, até mesmo no risco alto, em 25 de maio¹⁷, e *shopping centers*, que agora passavam a ser permitidos em municípios de risco alto, como era o caso de Vitória no período em questão. Os estabelecimentos comerciais permaneciam em dias alternados para risco alto, de segunda a sexta, com expedientes de até 6 horas, e sem necessidade de alternância em risco moderado ou baixo – os *shoppings*, entretanto, eram permitidos, sem alternância, no horário de 12:00 às 20:00, mesmo em risco alto. Nesse sentido, foram instituídos protocolos a serem seguidos por *shoppings*, como limitação de clientes por metro quadrado, com informes sobre a lotação, além de medidas similares às previstas para estabelecimentos comerciais, como marcação de distância mínima em filas, disponibilização de *dispensers* com álcool em gel, intensificação das rotinas de limpeza e de cuidados do sistema de ar-condicionado, etc. (ESPÍRITO SANTO, 2020ac). Em contradição, ainda era prevista, aqui, a suspensão da visitação em parques e unidades de conservação ambiental em todos níveis de risco, situação que só se alterou em 20 de julho de 2020¹⁸, porém ainda com suspensão no risco alto¹⁹ – mesmo esses espaços, caracteristicamente abertos e amplos, sendo consideravelmente mais seguros em relação à possibilidade de contágio do que *shopping centers*, tipicamente fechados e sem ventilação natural.

¹⁷ O último decreto que orienta a suspensão de academias é o Decreto N° 4651-R, de 15 de maio de 2020, com vigência até 24 de maio de 2020.

¹⁸ Através do Decreto N° 4690-R, de 18 de julho de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020ad).

¹⁹ Conforme a Portaria SESA N° 142-R, de 18 de julho de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020ae).

Ao final de junho, a partir do dia 25, também passava a ser permitida a operação de cinemas em formato *drive-in*, liberada através do Decreto N° 4682-R, de 24 de junho de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020af), com protocolos para funcionamento estabelecidos pela Portaria SESA N° 116-R, da mesma data. Tal portaria determinava requisitos como permanência no interior dos automóveis, distância mínima entre veículos, obrigatoriedade no uso de máscara, além de outras atribuições previstas para os estabelecimentos e seus funcionários (ESPÍRITO SANTO, 2020ag). Já em 27 de julho de 2020, também se autorizavam outras atividades culturais em formato *drive-in*, como teatros e *shows*, por meio do Decreto N° 4696-R, de 25 de julho (ESPÍRITO SANTO, 2020ah).

Em 20 de julho de 2020, quando o município passava, pela primeira vez, do risco alto para o moderado, os estabelecimentos comerciais passaram a funcionar em Vitória em todos os dias úteis, sem funcionamento alternado. Porém, pouco tempo depois, a estratégia de alternância em dias úteis para funcionamento do comércio nos municípios de alto risco deixou de vigorar, no dia 08 de agosto de 2020, com a Portaria SESA N° 156-R, que passou a permitir o funcionamento de todo comércio em todos os dias úteis também no risco alto, além de permitir a abertura aos sábados para municípios em risco moderado, como era o caso de Vitória, inclusive de *shopping centers* (ESPÍRITO SANTO, 2020ai).

Também foram adotadas outras medidas além do mapeamento de risco, da suspensão de atividades e dos protocolos de prevenção. A Lei estadual N° 11.135, de 02 de junho de 2020, estabelecia multa para quem divulgasse notícias falsas sobre a pandemia no estado (ESPÍRITO SANTO, 2020aj). Já o Decreto N° 4.679-R, de 18 de junho de 2020, instituía o Núcleo Interinstitucional de Estudos Epidemiológicos (NIEE) no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves, com o objetivo de subsidiar as ações do poder executivo estadual por meio de estudos técnicos e projeções matemáticas de tendências para a pandemia (ESPÍRITO SANTO, 2020ak). E a Lei estadual N° 11.144, de 23 de junho de 2020, previa a redução de mensalidade em instituições privadas de ensino em até 30% durante o período que vigorar o estado de emergência em saúde pública no Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2020al). Também se destaca a Lei estadual N° 11.151, que definia igrejas e templos religiosos como atividades essenciais, deixando de estarem suscetíveis a eventuais suspensões no caso de agravamento da pandemia, a partir de 20 de julho de 2020 (ESPÍRITO SANTO,

2020am). Observa-se ainda, uma tendência ao retorno do trabalho presencial em órgãos públicos com o Decreto N° 4697-R, de 25 de julho de 2020, que alterava decreto anterior, passando a exigir a presença de 50% de cada setor, não mais apenas de um servidor por setor, para servidores públicos de órgãos e entidades da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2020an). Da mesma data, cabe mencionar também a Portaria SESA N° 148-R, que proibia o funcionamento de espaços de lazer e recreação infantil em todos níveis de risco (ESPÍRITO SANTO, 2020ao).

A partir de 31 de agosto de 2020, houve uma mudança considerável na matriz de risco – instrumento responsável por definir a classificação dos municípios –, simbolizando um novo momento na gestão da pandemia por parte do poder público estadual, a partir da chamada “matriz de risco de convivência”, instituída através da Portaria SESA N° 171-R, de 29 de agosto de 2020, e vigente até o fim do recorte temporal da presente análise. A classificação de risco passou a considerar dois eixos: ameaça – considerando coeficiente de casos ativos no município com peso de 30%, testagem por 1.000 habitantes com peso de 30% e média móvel de óbitos de 14 dias com peso de 40% – e vulnerabilidade – que dizia respeito à taxa de ocupação de leitos potenciais de UTI. Os municípios da Grande Vitória também deixaram de corresponder a uma classificação unificada com essa portaria (ESPÍRITO SANTO, 2020ap). Com essa nova matriz de risco, a ocupação dos leitos de UTI passou a ser um fator decisivo na definição dos níveis de risco, o que, associado aos esforços da gestão estadual na expansão de leitos (NIEE, 2021), criou a possibilidade de classificação nos riscos baixo e moderado, mesmo com alto número de casos e óbitos, desde que houvesse adequada disponibilidade de leitos.

A partir de 7 de setembro de 2020, já com a nova matriz de risco, o município de Vitória passou, pela primeira vez, do risco moderado para o baixo. Com isso, houve reabertura de bares e o funcionamento de estabelecimentos comerciais e *shopping centers* com horário irrestrito. Além disso, por volta de setembro e outubro, uma série de decretos trouxeram flexibilizações de medidas adotadas anteriormente e reabertura de atividades suspensas em todos níveis de risco desde o início da pandemia. Por exemplo, o Decreto N° 4721-R, de 29 de agosto de 2020, permitia a volta do ensino presencial em faculdades e universidades a partir de 14 de setembro, além de retomar os prazos processuais também na mesma data, prever a retomada

do trabalho presencial para servidores públicos que realizassem atendimento ao público, e autorizar eventos corporativos, acadêmicos, técnicos e científicos em municípios de risco baixo e moderado (ESPÍRITO SANTO, 2020aq). Nesse contexto, os eventos referidos passaram a ser autorizados desde que estivessem em cumprimento da Portaria SESA N° 173-R – também de 29 de agosto –, que estabelecia protocolos para museus, centros culturais, galerias, bibliotecas e acervos, embora essas atividades ainda estivessem suspensas. Alguns dos protocolos eram: uso obrigatório de máscaras, limitação de capacidade a uma pessoa por 10 metros quadrados, controle de fluxos para evitar aglomerações, aferição de temperatura dos frequentadores, disponibilização de álcool em gel, entre outros (ESPÍRITO SANTO, 2020ar).

Poucos dias depois, o Decreto N° 4736-R, de 19 de setembro de 2020, passou a permitir a reabertura de cinemas, teatros, museus, galerias, espaços culturais e afins – mediante atendimento à Portaria SESA N° 173-R, como mencionado –, além de autorizar a realização de eventos sociais e esportivos e confraternizações em cerimoniais, como casamentos e aniversários, que deviam observar as determinações da Portaria SESA N° 186-R, de 19 de setembro de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020as). Nesse contexto, a portaria em questão autorizava eventos com limite de 100 pessoas, nos municípios de risco baixo e moderado, e estabelecia protocolos como uso obrigatório de máscaras – exceto para ingestão de alimentos e bebidas, que devia ser feita somente sentado –, distância mínima entre mesas de 2 metros, lotação máxima de uma pessoa por 10 metros quadrados, controle dos fluxos de pessoas, etc. (ESPÍRITO SANTO, 2020at).

Já o Decreto N° 4740-R, de 29 de setembro de 2020, permitia atividades de ensino presenciais na rede pública a partir de 12 de outubro de 2020 e na rede privada a partir de 04 de outubro de 2020 em municípios com risco baixo (ESPÍRITO SANTO, 2020au). Destaca-se que o retorno escolar se deu conforme protocolos da Portaria SESA/SEDU N° 02-R, de 29 de setembro de 2020, que, entre demais medidas, recomendava limite de até 10 alunos por sala, sendo preferencialmente um grupo fixo, reforço da higienização e uso de máscaras para crianças a partir de 2 anos (ESPÍRITO SANTO, 2020av). Vale destacar ainda a Portaria SESA N° 208-R, de 17 de outubro de 2020, que passou a permitir eventos sociais com lotação de até 300 pessoas em municípios de risco baixo, e aumentou a capacidade máxima permitida para uma

pessoa a cada 5 metros quadrados (ESPÍRITO SANTO, 2020aw). Nesse sentido, ressalta-se a classificação de Vitória no risco baixo no momento em questão, estando, portanto, apta, segundo a normativa, à retomada tanto das escolas, quanto dos eventos supramencionados.

Entretanto, em 23 de novembro de 2020, Vitória passava do risco baixo para o moderado, no qual haveria mais restrições. Porém, a Portaria SESA N° 226-R, de 21 de novembro de 2020, trouxe um novo consolidado de medidas qualificadas de acordo com os níveis de risco, flexibilizando as medidas na classificação do município. Aqui, o nível de risco baixo permitia funcionamento de todos estabelecimentos, exceto boates e casas de *show*²⁰, sem restrição de horário, mas mantendo o limite de um cliente por 10 m². Os municípios em risco moderado, como Vitória, também tiveram o comércio liberado com horário irrestrito – à exceção de bares e restaurantes, até as 22:00 de segunda à sábado e até as 16:00 nos domingos –, e com eventos de até 300 pessoas autorizados; escolas e faculdades também estavam permitidas²¹ (ESPÍRITO SANTO, 2020ax).

Já o risco alto compreendia a suspensão do atendimento ao público em agências bancárias e concessionárias prestadoras de serviço público, das atividades presenciais de ensino, de eventos, de espaços de lazer e recreação infantil, de parques, e de cinemas, teatros e similares. No entanto, ainda se permitia o comércio, agora com funcionamento restrito aos dias úteis com turno de 6 horas (exceto *shoppings*, com turno de 8 horas), com fechamento apenas de bares (ESPÍRITO SANTO, 2020ax). Porém, mesmo essa determinação foi flexibilizada poucos dias após, com a Portaria SESA N° 251-R, de 12 de dezembro de 2020, que passou a permitir turnos superiores a 6 e 8 horas diárias – para estabelecimentos comerciais e *shoppings*, respectivamente –, desde que limitados até às 20:00 nos dias úteis e 16:00 aos sábados. Além disso, a portaria autorizava o funcionamento de restaurantes, lojas de conveniência e distribuidoras de bebidas alcólicas nas mesmas condições

²⁰ As quais, vale ressaltar, passaram a operar num formato diferente, com disposição de mesas, para se enquadrar na categoria de eventos.

²¹ A princípio seriam suspensas as atividades de ensino no nível moderado (à exceção de cursos de nível superior, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, cursos técnicos e cursos livres), porém, apenas 3 dias após o início da vigência da Portaria SESA N° 226-R, passa a valer a modificação da Portaria SESA N° 233-R, que revoga essa suspensão (ESPÍRITO SANTO, 2020ay).

(ESPÍRITO SANTO, 2020az). As medidas de barreira sanitária, antes previstas para todos níveis de risco, agora só eram indicadas para risco alto.

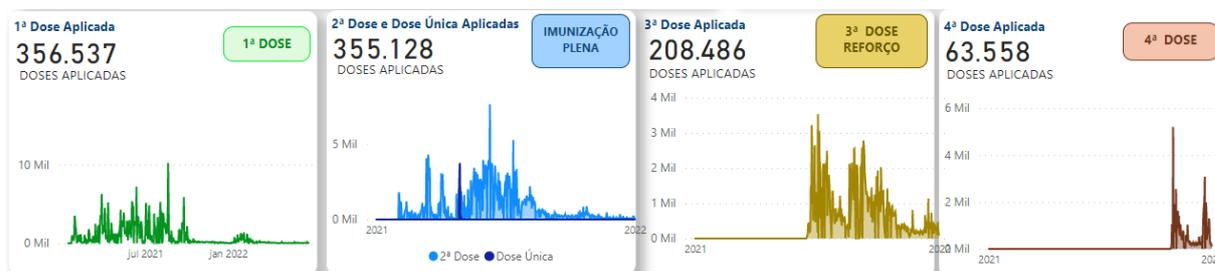
A passagem para o ano de 2021 coincidiu com o início da vacinação no Espírito Santo e no município, a partir do dia 18 de janeiro de 2021. A vacinação foi realizada gradualmente, em fases, com base na definição e ordenamento dos grupos prioritários, imunizados primeiramente. A primeira fase correspondeu à imunização de “trabalhadores de Saúde; pessoas de 75 anos ou mais; pessoas de 60 anos ou mais institucionalizadas; população indígena aldeado em terras demarcadas, povos e comunidades tradicionais quilombolas” (ESPÍRITO SANTO, 2021a). A segunda fase teve como população-alvo pessoas de 60 a 74 anos, e a terceira fase se destinou às pessoas com comorbidades²². Cabe mencionar que, mesmo dentro desses grupos prioritários, houve ordenamento da aplicação, dividindo os grupos etários em intervalos de 5 anos e aplicando dos mais velhos para os mais novos.

A partir daí, houve a vacinação do restante da população, pessoas abaixo de 60 anos sem comorbidades, que também foram ordenadas de modo decrescente quanto à idade²³. Destaca-se que, ao longo de 2021, a vacinação avançou gradualmente, aplicando-se as múltiplas doses para a maior parte da população, como se nota na Figura 19, que apresenta o progresso da vacinação em Vitória desde o início de 2021 até 27 de junho de 2022 – momento em que se totalizavam 983.709 doses aplicadas. Observa-se maior concentração da aplicação das duas primeiras doses em 2021, e aplicação das doses de reforço entre o final de 2021 e o término do período exibido.

²² De acordo com o Plano Operacional da Estratégia de Vacinação contra a Covid-19 no Espírito Santo, correspondiam a esse grupo pessoas com as seguintes “Morbidades: Diabetes mellitus; hipertensão arterial grave; doença pulmonar obstrutiva crônica; doença renal; doenças cardiovasculares e cerebrovasculares; indivíduos transplantados de órgão sólido; anemia falciforme; câncer; obesidade grave (IMC \geq 40)” (ESPÍRITO SANTO, 2021a).

²³ Também é importante destacar que a vacinação contra a COVID-19 foi realizada a partir de diferentes vacinas, havendo as de dose única, como Janssen, e as de dose dupla, como Coronavac, Astrazeneca e Pfizer. Além disso, houveram doses de reforço, que passaram a ser aplicadas a partir do final de 2021 e ao longo de 2022.

Figura 19 – Aplicação de vacinas contra COVID-19 em Vitória entre 01/01/2021 e 27/06/2022



Fonte: Prefeitura de Vitória (2022a)

A última atualização do consolidado de medidas qualificadas no período de análise em questão se deu na Portaria SESA N° 013-R, de 23 de janeiro de 2021, vigente até o término do intervalo temporal aqui analisado – e reformada por algumas portarias. Há poucas alterações em relação à Portaria SESA N° 226-R, detalhada nos parágrafos anteriores, mas notam-se intervenções no sentido de mais flexibilizações. Por exemplo, autorizou-se a realização de *shows*, comícios, passeatas e afins com público de até 300 pessoas nos municípios classificados no risco baixo (ESPÍRITO SANTO, 2021b). Nesse contexto, destaca-se que Vitória transicionava do risco moderado para o baixo em 25 de janeiro de 2021, porém apenas por uma semana, quando voltou a ser enquadrada no nível moderado, a partir de 1 de fevereiro. Tanto na categoria baixa, quanto na moderada, permaneciam liberadas todas as atividades – embora cada uma com seus respectivos protocolos de higienização, distanciamento e capacidade máxima–, à exceção de boates, ainda suspensas.

Todavia, diante de uma súbita ascensão de casos e óbitos e do risco de colapso do sistema de saúde, em 17 de março de 2021 o Decreto N° 4838-R implantou uma quarentena, dispondo medidas qualificadas extraordinárias a serem aplicadas em todos municípios do Espírito Santo por 14 dias, classificando todos como risco extremo. Foram suspensas todas as atividades não enquadradas como serviços

essenciais²⁴ – as quais não eram autorizadas também aos domingos e feriados²⁵. Os restaurantes estavam permitidos na modalidade *delivery*, e os templos religiosos permaneciam autorizados, inclusive em domingos e feriados, por serem considerados serviços essenciais; porém, se proibia eventos sociais de quaisquer tipos. Em relação aos espaços livres públicos, houve uma determinação inédita em todo período da pandemia: a proibição do uso de “praças, parques, jardins públicos, campos públicos de futebol, quadras públicas de esportes públicas, ginásios públicos de esportes e outros espaços públicos equivalentes” (ESPÍRITO SANTO, 2021c), além da indicação do dever dos municípios em adotar medidas para evitar utilização de praias, rios, lagoas e cachoeiras. Ressalta-se que, até então, a suspensão do uso de espaços livres públicos se restringia aos parques, pela maior facilidade de controle do acesso, enquanto nesse momento foi estabelecida proibição mais ampla.

Em 26 de março de 2021, juntamente à declaração de Estado de Calamidade Pública no Espírito Santo por 180 dias, por meio do Decreto N° 610-S, o Decreto N° 4838-R

²⁴ São enquadradas como serviços essenciais 31 atividades, que são: "I - assistência à saúde, incluindo serviços médicos e hospitalares; II - serviços públicos considerados essenciais, de acordo com manifestação do Chefe do Poder, do Secretário Estadual/Municipal ou do Dirigente da autarquia ou fundação, no caso de órgãos e entidades estaduais e municipais, e de acordo com a regulamentação própria, no caso de órgãos e entidades federais; III - atividades industriais; IV - assistência social e atendimento à população em situação de vulnerabilidade; V - atividades de segurança pública e privada, incluindo a vigilância, a guarda e a custódia de presos; VI - produção, distribuição, comercialização e entrega realizadas presencialmente ou por meio eletrônico de produtos de saúde, higiene e gêneros alimentícios, incluindo atividade agropecuária, farmácias, comércio atacadista, hipermercados, supermercados, minimercados, hortifrúteis, padarias e lojas de produtos alimentícios; VII - atividades de produção, distribuição, comercialização, manutenção, reposição, assistência técnica, monitoramento e inspeção de equipamentos de infraestrutura, instalações, máquinas e equipamentos em geral, incluídos elevadores, escadas rolantes e equipamentos de refrigeração e climatização; VIII - produção, processamento e disponibilização de insumos necessários aos serviços essenciais, incluindo lojas de insumos agrícolas e lojas de material de construção civil; IX - comercialização de produtos e serviços de cuidados animais; X - geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; XI - transporte público coletivo; XII - transporte de passageiros por táxi e transporte privado urbano por meio de aplicativo. XIII - transporte de cargas; XIV - casa de peças e oficinas de reparação de veículos automotores; XV - telecomunicações e internet; XVI - serviços relacionados à tecnologia da informação e de processamento de dados (data center) para suporte de outras atividades previstas neste artigo; XVII - serviços funerários; XVIII - agências bancárias e instituições financeiras de fomento econômico; XIX - casas lotéricas; XX - serviços postais; XXI - atividades da construção civil; XXII - produção de petróleo e produção, distribuição e comercialização de combustíveis, biocombustíveis, gás liquefeito de petróleo e demais derivados de petróleo, incluindo postos de combustíveis; XXIII - produção, transporte e distribuição de gás natural; XXIV - serviços de distribuição de água, incluindo distribuidoras de água a granel ou envasada; XXV - atividades de jornalismo; XXVI - serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens; XXVII - serviços de limpeza urbana e coleta de lixo; XXVIII - hotéis, pousadas e afins, limitada a 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade de quartos; XXIX - atividades de igrejas e templos religiosos; XXX - atividade de pesca no mar; e XXXI - atividade de locação de veículos" (ESPÍRITO SANTO, 2021c).

²⁵ À exceção de farmácias, postos de combustíveis, assistência à saúde, assistência social, transporte de cargas e passageiros, transporte público, hotéis, serviços funerários, igrejas e templos religiosos.

foi revogado e passou a vigorar o Decreto N° 4848-R. Permanecia a quarentena, porém, dentre as alterações notáveis, destaca-se a retirada do transporte público da lista de serviços essenciais, dessa forma suspendendo seu funcionamento pela primeira vez desde o início da pandemia. Também saíram dessa classificação as agências bancárias, instituições financeiras de fomento econômico e as casas lotéricas (ESPÍRITO SANTO, 2021d).

O período de quarentena e classificação de todos municípios em risco extremo terminou no dia 05 de abril de 2021; porém, diversos municípios permaneceram no nível extremo pela matriz de risco, inclusive Vitória. Nesse sentido, passou a vigorar o Decreto N° 4859-R, de 03 de abril de 2021, que determinava medidas qualificadas para municípios nesse nível de risco. Nota-se, aqui, flexibilização em relação às determinações vigentes na quarentena supramencionada. Estabelecimentos comerciais não essenciais, inclusive *shopping centers*, passaram a ser autorizados com turnos de 8 horas diárias entre quartas e sextas-feiras; já restaurantes podiam abrir por 6 horas, e prestadores de serviços estavam permitidos por 11 horas, nos mesmos dias. Em contradição, o uso de espaços livres públicos recreativos permanecia proibido, e a circulação do transporte público permanecia suspensa (ESPÍRITO SANTO, 2021e). Todavia, em 10 de abril de 2021, o Decreto N° 4866-R passou a autorizar a circulação do transporte público em dias úteis, com capacidade limitada a 50% da ocupação das cadeiras – posteriormente alterado para 75%, a partir de 26 de abril, com o Decreto N° 4874-R, de 24 de abril de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021f), e depois retirada a limitação, com o Decreto N° 4886-R, de 15 de maio de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021g) – e horário de circulação reduzido (ESPÍRITO SANTO, 2021h).

Paralelamente à flexibilização das medidas do risco extremo, houve certo enrijecimento das determinações para o risco alto, por meio da Portaria SESA N° 066-R, de 03 de abril de 2021, que também entrou em vigor no dia 05 de abril de 2021. Houve aqui uma redução do horário de funcionamento no nível mencionado para as seguintes atividades: estabelecimentos comerciais, galerias e centros comerciais (passando a limitar ao horário de 10h até as 18h em dias úteis, e até as 14h aos sábados); restaurantes e lanchonetes (limitando-se ao horário de 10h às 16h, de segunda a sábado); *shopping centers* (limitados aos horários de 12h às 20h em dias úteis, e 12h às 16h aos sábados). Além disso, houve a proibição de festas e bailes em

geral, inclusive nos espaços públicos, o que até então não era previsto (ESPÍRITO SANTO, 2021i). Por outro lado, a Portaria SESA/SEDU N° 02-R, de 17 de abril de 2021, passou a permitir atividades de ensino no risco alto por meio do atendimento individual de alunos por professores (ESPÍRITO SANTO, 2021j); e, para além, a Portaria SESA/SEDU N° 03-R, de 08 de maio de 2021, autorizou as atividades de ensino sem serem limitadas ao atendimento individual, similarmente ao risco moderado, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I (ESPÍRITO SANTO, 2021k). Também no sentido da flexibilização, a Portaria SESA N° 083-R, de 24 de abril de 2021, ampliou o horário de funcionamento de restaurantes em *shoppings* para 12h às 20h, em dias úteis, e 12 às 16h aos sábados – todavia, a mesma portaria limitava o horário de operação do transporte público no risco alto de segunda à sábado entre 5h às 22h (ESPÍRITO SANTO, 2021l), o que posteriormente foi alterado para 5h às 0h, de segunda à domingo, com a Portaria SESA N° 100-R, de 15 de maio de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021m). Ademais, excepcionalmente na semana do dia das mães – 03 a 08 de maio –, a Portaria SESA N° 089-R ampliou o horário permitido para o comércio no risco alto para 10h às 20h em dias úteis e 08h às 18h no sábado (ESPÍRITO SANTO, 2021n).

Já no mês de junho de 2021, ocorreram mais flexibilizações nas medidas do risco alto, ampliando o horário permitido para *shopping centers* aos sábados, passando para 12h às 20h, com a Portaria SESA N° 110-R, de 05 de junho de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021o). Além disso, a Portaria SESA/SEDU N° 04-R, de 12 de junho de 2021, passou a permitir atividades de ensino, em todos os níveis – não mais somente para Educação Infantil e no Ensino Fundamental I –, com os mesmos protocolos do risco moderado a partir de 21 de junho de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021p). Também do dia 12 de junho de 2021 é o Decreto N° 4905-R, que autorizava a SESA a expedir portaria estabelecendo o retorno presencial dos servidores públicos de grupo de risco que estivessem imunizados (ESPÍRITO SANTO, 2021q).

As flexibilizações continuaram a se estender para os demais níveis de risco em julho de 2021, com o aumento da lotação permitida em eventos sociais nos riscos baixo e moderado para 600 pessoas, desde que com uma ocupação de até 50% da capacidade máxima do local, e mediante apresentação de comprovante de vacinação, conforme Portaria SESA N° 144-R, de 21 de julho de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021r) – o que posteriormente também foi autorizado, nesses mesmos termos, para eventos

esportivos, com a Portaria SESA N° 177-R, de 10 de setembro de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021s). Também de 21 de julho de 2021, a Portaria SESA/SEDU N° 06-R suspendeu todas as restrições sanitárias que tornavam o ensino presencial não obrigatório para alunos sem comorbidades ou deficiências, tornando obrigatório o retorno presencial desses alunos (ESPÍRITO SANTO, 2021t). Essa determinação ainda sofreu alterações em outubro, quando se passou a exigir também o retorno presencial de alunos com comorbidades, com a Portaria SESA/SEDU N° 07-R, de 06 de outubro de 2021 – que também autorizava, nas escolas, a realização de atividades que implicassem em reuniões de pessoas, o uso compartilhado de brinquedos, e a prática de atividades esportivas coletivas (ESPÍRITO SANTO, 2021u) –, e de alunos com deficiências, com a Portaria SESA/SEDU N° 08-R, de 19 de outubro de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021v).

A metodologia de mapeamento de risco sofreu uma alteração considerável em 23 de outubro de 2021, quando o Decreto N° 4994-R estabeleceu uma nova classe de risco: o nível muito baixo, baseado em indicadores epidemiológicos de cada microrregião estadual (ESPÍRITO SANTO, 2021w). Na mesma data, a Portaria SESA N° 211-R determinava os requisitos que os municípios de uma microrregião deveriam acumular para se classificarem nesse nível: 1) 80% da população adulta com esquema vacinal completo (duas doses, no momento em questão); 2) 90% da população entre 12 a 17 anos vacinada com uma dose; 3) 90% da população idosa vacinada com a dose de reforço; 4) todos municípios tivessem ponto de testagem disponível à população (ESPÍRITO SANTO, 2021x). O atendimento da microrregião aos requisitos classificava todos seus municípios no risco muito baixo. Já a Portaria SESA N° 210-R, também da mesma data, estabelecia as medidas qualificadas previstas para o risco muito baixo, que consistiam na liberação do funcionamento de todos os estabelecimentos, de modo irrestrito, apenas com orientação ao uso de máscaras ao sair de casa e disponibilização de itens de higienização, mediante controle de entrada apenas para pessoas com esquema vacinal de duas doses completo (com algumas exceções, como: estabelecimentos comerciais; academias; *shopping centers*; cinemas, teatros, circos e similares; unidades de conservação e parques

municipais²⁶), desde que compusessem o público elegível para vacinação no momento em questão. Essa portaria ainda flexibilizou mais a lotação de eventos sociais, esportivos e *shows* no nível de risco baixo, removendo o limite máximo de pessoas em locais abertos – desde que a ocupação se mantivesse em até 50% da capacidade do local –, e aumentando o limite para 1200 pessoas em locais fechados (ESPÍRITO SANTO, 2021y).

Algumas semanas depois, a Portaria SESA N° 220-R, de 12 de novembro de 2021, removeu nas orientações para cinemas, teatros, circos e similares – permitidos nos níveis de risco muito baixo, baixo e moderado, porém sem protocolos para o nível muito baixo – a exigência de distanciamento de 1,5 metros entre pessoas e o limite de lotação do público, que até então era 40% da capacidade máxima (ESPÍRITO SANTO, 2021z), restando apenas o limite de 1 pessoa a cada 10 m². Também se retiraram as orientações para garantir distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas nas instituições de ensino com a Portaria SESA/SEDU N° 09-R, de 23 de novembro de 2021 (ESPÍRITO SANTO, 2021aa). Outras atividades também foram flexibilizadas ao final de 2021, como as boates, que passaram a ser autorizadas no nível de risco baixo, desde que com lotação limitada a 50% da capacidade máxima do local, e restrição de até 1200 pessoas para ambientes fechados, além da exigência de apresentação de esquema vacinal completo (com duas doses), com a Portaria SESA N° 267-R (ESPÍRITO SANTO, 2021ab).

Ao início de 2022, diante de um aumento vertiginoso no número de casos no estado, associado à ampla transmissão da variante Ômicron – alcançando, em fevereiro, o maior pico de casos em todo período analisado –, a Portaria SESA N° 08-R, de 15 de

²⁶ No texto da legislação, é prevista a exigência do esquema vacinal completo nas seguintes atividades: “a) bares que possuam pista de dança e/ou atrações musicais, restaurantes que possuam pista de dança e/ou atrações musicais, casas de show, boates, e/ou locais afins; b) shows, festas e bailes em espaço público ou privados; c) eventos corporativos, técnicos, acadêmicos e científicos, tais como feiras, congressos, simpósios, palestras, cursos/treinamentos, workshops/oficinas, convenções, fórum, seminários, feiras de negócios, e outros similares; d) eventos sociais, tais como casamentos, aniversários, formaturas, festas beneficentes, coquetéis e outros tipos de confraternizações, realizados em cerimoniais, clubes, hotéis, pousadas, e outros similares; e) eventos e competições esportivas realizadas em estádios, ginásios, áreas de clubes ou qualquer local com possibilidade de controle de acesso do público; f) eventos culturais, tais como festivais, concertos musicais, apresentações de artes cênicas (teatro, dança, circo), apresentações musicais, performances, saraus literários, lançamentos de livros, exposições de filmes, exposições artísticas, e outros similares; g) museus, centros culturais, galerias, bibliotecas, acervos e similares; h) parques de diversão; i) de visitantes de instituição de longa permanência para idosos; e j) de visitantes de estabelecimentos de assistência social (orfanato e/ou abrigo)” (ESPÍRITO SANTO, 2021y).

janeiro de 2022, suspendeu temporariamente o enquadramento de municípios no nível de risco muito baixo, enquanto não houvesse redução dos casos ativos no Espírito Santo (ESPÍRITO SANTO, 2022a) – sendo revogada somente em 14 de março de 2022.

Todavia, apesar da expressiva escalada de casos no estado durante janeiro de 2022, a Portaria SESA N° 020-R, de 28 de janeiro de 2022, trouxe mais flexibilizações em todos níveis de risco. Houve a remoção de medidas relativas ao limite de pessoas por metro quadrado e ao distanciamento mínimo entre pessoas exigido, em todos níveis de risco – desde que as atividades estivessem permitidas no nível em questão –, nas seguintes atividades: academias; cinemas, teatros, circos e similares; estabelecimentos comerciais, galerias e centros comerciais; eventos corporativos, acadêmicos, técnicos e científicos; *shopping* centers; bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de conveniência, distribuidoras de bebidas e similares. Para além, a portaria também autorizava no risco moderado boates, com as mesmas regras do risco baixo, e também *shows*, comícios e afins, com limite de 1200 pessoas para ambientes fechados, e 2000 pessoas para locais abertos, desde que a lotação se limitasse a 50% da capacidade máxima do espaço. Por fim, a portaria alterou critérios para consideração do esquema de vacinação nos casos em que é necessário (ou seja, no risco muito baixo e em atividades específicas nos demais riscos), passando a exigir não mais a apresentação de comprovante relativo a duas doses, mas o esquema vacinal atualizado, incluindo as doses de reforço, considerando um intervalo de dias tolerável desde a última dose tomada (ESPÍRITO SANTO, 2022b).

Como mencionado anteriormente, em 14 de março de 2022 a classificação de municípios no nível de risco muito baixo voltou a ser permitida, por meio da Portaria SESA N° 039-R, de 11 de março de 2022, que também flexibilizava o uso de máscaras nos níveis muito baixo e baixo, passando a recomendar (no caso do risco muito baixo) e determinar (no caso do risco baixo) o uso apenas em ambientes fechados, não mais em todos ambientes fora de casa²⁷. Além disso, a portaria também removeu a exigência de apresentação de passaporte vacinal para entrada em estabelecimentos no risco muito baixo, passando a exigir somente a partir do risco baixo, mas não em atividades como estabelecimentos comerciais, centros comerciais, *shoppings*,

²⁷ Todavia, a Portaria SESA N° 049-R, de 23 de março de 2022, excetuou o uso de máscaras em ambientes fechados no risco baixo no caso de academias (ESPÍRITO SANTO, 2022d).

cinemas, teatros, circos, parques municipais e unidades de conservação²⁸, onde não era orientado esse procedimento (ESPÍRITO SANTO, 2022c).

Em 02 de abril de 2022, novas flexibilizações foram feitas nas medidas qualificadas para o nível de risco baixo, com remoção do limite máximo de público – tanto relativo ao número de pessoas por metro quadrado, quanto ao máximo valor absoluto de lotação admissível – para boates, eventos esportivos, eventos sociais, *shows*, comícios, passeatas e afins, através da Portaria SESA N° 056-R, de 01 de abril de 2022. Essa alteração também foi feita para o risco moderado, exceto no caso de *shows*, comícios, passeatas e afins (ESPÍRITO SANTO, 2022e).

Poucos dias depois, em 07 de abril de 2022, o Decreto N° 5125-R, de 06 de abril de 2022, extinguiu a metodologia do mapeamento de risco e as medidas qualificadas no Espírito Santo, ao revogar os Decretos N° 4636-R, que instituía o mapeamento de risco, e N° 4859-R, que definia medidas qualificadas para o risco extremo (ESPÍRITO SANTO, 2022f). Sendo assim, as medidas que determinavam uso de máscaras, exigência de apresentação do esquema vacinal atualizado, fechamento de atividades em determinados níveis de risco, protocolos de higienização e distanciamento, entre outras, deixaram de ser aplicadas no estado a partir desse momento. Embora não se tenham identificados atos normativos que revogassem todos decretos e portarias que detalhavam as determinações vigentes até então, os mesmos passaram a ser inválidos, uma vez que o Decreto N° 4636-R, que era base para as medidas de

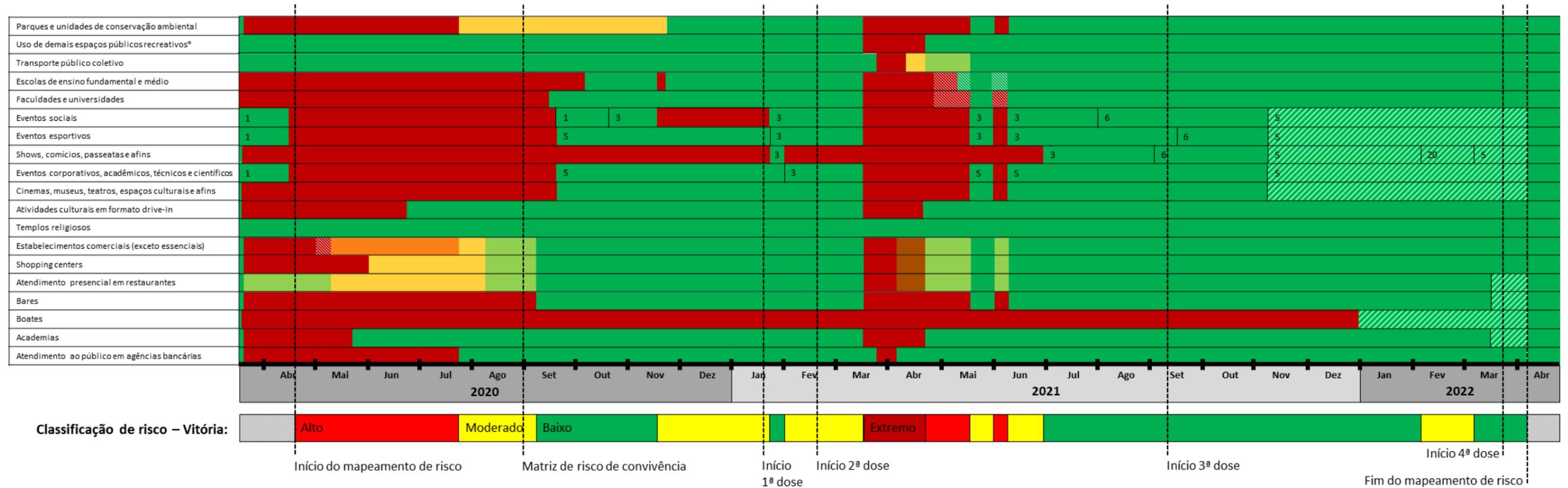
²⁸ As atividades nas quais era prevista a exigência do esquema vacinal atualizado eram as seguintes: “a) casas de show, boates e/ou locais afins; b) shows, festas e bailes em espaço público ou privados; c) eventos corporativos, técnicos, acadêmicos e científicos, tais como feiras, congressos, simpósios, palestras, cursos/treinamentos, workshops/oficinas, convenções, fórum, seminários, feiras de negócios, e outros similares; d) eventos sociais, tais como casamentos, aniversários, formaturas, festas beneficentes, coquetéis e outros tipos de confraternizações, realizados em cerimoniais, clubes, hotéis, pousadas, e outros similares; e) eventos e competições esportivas realizadas em estádios, ginásios, áreas de clubes ou qualquer local com possibilidade de controle de acesso do público; f) eventos culturais, tais como festivais, concertos musicais, apresentações de artes cênicas (teatro, dança, circo), apresentações musicais, performances, saraus literários, lançamentos de livros, exibições de filmes, exposições artísticas, e outros similares; g) museus, centros culturais, galerias, bibliotecas, acervos e similares; h) parques de diversão; i) de visitantes de instituição de longa permanência para idosos; j) de visitantes de estabelecimentos de assistência social (orfanato e/ou abrigo); k) academias; e l) bares, restaurantes e lanchonetes, com exceção: i) daqueles localizados em praças de alimentação e em quiosques em áreas de circulação de pessoas de shopping centers; ii) dos quiosques de praia que não utilizem o formato de atendimento em mesas; e iii) da possibilidade de comercialização remota, com entrega de produtos com a entrega de produtos nas modalidades *delivery* (a domicílio), *take away* (diretamente no estabelecimento para consumo/utilização em outro local) e *drive thru* (com o uso de veículos)” (ESPÍRITO SANTO, 2022c).

combate à pandemia ao estabelecer a metodologia do mapeamento de risco, foi revogado.

3.2 Análise

As restrições de funcionamento a cada atividade ocasionadas pela gestão da pandemia foram sistematizadas e representadas no quadro da Figura 20, que as dispõem temporalmente até abril de 2022, momento em que o mapeamento de risco é encerrado. Nesse sentido, foram listadas 19 atividades e registradas sua suspensão ou liberação ao longo dos meses, dispostas em nove categorias: suspensão (total); funcionamento exclusivamente para atendimento individual, sem restrições de horário; funcionamento de quarta a sexta-feira (durante a quarentena de março e abril de 2021); funcionamento em dias úteis alternados; funcionamento em dias úteis; funcionamento de segunda a sábado; funcionamento com horário irrestrito; funcionamento com horário irrestrito mediante exigência de apresentação de esquema vacinal; e no caso de escolas, funcionamento com horário irrestrito apenas para Educação Infantil e Fundamental 1.

Figura 20 – Restrições por atividade ao longo da pandemia relacionadas à classificação de risco



LEGENDA

- Suspensão
- Permitido somente atendimento individual
- Qua-Sex
- Dias úteis alternados
- Dias úteis
- Seg-Sáb
- Sem restrições de horário
- Somente Educação Infantil e Fundamental 1
- Exigência de apresentação de esquema vacinal (horário irrestrito)

* Se enquadram nessa categoria “praças, parques, jardins públicos, campos públicos de futebol, quadras públicas de esportes públicas, ginásios públicos de esportes e outros espaços públicos equivalentes” (ESPÍRITO SANTO, 2021b), exceto parques, já abrangidos por outra categoria

- 1: Até 100 pessoas
- 3: Até 300 pessoas
- 6: Até 600 pessoas
- 20: Até 2000 pessoas
- S: Sem limite máximo de público

Fonte: Elaborado pelo autor

São situados, ao longo do período analisado, os acontecimentos mais relevantes, relacionados à implementação da metodologia do mapeamento de risco e ao avanço da vacinação, indicando-se os momentos do início da aplicação de cada dose. Também se expõe, abaixo da linha do tempo, a classificação de risco do município de Vitória em cada momento, possibilitada pela coleta e organização de todas as classificações ao longo do período – sistematizada e apresentada no Apêndice A.

Cabe destacar que a linha do tempo apresentada não abrange os protocolos para funcionamento das atividades – como limite máximo de pessoas por metro quadrado, ou medidas de higiene e distanciamento – ou o horário diário máximo de funcionamento permitido em cada momento, apenas a possibilidade de abertura nos dias da semana. Entretanto, no caso de eventos (separados em quatro categorias – sociais; esportivos; corporativos, acadêmicos, técnicos e científicos; *shows*, comícios, passeatas e afins), indica-se também o público máximo possível em cada momento, embora também houvessem protocolos cumulativos relativos à quantidade de pessoas permitida por metro quadrado, que não são indicados no quadro.

A partir da Figura 20, fica nítida a priorização de atividades econômicas, como estabelecimentos comerciais e *shopping centers*, sobre espaços livres públicos como parques e unidades de conservação ambiental, como se observa, em 2020, com a liberação gradual dos parques, que se estendeu até o final de novembro, enquanto estabelecimentos comerciais e *shoppings* foram mais rapidamente flexibilizados, com reabertura sem restrições de horários a partir do início de setembro. Ademais, durante todo o período analisado, houve maior flexibilização para as atividades comerciais, que logo passaram a ser autorizadas no risco alto, a partir de maio de 2020, enquanto parques e unidades de conservação ambiental permaneceram suspensos nesse nível de risco durante toda a gestão estadual da pandemia – ainda que o município de Vitória tenha sido classificado nos níveis moderado e baixo na maior parte do tempo, passando a possibilitar a abertura dos parques e unidades de conservação ambiental; no entanto, nos momentos em que retornava ao risco alto, esses espaços livres públicos eram fechados, enquanto o comércio permanecia liberado.

Exemplifica-se essa questão também em abril de 2021: após o término da quarentena e a permanência do risco extremo no município de Vitória, foi autorizada a abertura de estabelecimentos comerciais e *shoppings* entre e quarta e sexta-feira, enquanto

permanecia suspenso o uso de espaços livres públicos recreativos, como praças, parques e quadras. Há aqui uma contradição, já que os espaços livres públicos são locais abertos, com ventilação natural, e menor risco de contágio em comparação a *shopping centers*, tipicamente fechados, com ventilação artificial e maior risco de transmissão do vírus.

Também no período da quarentena em março e abril de 2021, chama atenção a suspensão da operação do transporte público coletivo inicialmente, e a subsequente mudança para funcionamento em dias úteis apenas, provavelmente associada à reabertura de atividades comerciais não essenciais. Essas decisões favorecem a interpretação de que o atendimento a demandas econômicas dos setores privados sobressaiu à busca pelo controle epidêmico eficiente, com compromisso social. Também revelam que a manutenção dos interesses econômicos sobrepujou à oferta pública e democrática de lazer e recreação para a sociedade, mesmo sendo realizada em espaços amplamente mais seguros. Por outro lado, mostram a falta de pressão popular pela utilização dos espaços livres públicos durante a pandemia.

Outras medidas igualmente reforçam a noção de que a gestão empenhada foi, em muitos casos, displicente quanto ao combate da transmissão viral. As flexibilizações implementadas em 28 de janeiro de 2022 – relativas a remoção do limite de pessoas por metro quadrado em academias; cinemas, teatros, circos e similares; estabelecimentos comerciais, galerias e centros comerciais; eventos corporativos, acadêmicos, técnicos e científicos; *shopping centers*; bares, lanchonetes, restaurantes, lojas de conveniência, distribuidoras de bebidas e similares – se deram diante do maior pico de casos registrado no Espírito Santo, em função da alta transmissibilidade da variante Ômicron, atingindo seu ápice no início de fevereiro. Portanto, mesmo em meio ao agravamento do cenário epidemiológico em todo estado, flexibilizações eram feitas, favorecendo a continuidade da transmissão.

Conclui-se, portanto, que a gestão empenhada não se baseou na segurança epidemiológica e no acesso democrático a bens públicos como principal objetivo a ser cumprido. Nota-se ainda que, dentre todas as atividades apresentadas, a única que permaneceu sem suspensões em todo período analisado foram os templos religiosos, passando a ser considerados atividade essencial a partir de julho de 2020.

CAPÍTULO 4. RECONSTITUIÇÃO DAS PRÁTICAS SOCIAIS NOS ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DO CENTRO DE VITÓRIA (ES) DURANTE A PANDEMIA

A partir da contextualização da gestão da pandemia no município, busca-se traçar uma cronologia das transformações nas práticas sociais do Centro ao longo do período de análise, com foco nos espaços livres públicos. Para tanto, recorre-se ao levantamento, organização e descrição de notícias e matérias jornalísticas dos diferentes momentos da pandemia dentro do tópico abordado. Dessa forma, se reconstitui uma visão geral das práticas sociais no objeto de estudo por meio de fragmentos do cotidiano, que embora incapazes de representar as múltiplas percepções e vivências dos habitantes, possibilitam delinear os principais eventos protagonizados nos espaços livres públicos.

O levantamento de notícias aqui apresentado foi realizado a partir de sucessivas pesquisas na *web* por meio da ferramenta de busca *Google*, utilizando-se de filtros para obter resultados mês a mês. Foi pesquisado o termo “Centro’ de Vitória”, destacando-se o uso de aspas na palavra “Centro” para restringir apenas a resultados que contenham obrigatoriamente essa palavra. Utilizou-se a aba “Notícias” e aplicou-se filtro temporal para limitar os resultados apenas a um intervalo temporal específico, relativo a um mês.

Esse procedimento foi repetido para todos os meses do recorte temporal proposto na pesquisa, de março de 2020 a junho de 2022. Após coleta dos resultados, os mesmos foram filtrados pela manchete, e depois pelo conteúdo da notícia ou matéria. Esse procedimento possibilitou levantar conteúdos jornalísticos sobre o bairro em cada mês, e selecionar apenas aqueles relevantes aos espaços livres públicos ou às dinâmicas socioespaciais em geral. Os resultados finais, após todos filtros – totalizando 124 publicações –, foram organizados em uma tabela contendo a data da publicação, o tema²⁹, uma breve descrição do conteúdo e a fonte, que serviu de base para se elaborar a descrição cronológica apresentada a seguir. Dessa forma, foi

²⁹ Quanto aos temas, foram agrupados em nove categorias: cotidiano, aglomeração, manifestação, comércio, cultura, religião, carnaval, eventos e outros.

possível a busca simultânea em diversos veículos jornalísticos, dos quais se destacam A Gazeta, G1 ES, Século Diário, Folha Vitória e Tribuna Online³⁰.

Após a descrição das notícias e matérias levantadas no subcapítulo 4.1, parte-se à análise dos mesmos no subcapítulo 4.2, e apresentam-se ao final mapas que sintetizam as situações identificadas, tanto num aspecto cronológico, de cada ano estudado – 2020, 2021 e 2022 – (Figuras 87, 88 e 89), quanto num aspecto espacial, relacionado aos usos levantados em cada espaço livre público durante todo o recorte temporal (Figura 90).

Ressalta-se, como mencionado em outros momentos da dissertação, que alguns espaços livres públicos do Centro apresentaram maior destaque no levantamento elaborado nesse capítulo. Apesar da pesquisa ter sido realizada de modo generalizado para a totalidade do bairro, foram identificadas mais situações de interesse da pesquisa nesses espaços e/ou tiveram maior recorrência quanto à aparição nas notícias e matérias levantadas. Tratam-se das avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes, da Rua Sete de Setembro e das praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia.

4.1 Descrição

Entre 22 e 26 de fevereiro de 2020, duas semanas antes de ser publicado o primeiro decreto estadual relativo à pandemia de COVID-19 – que declarava estado de emergência em saúde pública no Espírito Santo –, o Centro de Vitória era palco do tradicional carnaval de rua, o qual anualmente transformava temporariamente as dinâmicas socioespaciais de diversos espaços livres públicos do bairro. Dentre eles, se destacam principalmente as avenidas Marechal Mascarenhas de Moraes (popularmente referida como Avenida Beira-Mar), Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel, as ruas Sete de Setembro e Gama Rosa, e as praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia, além dos entornos desses locais.

³⁰ As notícias e portais consultados encontram-se, nas referências bibliográficas, separados dos referenciais teóricos que orientaram o trabalho, e da legislação, analisada no capítulo anterior. Foram organizados por veículo jornalístico ou portal correspondente, alfabeticamente, e ordenados na ordem de menção no texto, facilitando a identificação para o leitor.

O carnaval de rua no Centro de Vitória em 2020 teve grande adesão popular, apresentando maior público em relação aos anos anteriores, estimado em 180 mil pessoas ao longo de quatro dias de evento – chegando a alcançar 60 mil pessoas somente no domingo de carnaval (A GAZETA, 2020b). Diversos blocos de rua mobilizaram apropriações dos espaços livres públicos do bairro, como Regional da Nair, Afro Kizomba, Maluco Beleza, Bekoo das Pretas, Puta Bloco, Batuqrellas, Vai que Gama, Amigos da Onça, e outros.

Pouco tempo após a introdução do vírus no município e a tomada das primeiras medidas por parte do poder público estadual, noticiava-se, nos dias 17 e 18 de março de 2020, baixa movimentação de pessoas em diversas áreas da cidade, inclusive no Centro de Vitória (A GAZETA, 2020c; A GAZETA, 2020d). Locais que tradicionalmente apresentavam considerável fluxo de pessoas e veículos, como a Avenida Jerônimo Monteiro – pela atividade comercial e importância intermunicipal –, apareciam atipicamente pouco movimentados em registros fotográficos (Figura 21), mesmo antes da suspensão do funcionamento dos estabelecimentos comerciais.

Figura 21 – Baixa movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro na manhã do dia 17/03/2020, terça-feira



Fonte: Ricardo Medeiros (A GAZETA, 2020c)

Com a suspensão do funcionamento de estabelecimentos comerciais entre 21 de março e 11 de maio de 2020 – à exceção daqueles considerados essenciais – estima-

se que tal redução na circulação de pedestres se manteve nas áreas mais comerciais do bairro. Em matéria de 08 de maio, registrava-se a Avenida Jerônimo Monteiro com fluxo igualmente inexpressivo, em meio aos comércios fechados (Figura 22) (A GAZETA, 2020e). A suspensão dos estabelecimentos era garantida com a fiscalização da Prefeitura de Vitória, juntamente com a Polícia Militar, que, até o dia 17 de abril, havia realizado 493 fechamentos de comércios abertos irregularmente – 43 no Centro de Vitória, terceiro bairro com mais fechamentos no município (A GAZETA, 2020f).

Figura 22 – Baixa movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro com a suspensão do comércio



Fonte: Vitor Jubini (A GAZETA, 2020e)

Em contrapartida, uma matéria de 22 de abril de 2020 expõe fotos de diferentes localidades do bairro, onde se nota uma movimentação de pedestres comparativamente maior, apesar do fechamento de diversas atividades (Figuras 23 e 24) (A GAZETA, 2020g). Pode-se concluir, portanto, que mesmo diante desse período de circulação mais restrita, não houve ausência na circulação de pessoas nas ruas do bairro de forma constante e generalizada, apenas uma provável redução geral na média de pedestres e veículos em comparação com o período anterior à pandemia. Também se nota nesses registros a adoção parcial do uso de máscaras pela população nos espaços livres públicos do Centro, mesmo já sendo obrigatória por

decreto estadual, além do funcionamento do comércio informal dos ambulantes (Figura 25).

Figura 23 – Movimentação de pedestres na Avenida Jerônimo Monteiro, próximo ao Sesc Glória, em 22/04/2020, quarta-feira



Fonte: Vitor Jubini (A GAZETA, 2020g)

Figura 24 – Movimentação de pedestres na Rua Sete de Setembro em 22/04/2020, quarta-feira



Fonte: Vitor Jubini (A GAZETA, 2020g)

Figura 25 – Movimentação de pedestres na Avenida Jerônimo Monteiro em 22/04/2020, quarta-feira: uso parcial de máscaras e funcionamento do comércio informal



Fonte: Vitor Jubini (A GAZETA, 2020g)

Além disso, apesar dos indícios da ampliação na adoção do distanciamento social por parte da população nos primeiros meses da pandemia, outras notícias revelavam instâncias de maior concentração de pessoas ou realização de atividades em espaços livres públicos. Em 06 de abril de 2020, por exemplo, noticiava-se alta movimentação de pessoas e aglomerações em feiras livres da Grande Vitória (G1 ES, 2020b). Todavia, não houve menção específica à feira da Rua Sete de Setembro, realizada no Centro de Vitória.

Paralelamente a esse momento de suspensões em diversas atividades pela legislação estadual, identificavam-se no contexto municipal ações que buscavam reinventar o cotidiano em meio ao distanciamento social. Nesse sentido, o uso do espaço virtual foi uma das principais formas de buscar alternativas para realização de atividades tradicionalmente intermediadas pelo espaço urbano. No âmbito da cultura, diversas *lives* foram realizadas no período, com apresentações artísticas variadas. Como exemplo, pode ser citado o Festival “Fico em Casa ES”, que, em sua primeira edição, realizada entre os dias 28 e 30 de março de 2020, promoveu a apresentação, de modo virtual, de mais de 160 artistas, entre músicos, poetas, artistas de teatro e dança (SECULT, 2020). Outro exemplo se deu com as transmissões realizadas pela

Orquestra Sinfônica do Espírito Santo, no projeto “Café da Manhã com a Orquestra”, onde seus músicos se apresentavam virtualmente em diversas plataformas, de modo regular entre 14 de abril e 28 de agosto de 2020 (Figura 26) (A GAZETA, 2020h). Pode se citar, ainda, a adaptação do Sarau da Barão, evento de poesia tradicionalmente realizado na Rua Barão de Monjardim, para o espaço virtual por meio de *lives* no *Instagram* (SÉCULO DIÁRIO, 2020a), desde o início da pandemia até dezembro de 2021 – quando retorna aos espaços livres públicos da rua em questão. Considerando a importância da cultura no contexto do Centro de Vitória, entende-se que essa transposição para o meio virtual se relacionou diretamente com a inatividade dos espaços culturais do bairro e da forte atenuação da realização de atividades culturais presenciais.

Figura 26 – Apresentação virtual do projeto Café da Manhã com a Orquestra



Fonte: YouTube Secult Espírito Santo (2020)

Reinvenções no cotidiano por meio da cultura também foram identificadas de modo presencial em espaços privados do Centro, como se noticiou com a apresentação de um casal de músicos para seus vizinhos no átrio do edifício residencial Gaivota – localizado na Rua Sete de Setembro – em 25 de março de 2020 (A GAZETA, 2020i). Essa iniciativa remete, ainda que de forma menos expressiva, às diversas apresentações artísticas realizadas a partir de fachadas de edifícios em cidades italianas (NBC NEWS, 2020), tão noticiadas nos primeiros meses da pandemia, em 2020. Embora, no caso do Centro, não tenha sido dado em contato com o espaço

público, o acontecimento revela a transformação do cotidiano urbano dos habitantes impulsionada a partir da pandemia.

Manifestações religiosas tradicionalmente realizadas de forma presencial em igrejas do Centro também foram amplificadas no espaço virtual com a ascensão da pandemia, contribuindo para a transformação do cotidiano dos habitantes e frequentadores do bairro. Um exemplo notável se deu com a realização de missas da Catedral Metropolitana de Vitória – importante edifício religioso no contexto patrimonial do estado, construído entre 1920 e 1970 – de forma *online*, por meio de transmissões em redes sociais (A GAZETA, 2020j). Embora já realizassem transmissões mesmo antes da pandemia, sua importância se tornou maior com a ampliação do distanciamento social e a redução da capacidade de público presencial permitido na igreja.

Um exemplo notável dessa transposição para o meio virtual se deu com a forma de realização da Romaria das Famílias, importante procissão que ocorre na Festa da Penha³¹, tradicionalmente denominada de Romaria dos Homens, em 18 de abril de 2020. Ao invés do percurso presencial a pé, o evento ocorreu por meio de transmissão *online* da imagem da padroeira erguida no caminhão do Corpo de Bombeiros (Figura 27) percorrendo as ruas de Vitória e Vila Velha, partindo da Avenida Jerônimo Monteiro, na Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória, e se direcionando para a Terceira Ponte, por meio da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes. Apesar do formato virtual, algumas pessoas saíram de suas casas no trajeto pelo qual o veículo cruzou para acompanhar a passagem (A GAZETA, 2020k).

³¹ A Festa da Penha é um tradicional evento religioso realizado anualmente desde 1570 em celebração a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Espírito Santo. A Romaria dos Homens acontece durante a Festa da Penha desde 1955, consistindo numa peregrinação com 14 quilômetros de extensão, saindo da Catedral Metropolitana, no Centro de Vitória, e chegando ao Parque da Prainha, em Vila Velha (CONVENTO DA PENHA, 2019). No entanto, nos anos de 2020 e 2021 a procissão foi realizada com o nome “Romaria das Famílias”.

Figura 27 – Imagem de Nossa Senhora da Penha erguida no caminhão do Corpo de Bombeiros



Fonte: Fernando Madeira (A GAZETA, 2020k)

Nos espaços livres públicos do bairro também se notaram intervenções pontuais anônimas que se relacionam à ascensão da pandemia. Como exemplo, pode-se citar a colocação de máscaras nos monumentos do Papa Pio XII e da Dona Domingas, situados respectivamente na Praça Pio XII e em frente ao Palácio Anchieta, no Centro de Vitória (Figuras 28 e 29) (A GAZETA, 2020l). Embora silenciosas, essas intervenções situam o espaço-tempo em que se vive, trazendo à tona a centralidade da problemática da COVID-19 no espaço urbano durante o período. Assim, mesmo não representando transformações em termos de práticas sociais, simbolizam reinvenções dos espaços da cidade na escala do cotidiano, potencialmente impactando as percepções das pessoas que ali circulam.

Figura 28 – Intervenção no monumento do Papa Pio XII



Fonte: A Gazeta (2020l)

Figura 29 – Intervenção no monumento da Dona Domingas



Fonte: Elis Carvalho (A GAZETA, 2020l)

Além disso, mesmo com a ascensão da pandemia, os espaços livres públicos do Centro continuaram sendo palco de manifestações e atos políticos. Em 24 de abril de 2020, noticiava-se protesto de rodoviários nas proximidades do Palácio Anchieta contra o atraso no pagamento de seus salários e benefícios (Figura 30), o qual a empresa Setpes atribuiu à diminuição de arrecadação associada à redução de mais de 80% de passageiros nos ônibus de Vitória, desde o início da pandemia até a data em questão (A GAZETA, 2020m) – dado que corrobora com os indícios de atenuação na circulação de pessoas na cidade, durante o período inicial da pandemia.

Figura 30 – Protesto dos rodoviários em frente ao Palácio Anchieta, 2020



Fonte: A Gazeta (2020m)

Em 18 de maio de 2020, os rodoviários novamente voltaram a protestar no Centro, fechando parcialmente as avenidas Jerônimo Monteiro e Getúlio Vargas (Figura 31), porém, agora, contra a retirada de cobradores dos ônibus do sistema Transcol (A GAZETA, 2020n), medida instaurada pelo governo estadual com o suposto objetivo de reduzir a transmissão de COVID-19 dentro dos ônibus, ao não aceitar pagamento de passagem em dinheiro (A GAZETA, 2020o).

Figura 31 – Protesto dos rodoviários na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: A Gazeta (2020n)

Ainda nos primeiros meses de pandemia, em 28 de abril de 2020, também se registrava no Centro a ocorrência de aglomerações na calçada junto ao banco Caixa Econômica Federal da Avenida Princesa Isabel para saque do auxílio emergencial, com pouca distância entre pessoas e baixa adesão no uso de máscaras (Figura 32) (A GAZETA, 2020p). A situação levou ao ajuizamento de ação civil pública contra o banco por parte do Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES), o qual solicitou a demarcação da fila com distância mínima entre pessoas e execução de triagem dos clientes para atendimento somente dos que precisem da modalidade presencial, visando evitar as aglomerações (A GAZETA, 2020q).

Figura 32 – Aglomeração em frente ao banco Caixa



Fonte: A Gazeta (2020p)

No mês de maio, com a reabertura do comércio em dias alternados, novamente se transformou o cenário nas áreas mais comerciais do bairro. Embora o registro de 18 de maio de 2020 (Figura 33) mostre pouco movimento de pedestres, é notável a mudança na ambiência urbana com o comércio aberto. Todavia, no período a Federação do Comércio do Espírito Santo (Fecomércio-ES) indicava que, após um mês da reabertura, o comércio faturava entre 50% e 60% menos do que no período anterior à pandemia (A GAZETA, 2020r). Dessa forma, estima-se que se manteve a redução na movimentação de pessoas nas áreas comerciais do Centro, potencialmente relacionada à adoção do distanciamento social por parte da população.

Figura 33 – Reabertura do comércio na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: A Gazeta (2020s)

Nos meses seguintes de 2020, embora tenham se identificado menos notícias relacionadas ao cotidiano e aos espaços livres públicos do Centro de Vitória, há registro de movimentação substancial de pedestres e ciclistas – inclusive gerando conflitos pela falta de espaço na calçada – na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, comumente referida como Avenida Beira-Mar, em 22 de agosto de 2020 (Figura 34) (A GAZETA, 2020t). A reportagem indica que essas disputas por espaço na calçada se davam diariamente no local durante o período em questão. Percebe-se, portanto, que mesmo diante da pandemia, no ano de 2020, se manteve a característica da utilização da Avenida Beira-Mar como local de considerável fluxo de pedestres e ciclistas e de prática de atividades físicas.

Figura 34 – Movimentação cotidiana e falta de espaço na calçada da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes



Fonte: A Gazeta (2020t)

No segundo semestre de 2020 também se noticiava a realização de manifestações nos espaços livres públicos do Centro. Em 27 de agosto de 2020, com a realização de ato simbólico pela volta do Restaurante Popular de Vitória, se concentrando na Praça Costa Pereira e seguindo em caminhada até o Fórum de Vitória (Figura 35) (SÉCULO DIÁRIO, 2020b). Em 17 de setembro de 2020, houve o protesto de funcionários dos Correios na Praça Costa Pereira, contra a privatização da empresa e a retirada de direitos trabalhistas (Figura 36) (A GAZETA, 2020u). Já em 30 de setembro de 2020, realizava-se o protesto contra a reforma administrativa do governo federal também na Praça Costa Pereira, liderado por sindicatos e movimentos sociais (Figura 37) (SÉCULO DIÁRIO, 2020c). Nessas fotografias, nota-se adesão do uso de máscara por parte dos manifestantes e evidencia-se o papel da Praça Costa Pereira na mobilização política, mesmo durante a pandemia.

Figura 35 – Ato simbólico pela volta do Restaurante Popular de Vitória, em frente ao Fórum de Vitória



Fonte: Século Diário (2020b)

Figura 36 – Protesto dos funcionários dos Correios na Praça Costa Pereira



Fonte: A Gazeta (2020u)

Figura 37 – Protesto contra reforma administrativa na Praça Costa Pereira



Fonte: Instagram CUT Espírito Santo (2020)

Também em setembro de 2020, com o Oitavário de Nossa Senhora da Vitória, durante a comemoração do centenário do início da construção da Catedral Metropolitana, realizava-se procissão por diferentes locais do Centro e do entorno – como a Esplanada Capixaba, Gruta da Onça, Praça Costa Pereira e Parque Moscoso –, porém não com uma caminhada, mas por meio de carreata com alguns veículos com a imagem da santa, semelhante ao relatado quando da comemoração da Festa de Nossa Senhora da Penha. (A GAZETA, 2020v). A mudança na forma de realização da procissão reforça o impacto da pandemia nas atividades religiosas do Centro, assim como se deu com o uso de plataformas digitais para transmissão das ações comemorativas do mesmo evento – ainda que mantendo um público presencial reduzido.

Ainda no segundo semestre de 2020, se noticiava a incidência de aglomerações pontuais no Centro, como na calçada do Fórum de Vitória, com filas para entrada no edifício (Figura 38), como indica a matéria de 28 de setembro de 2020 (A GAZETA, 2020w). Com a retomada do atendimento ao público presencial no poder judiciário e o acúmulo de demandas devido à paralisação dos prazos processuais em função da pandemia, criaram-se aglomerações constantes nas proximidades do edifício. Na

tentativa de evitar as recorrentes filas, em 8 de outubro de 2020, o Fórum de Vitória passou a disponibilizar um serviço de protocolo expresso, feito de dentro do carro, a partir de três vagas disponibilizadas pela Prefeitura de Vitória em frente à edificação, nas quais se instalou uma cabine externa de atendimento (A GAZETA, 2020x). Essa mudança também reflete uma transformação em dinâmicas socioespaciais cotidianas do bairro em decorrência da pandemia.

Figura 38 – Fila para entrada no Fórum de Vitória



Fonte: A Gazeta (2020w)

A pandemia também causou impacto na promoção de eventos esportivos nos espaços livres públicos, porém, no caso do Centro de Vitória, houve realização de evento que tradicionalmente não ocorre no bairro. A “Corrida das Luzes” – evento realizado anualmente no percurso da Prainha à Enseada do Suá pela Terceira Ponte – em 2020 foi realizada no dia 28 de novembro com trajeto diferenciado, com largada no Centro, na Praça Pio XII (Figura 39), e chegada na Praça do Papa (FOLHA VITÓRIA, 2020). A mudança ocorreu em função da pandemia: para manter distanciamento entre os corredores, a largada foi realizada em ondas, resultando em um tempo maior de evento, o que impossibilitaria a adoção da rota usual, uma vez que demandaria interrupção da Terceira Ponte por período superior a quatro horas (INSTAGRAM CORRIDA DAS LUZES, 2020). Nesse caso, nota-se uma situação oposta à tendência de interrupção de atividades no Centro por decorrência da pandemia, havendo

justamente a ascensão temporária de um evento no bairro por restrições à sua realização no percurso típico.

Figura 39 – Concentração de corredores na Avenida Beira-Mar, em frente à Praça Pio XII, para realização da Corrida das Luzes



Fonte: Folha Vitória (2020)

Apesar da retomada da maior parte das atividades no município ainda no ano de 2020 – por volta de setembro, como visto na análise da legislação –, espaços culturais marcantes do Centro de Vitória, como o Sesc Glória e o Museu Capixaba do Negro (Mucane), permaneciam fechados pelo resto do ano, mesmo autorizados para abertura a partir de 21 de setembro de 2020. Nesse sentido, a ausência na abertura do Sesc Glória se associava a uma espera por maior flexibilidade nos protocolos de prevenção à COVID-19, de modo a possibilitar a reabertura de todo o complexo (A GAZETA, 2020y). O Mucane, por sua vez, adaptou parte das atividades para o meio virtual, oferecendo cursos pelo *YouTube* e realizando oficinas também virtualmente (A GAZETA, 2020z). Por outro lado, o Museu de Arte do Espírito Santo (Maes), retomava seu funcionamento presencial a partir de 3 de dezembro de 2020, com visitas agendadas em grupos de 5 a 10 pessoas, uso obrigatório de máscaras e disponibilização de álcool em gel, dentre outras medidas (A GAZETA, 2020aa).

Ainda relacionado ao impacto da pandemia nas movimentações culturais do Centro por volta desse período, destaca-se a adaptação das atividades da Editora Cousa – que operava em um espaço de cafeteria na Rua Gama Rosa, fechado durante a

pandemia –, para um formato itinerante por meio da chamada “Kombi Literária”, dispondo seus livros numa estrutura provisória montada em espaços livres públicos da cidade (Figura 40), sobretudo do Centro de Vitória (SÉCULO DIÁRIO, 2020d). Dessa forma, novamente se observa uma instância de fomento à realização de novo uso de espaços livres públicos impulsionado pela pandemia.

Figura 40 – Kombi Literária da Editora Cousa na Rua Sete de Setembro



Fonte: Século Diário (2020d)

Ao fim de 2020, com autorização do funcionamento presencial de quase todas atividades em Vitória, ainda era evidente a importância do meio virtual no intermédio de usos presenciais frente às restrições postas pela pandemia. Por exemplo, para visitação do Parque Moscoso durante a época do natal, decorado com iluminação comemorativa, era necessário agendamento prévio *online*, visando reduzir aglomerações nesse espaço livre público (G1 ES, 2020c).

O ano de 2021 começava já com a realização de protesto do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado do Espírito Santo (Sindirodovi rios) no dia 4 de janeiro de 2021, na Avenida Jerônimo Monteiro, com chegada no Palácio Anchieta, novamente reivindicando a volta dos cobradores nos ônibus do sistema Transcol, como em 2020 (Figura 41). A manifestação começava na Praça Asdrubral Soares, em Jucutuquara, e caminhava em direção ao Centro,   tarde (A GAZETA, 2021a).

Figura 41 – Protesto dos rodoviários em frente ao Palácio Anchieta, 2021



Fonte: A Gazeta (2021a)

Dois dias depois, em 6 de janeiro de 2021, as ruas do Centro de Vitória também eram palco da realização da Folia de Reis “Seguindo a Estrela de Belém”, promovida tanto presencialmente, com um pequeno grupo de organizadores desfilando pelas ruas do bairro (Figura 42), visitando algumas casas para entregar lembranças; quanto virtualmente, com a disponibilização de um vídeo dos integrantes cantando a folia nas plataformas digitais do grupo. Ressalta-se que a realização se deu de forma restrita, em face da pandemia, com poucos participantes, utilizando máscaras, e passando apenas em frente as residências visitadas, sem entrar nelas (SÉCULO DIÁRIO, 2021a).

Figura 42 – Folia de Reis “Seguindo a Estrela de Belém” nas ruas do Centro



Fonte: Instagram Seguindo A Estrela De Belém (2021)

Também com a chegada de 2021, iniciava-se a vacinação contra a COVID-19 no Brasil e no Espírito Santo, como mencionado no capítulo anterior. Em 18 de janeiro de 2021 aplicava-se a primeira vacina no estado, no município da Serra, em uma técnica de enfermagem de 55 anos. No primeiro momento, as vacinas se restringiram ao grupo prioritário, que englobava profissionais da saúde, indígenas, idosos de casas de repouso e pessoas com deficiência institucionalizadas (G1 ES, 2021a). Todavia, a partir de 04 de fevereiro de 2021 iniciava-se a vacinação da população geral em Vitória, dividida em fases por faixas etárias, começando por idosos de 90 anos ou mais (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2022b).

Em fevereiro, época do tradicional carnaval de rua no Centro de Vitória, responsável por anualmente transformar as dinâmicas socioespaciais nos espaços livres públicos do bairro, registrava-se em fotos uma outra ambiência, muito mais próxima daquela vista cotidianamente. Os registros fotográficos feitos no sábado de carnaval, no dia 13 de fevereiro de 2021, revelam alta movimentação na Rua Sete de Setembro, relacionada à feira, realizada aos sábados (Figura 43); considerável fluxo de pedestres na Avenida Jerônimo Monteiro, a partir de seu atrativo comercial (Figura 44); e pacata movimentação na Praça Costa Pereira (Figura 45) e Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Figura 46) (A GAZETA, 2021b). Nota-se, ainda,

considerável uso de máscaras pelos frequentadores, embora não adotadas por todos. Destaca-se que todos os espaços mencionados costumam apresentar intensa agitação relacionada ao carnaval durante essa época; porém, devido ao cancelamento do desfile dos blocos de rua, encontravam-se poucos vestígios da tradicional festividade.

Figura 43 – Feira da Rua Sete durante sábado de carnaval em 2021



Fonte: A Gazeta (2021b)

Figura 44 – Movimentação na Avenida Jerônimo Monteiro durante sábado de carnaval em 2021



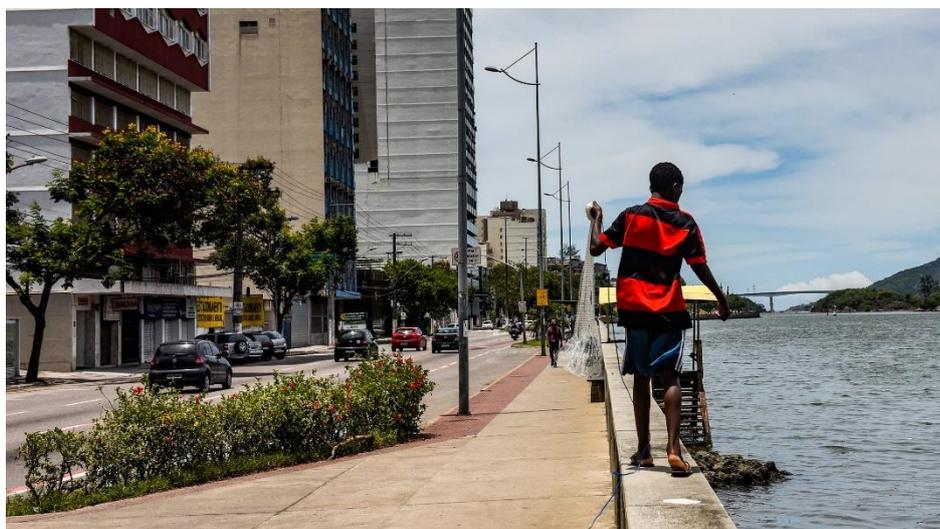
Fonte: A Gazeta (2021b)

Figura 45 – Movimentação na Praça Costa Pereira durante sábado de carnaval em 2021



Fonte: A Gazeta (2021b)

Figura 46 – Movimentação na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes durante sábado de carnaval em 2021



Fonte: A Gazeta (2021b)

Entretanto, embora não se identificasse a tradicional movimentação carnavalesca diurna em 2021, noticiava-se a incidência de aglomerações noturnas na Rua Sete de Setembro, local de atividade de bares, no fim de semana do carnaval. A matéria do jornal A Gazeta (2021c) relata: “Carros com som alto incomodaram alguns moradores que entraram em contato com a Guarda Municipal. Guardas foram à região e dispersaram quem estava na rua”. Analogamente, outra notícia do portal G1 ES (2021b) revela que a Prefeitura interrompeu o funcionamento de nove comércios

irregulares no Centro no mesmo sábado, seja por desrespeitarem protocolos de prevenção à COVID-19 ou por operarem além do horário permitido, que à época era até as 22 horas. Em registro fotográfico (Figura 47), observa-se ao fundo concentração de pessoas no trecho da Rua Sete próximo à Escadaria da Piedade e à Rua Maria Saraiva, do Bar da Zilda.

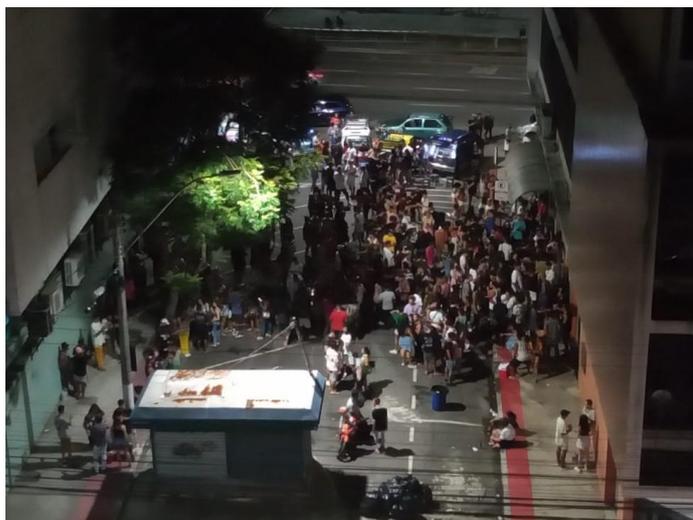
Figura 47 – Aglomeração na Rua Sete de Setembro na noite de sábado do carnaval de 2021



Fonte: A Gazeta (2021c)

Já em março, também se denunciava a presença de aglomerações em espaços livres públicos do bairro, mesmo fora do período de carnaval. Em matéria, noticiava-se a concentração de pessoas na Rua Atílio Vivácqua no sábado, dia 13 de março de 2021, durante a noite, associado às atividades do bar Subúrbio, inaugurado durante a pandemia e funcionando em horário posterior ao permitido no momento (Figura 48). Ressalta-se que, embora o evento fosse impulsionado pelo funcionamento do bar, a concentração se deu no espaço da rua, como comumente ocorre no Centro em relação a bares que promovem uso noturno dos espaços livres públicos a partir de suas atividades. A notícia ainda revela que o “Comitê Contra a Covid-19” da Prefeitura de Vitória foi acionado, dispersou o público e orientou o fechamento ao estabelecimento (G1 ES, 2021c).

Figura 48 – Aglomeração noturna na Rua Atílio Vivácqua



Fonte: G1 ES (2021c)

Também em março, frente ao anúncio da implementação da quarentena pelo governo estadual diante da súbita alta de casos, ocorria uma manifestação contra as medidas de combate à pandemia de COVID-19, em frente ao Palácio Anchieta, na tarde do dia 16 de março de 2021, terça-feira. O grupo, munido com bandeiras do Brasil, protestava contra a suspensão das aulas presenciais e do comércio pela classificação de todos municípios no risco extremo (Figura 49). Em uma das faixas erguidas, lia-se: “A morte do CNPJ mata vários CPF’s” (A GAZETA, 2021d).

Figura 49 – Manifestação contra medidas restritivas de combate à pandemia em frente ao Palácio Anchieta



Fonte: A Gazeta (2021d)

No início de abril de 2021, no dia 05, momento em que Vitória se encontrava no nível de risco extremo, novamente se registra uma instância de aglomeração decorrente de uma fila, como identificado anteriormente em outros casos. Dessa vez, a fila se formou em frente ao Sindicato dos Trabalhadores na Área da Saúde Privada (Sintrasades), se espalhando pelas calçadas das ruas Cosme Rolim, São Gonçalo e Muniz Freire, chegando até o Fórum de Vitória. A situação foi ocasionada por ser o último dia para solicitar oposição ao desconto sindical no salário dos trabalhadores da área da saúde, o que levou cerca de mil pessoas ao local entre os horários de 13h e 16h (G1 ES, 2021d). Na Figura 50 se observa a aglomeração junto à Rua Cosme Rolim, em frente ao sindicato, com pessoas utilizando máscaras.

Figura 50 – Aglomeração provocada por fila em frente a sindicato



Fonte: G1 ES (2021d)

Alguns dias depois, em 10 de abril de 2021, ocorria virtualmente a tradicional Romaria das Famílias – normalmente intitulada Romaria dos Homens –, parte da Festa de Nossa Senhora da Penha, da mesma forma como foi realizada em 2020: com a transmissão do percurso da imagem da santa sobre o caminhão do Corpo de Bombeiros. Entretanto, o trajeto foi diferente, partindo de Vila Velha, chegando em Vitória pela Terceira Ponte, e passando pelo Centro de Vitória pela Avenida Jerônimo Monteiro, em direção à Segunda Ponte. Assim como em 2020, pessoas foram às

calçadas no percurso realizado para prestar devoção à imagem de Nossa Senhora da Penha, como se observa na Figura 51, na qual algumas pessoas acompanham a passagem do caminhão em frente ao Sesc Glória (A GAZETA, 2021e). A cena representa uma faceta do momento vivido, da interseção entre o presencial e o remoto, já tendo se passado mais de um ano do início da pandemia no estado – e com isso retomado boa parte das atividades presenciais –, mas em um momento de maiores restrições devido à classificação do município no risco extremo.

Figura 51 – Pessoas acompanham passagem da imagem de Nossa Senhora da Penha na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: Fernando Madeira (A GAZETA, 2021e)

Também estabelecendo conexão entre a cidade e o espaço virtual, foi realizada uma intervenção artística em um edifício do Centro de Vitória, entre os dias 21 e 23 de abril de 2021, por meio de uma projeção noturna na fachada cega do prédio (Figura 52), localizado na Avenida Jerônimo Monteiro, como parte do Festival Deixa a Gira Girar, evento cultural que acontecia de modo *online* na mesma data. A intervenção em questão se trata de uma exposição de artes visuais intitulada Olope, que contou com obras de diversos artistas projetadas com a técnica de *videomapping*, tendo como temática a celebração à diversidade cultural brasileira; enquanto o festival também apresentava atrações musicais no meio virtual (A GAZETA, 2021f).

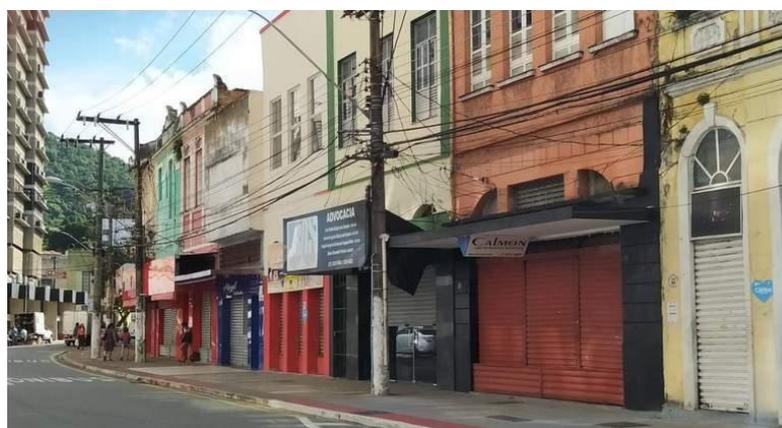
Figura 52 – Projeção na fachada de edifício na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: Louisy Carvalho (A GAZETA, 2021f)

Ao final de abril de 2021, no dia 30, uma notícia publicada no jornal Folha Vitória relata que a pandemia agravou a situação do comércio no Centro de Vitória, provocando queda de vendas, e levando ao fechamento de diversos estabelecimentos (Figura 53). A matéria expõe o ponto de vista dos proprietários de estabelecimentos comerciais locais, que acreditam que o abandono da gestão pública ao bairro, sem promoção de obras de restauração e revitalização, reduziu a atratividade do bairro, enfraquecendo o comércio ao longo dos anos, sendo a pandemia um fator agravante nesse sentido (FOLHA VITÓRIA, 2021a). Entretanto, não há menções específicas aos estabelecimentos que foram fechados ou à quantidade.

Figura 53 – Comércio fechado na Rua General Osório, data e horário desconhecidos



Fonte: Folha Vitória (2021a)

Ainda em relação ao comércio, a Pesquisa Mensal de Comércio do IBGE revela uma queda de 1,2% nas vendas entre fevereiro e março de 2021 no Espírito Santo, relacionada à quarentena implementada ao final de março, representando a maior queda entre esses meses em 5 anos (A GAZETA, 2021g). Todavia, em comparação com março de 2020, o comércio varejista espírito-santense registrou em março de 2021 um aumento de 10% nas vendas, chegando a 47,6% no setor de materiais de construção, 46,4% em “outros artigos de uso pessoal e doméstico”, 45,5% em “veículos, motocicletas, partes e peças”, e 39,6% em “tecidos, vestuário e calçados” (A GAZETA, 2021h). Portanto, nota-se, em comparação com 2020, uma melhoria de quadro no comércio do Espírito Santo, provavelmente relacionada à flexibilização das medidas de prevenção à COVID-19, adotadas mais rigorosamente nos primeiros meses de pandemia.

Figura 54 – Movimentação comercial na Avenida Jerônimo Monteiro, data e horário desconhecidos



Fonte: Vitor Jubini (A GAZETA, 2021i)

A partir de 09 de maio de 2021, voltou a funcionar a Rua do Lazer em Vitória, iniciativa que interdita a circulação de automóveis em um sentido de determinadas avenidas aos domingos, de 7h às 13h, visando incentivar o lazer e a prática de esportes nesses espaços livres públicos, comumente se realizando atividades como corrida, caminhada, ciclismo, patinação e outras. No Centro de Vitória, a Rua do Lazer é implementada na Avenida Princesa Isabel, indo da Avenida Governador Bley até a Rua Dom Bosco, no Forte São João (Figura 55). Também se adotou novamente a

operação da ciclofaixa que interliga o Sambão do Povo (a partir do Centro Esportivo Tancredo de Almeida Neves) a Jardim Camburi pela orla de Vitória aos domingos, passando pelo Centro na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, por meio da liberação de uma faixa para uso exclusivo de ciclistas no horário entre 7h às 15h (FOLHA VITÓRIA, 2021b). Cabe destacar que ambas iniciativas estavam suspensas desde o início da pandemia.

Figura 55 – Trechos da Rua do Lazer e da ciclofaixa no Centro



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de geodados da PMV/2018

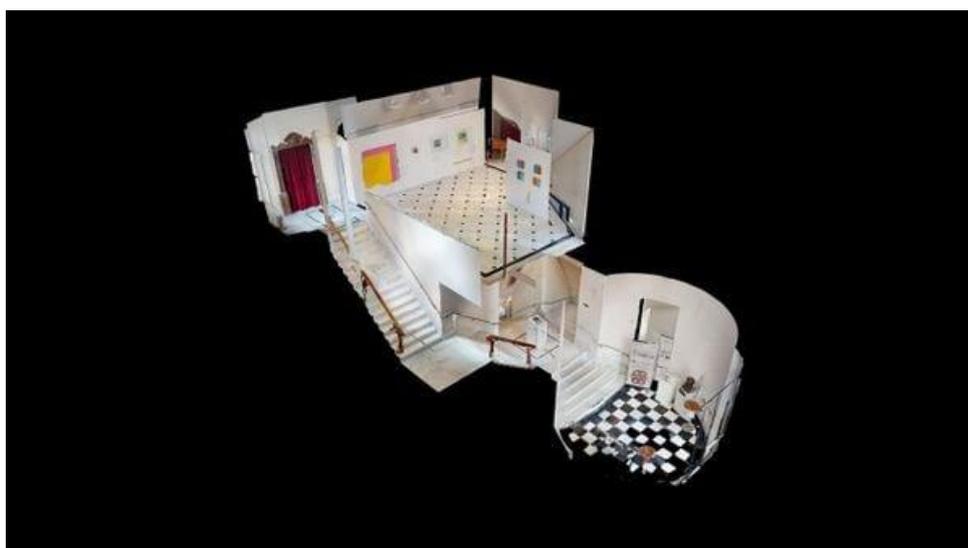
Embora retornasse a operação da Rua do Lazer e da ciclofaixa aos domingos, os parques públicos encontravam-se fechados nesse momento, uma vez que Vitória estava classificada no risco alto. Nesse sentido, a celebração de 109 anos do Parque Moscoso, no dia 19 de maio de 2021, se deu de forma virtual, através de uma programação com atividades educativas e culturais envolvendo estudantes de cinco escolas municipais (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2021). Nota-se, portanto, que enquanto alguns usos dos espaços livres públicos estavam sendo retomados nesse momento, outros passavam por uma temporária suspensão – em função da classificação de risco desfavorável a partir de março de 2021.

Também em maio de 2021, no dia 21, quando Vitória transicionou para o risco moderado, houve a reabertura da Casa Porto das Artes Plásticas, galeria que estava fechada desde o início da pandemia – embora os espaços culturais tivessem sido

permitidos a partir de setembro de 2020. Nesse sentido, o espaço reabriu com inauguração de uma exposição, restringindo a visitação em grupos de até três pessoas por vez (A GAZETA, 2021j). Também nesse momento, estreava no Palácio da Cultura Sônia Cabral uma exposição de artes visuais que foi representada digitalmente e disponibilizada para visitação remota (Figura 56), além de ser aberta à visitação presencial (A GAZETA, 2021k), novamente reforçando a relevância do aspecto híbrido entre a realização de atividades presenciais e virtuais.

Apesar das notícias acima mencionadas não se referirem diretamente a situações presenciadas nos espaços livres públicos, tornam-se relevantes para fornecer contexto acerca das atividades em funcionamento no bairro naquele momento, e assim auxiliar na compreensão da conjuntura urbana. Também se destaca que, a partir dos usos nos espaços edificados da cidade, comumente se conformam usos dos espaços livres, seja diretamente, pela utilização na interface entre os dois espaços – como se observa com bares que proporcionam apropriação da rua –, seja indiretamente, pelo contato estabelecido com a cidade no deslocamento de um espaço edificado para outro. Além disso, a contextualização acerca dos espaços culturais é especialmente relevante no contexto do Centro de Vitória, por ser um elemento importante da identidade do bairro – cabendo assim uma representação geral do seu panorama, a ser continuada mais adiante.

Figura 56 – Modelo virtual de exposição no Palácio da Cultura Sônia Cabral



Fonte: A Gazeta (2021k)

Ao final de maio de 2021, no dia 30, noticiava-se o encerramento de uma festa que acontecia entre dois bares no Centro de Vitória por parte de fiscais da Prefeitura de Vitória, resultando em multa aos estabelecimentos (A GAZETA, 2021I). Situação similar ocorreu em 12 de junho de 2021, com dispersão de aglomeração noturna no Centro, associada ao funcionamento de bares (G1 ES, 2021e). Todavia, ambas matérias que mencionam esses eventos não os descrevem mais precisamente, ou apresentam registros dos mesmos, apenas referenciam a paralisação dos estabelecimentos e a separação das aglomerações. Destaca-se a comum característica dos bares no Centro de Vitória utilizarem os espaços livres públicos, seja para disposição de mesas, seja para festas impulsionadas pelo consumo junto aos bares.

Também em junho de 2021, destaca-se o registro de “panelaço”³² no Centro, tal como ocorreu em outros bairros da Grande Vitória: moradores do bairro foram às janelas protestar contra pronunciamento que o então presidente Jair Bolsonaro realizou nas redes de televisão no dia 02 desse mês (A GAZETA, 2021m). No contexto de uma gestão da pandemia displicente empenhada pelo governo federal, com o acúmulo de quase 470 mil óbitos no momento em questão (UOL, 2021), o ex-presidente destacava, no pronunciamento em questão, a não interferência da sua gestão em relação à pandemia – disse “o nosso governo não obrigou ninguém a ficar em casa, não fechou o comércio, não fechou igrejas ou escolas, e não tirou o sustento de milhões de trabalhadores informais” –, alegando sucesso no âmbito econômico e em relação à aquisição e distribuição de vacinas, apesar das diversas controvérsias quanto à vacinação que marcaram seu mandato (G1, 2021a). Como resultado, diversos municípios em todo país registraram a ocorrência de “panelaços” durante o pronunciamento (G1, 2021b).

As mazelas trazidas pela pandemia se estenderam fortemente ao âmbito social, piorando a situação de pessoas em vulnerabilidade. Em matéria de 03 de junho de 2021, denunciou-se crescimento da população em situação de rua na Grande Vitória durante a pandemia, chegando ao índice de 300 pessoas no município de Vitória. O

³² “Panelaço” é uma forma de protesto realizado a partir das residências, no qual moradores de uma região produzem barulhos com objetos de suas casas, geralmente panelas, como forma de mostrarem sua insatisfação em relação a um episódio político recente, que geralmente está sendo transmitido na televisão naquele momento.

representante da Pastoral do Povo de Rua da Arquidiocese de Vitória, localizada no Centro de Vitória, relatou percepção de aumento do número de pessoas nessa situação desde 2020, o que associou à “precarização da classe trabalhadora e aumento da pobreza” (G1 ES, 2021f). Esse dado, embora identificado em toda a Grande Vitória, assume especial relevância no bairro em estudo, ao se considerar a notável presença de pessoas em situação de rua no Centro, sobretudo em locais como as praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia.

No âmbito cultural, espaços localizados no Centro de Vitória continuaram a reabrir entre junho e julho de 2021, ao exemplo do Museu Capixaba do Negro (Mucane), que retomou atividades presenciais, como aulas de capoeira, cavaquinho e violão, em 14 de junho (A GAZETA, 2021n), e reabriu para visita do público em 16 de julho com uma exposição artística (NOTÍCIA PRETA, 2021). Também ocorreu a reabertura da Galeria Léo Bahia Arte Contemporânea em 13 de julho, com exposição de pinturas e fotografias (A GAZETA, 2021o). Similarmente, a Orquestra Sinfônica do Espírito Santo voltou a se apresentar presencialmente a partir de 25 de julho, com apresentações no Sesc Glória e no Palácio da Cultura Sônia Cabral (A GAZETA, 2021p). Destaca-se, ainda, o uso do Parque Moscoso para aulas livres gratuitas de dança de salão a partir de 16 de junho (A GAZETA, 2021q), representando um aspecto de importância dos espaços livres públicos na esfera cultural nessa fase da pandemia.

Todavia, apesar da retomada presencial de diversas atividades culturais nesse momento, ainda se percebia a relevância do espaço virtual, o que se demonstra com os exemplos do concerto da Orquestra de Mulheres do Espírito Santo, gravado no terraço do Sesc Glória, e transmitido nas redes sociais em forma de *live* em 30 de junho de 2021 (A GAZETA, 2021r); do evento de celebração de 80 anos da Biblioteca Pública Municipal Adelpho Poli Monjardim, com contação de história, clube de leitura, palestra e demais atividades, realizadas quase que inteiramente de modo virtual, à exceção do sarau literário (A GAZETA, 2021s); e da apresentação da orquestra A Trupe Barroca na Catedral Metropolitana, elaborada de modo híbrido, com realização presencial em 16 de julho, e *online* em 31 de julho de 2021 (A GAZETA, 2021t).

Em julho de 2021, o Centro de Vitória novamente era palco de manifestações, como no ato realizado pelos trabalhadores dos Correios no dia 13 na Praça Costa Pereira, novamente motivado pela luta contra a privatização da empresa (Figura 57) (SÉCULO

DIÁRIO, 2021b). Também se protestava contra o governo Bolsonaro a partir de faixas estendidas no edifício do antigo Hotel Imperial, localizado em frente à Praça Costa Pereira, com as frases “#Fora Bolsonaro” e “Vacina para todos já” (Figura 58). Todavia, as faixas foram retiradas após notificação da Prefeitura de Vitória em 23 de julho, demandando a remoção das mesmas, alegando descumprimento às regras do PDU quanto a ausência de elementos que ocultem as fachadas de edifícios de interesse de preservação (A GAZETA, 2021u). Em protesto, movimentos sociais organizaram um “faixaço”, realizando uma manifestação por meio da extensão de faixas na Praça Costa Pereira e na fachada da edificação do antigo Hotel Imperial, argumentando que o edifício ainda não estava tombado e alegando uma possibilidade da determinação municipal ter sido motivada por perseguição política³³ (SÉCULO DIÁRIO, 2021c).

Figura 57 – Ato dos trabalhadores dos Correios



Fonte: Século Diário (2021b)

³³ O prefeito Lorenzo Pazolini é filiado ao Republicanos, partido político que fez parte da base aliada do governo federal de Jair Bolsonaro. Os organizadores do protesto alegaram que existem diversas faixas estendidas pelo bairro, que não são notificadas da mesma forma.

Figura 58 – Faixas no antigo Hotel Imperial



Fonte: A Gazeta (2021u)

Os meses de agosto e setembro de 2021 seguiram marcados pela realização de manifestações nos espaços livres públicos do bairro. Em 11 de agosto, representantes do movimento estudantil se concentraram na Praça Costa Pereira para ato no Dia do Estudante, reivindicando “vida, pão, vacina e educação”, em crítica ao descaso na gestão da pandemia e no ensino (Figura 59) (SÉCULO DIÁRIO, 2021d). Em 23 de agosto, um grupo de familiares e amigos da médica Milena Gottardi³⁴, além de representantes da Comissão da Mulher Advogada da OAB-ES, se manifestaram em frente ao Fórum de Vitória, diante do início do julgamento do caso, pedindo justiça pela médica e denunciando a violência contra a mulher (Figura 60) (A GAZETA, 2021v).

³⁴ Milena Gottardi foi uma médica assassinada em 14 de setembro de 2017 na saída do seu local de trabalho, no estacionamento do Hospital das Clínicas (Hucam), em Vitória, a mando do seu ex-marido e ex-sogro, condenados em 30 de agosto de 2021 (G1 ES, 2021g).

Figura 59 – Manifestação do Dia do Estudante na Praça Costa Pereira; Figura 60 – Ato pedindo justiça por Milena Gottardi



Fonte: Século Diário (2021d); A Gazeta (2021v)

Já em 24 de agosto de 2021, um grupo de alunos do curso de Artes Cênicas na Escola Técnica Municipal de Teatro, Dança e Música (Fafi) protestaram em frente à escola após serem informados de uma súbita interrupção nas aulas devido a não renovação do contrato do professor pela Prefeitura de Vitória (Figura 61) (SÉCULO DIÁRIO, 2021e). No dia 27 de agosto, os rodoviários novamente protestaram pela volta dos cobradores – que se encontravam afastados do trabalho desde o início da pandemia –, se concentrando em Jucutuquara e realizando o trajeto das avenidas Vitória e Jerônimo Monteiro, até o Palácio Anchieta, ocupando duas faixas e paralisando a circulação de ônibus na região (Figura 62) (A GAZETA, 2021w). Por fim, no dia 28 de agosto houve ainda um ato na Praça Costa Pereira e no edifício do antigo Hotel Imperial em memória dos capixabas desaparecidos na ditadura militar, em meio ao Dia da Anistia (SÉCULO DIÁRIO, 2021f).

Figura 61 – Ato de estudantes em frente à Fafi; Figura 62 – Protesto dos rodoviários no Palácio Anchieta



Fonte: Século Diário (2021e); A Gazeta (2021w)

Em setembro de 2021, as manifestações continuaram a ocorrer: no dia 07 de setembro, o ato “Grito dos Excluídos” se concentrou na Praça Getúlio Vargas e seguiram pela Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes em direção à Prefeitura de Vitória, reivindicando direitos sociais, vacina para todos e políticas para populações vulnerabilizadas, e denunciando o desemprego, fome e inflação que assolavam o país no momento (Figura 63) (SÉCULO DIÁRIO, 2021g). Dois dias depois, em 09 de setembro, novamente os rodoviários protestaram pela volta dos cobradores, partindo do sindicato, na Avenida Vitória, e caminhando em direção à Avenida Jerônimo Monteiro até o Palácio Anchieta (Figura 64). Em resposta, a Secretaria de Estado de Mobilidade Urbana (Semobi) e a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-ES) alegaram que o afastamento dos cobradores consistia numa medida de combate à COVID-19³⁵ (A GAZETA, 2021x). Em outro tom, também se identifica em setembro de 2021 apropriações dos espaços livres públicos voltadas à celebração e lazer, com a realização do evento “Presente para Vitória: capital do Estado do Espírito Santo” na Escadaria São Diogo, no dia 06, em comemoração ao aniversário do município, com apresentação de espetáculos de dança e teatro (ES BRASIL, 2021).

Figura 63 – Ato “Grito dos Excluídos” na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes; Figura 64 – Protesto dos rodoviários na Avenida Vitória, chegando ao Centro de Vitória



Fonte: Século Diário (2021g); A Gazeta (2021x)

Em 01 de outubro de 2021, foi publicada uma reportagem com a manchete: “comércio reage e 80 lojas são reabertas no Centro de Vitória” (TRIBUNA ONLINE, 2021a) – em

³⁵ Todavia, em fevereiro de 2022, quando foi anunciada a volta desses trabalhadores, uma parte dos cobradores foram direcionados à função de “recarregadores” do Cartão GV, uma vez que os ônibus passaram a aceitar somente o cartão, e não mais dinheiro, outros realizaram curso para se requalificar para o cargo de motorista, e outros se demitiram (A GAZETA, 2022a).

tom oposto à matéria de 30 de abril de 2021, que alegava o fechamento de diversos estabelecimentos no bairro em situação agravada pela pandemia (FOLHA VITÓRIA, 2021a). São citadas a abertura de novos bares, lojas, restaurantes e academia, argumentando-se que a melhoria do cenário se associava ao avanço na vacinação contra a COVID-19 e à volta de repartições públicas para o Centro, gerando maior fluxo de pessoas. Destaca-se, também, por volta do mesmo período, a abertura de um clube de comédia na Rua Sete de Setembro (A GAZETA, 2021y), e da Casa do Turismo Capixaba, onde era o Clube Saldanha da Gama (G1 ES, 2021h), não mencionados na matéria supracitada. Essa retomada de atividades corrobora com o aumento da movimentação no bairro, e conseqüentemente, nos seus espaços livres públicos. Essa maior movimentação também se comprova com a realização de *shows* – já permitidos no município nesse momento – com público considerável em estabelecimentos locais, como na Casa 7, localizada na Rua Sete de Setembro (Figura 65).

Figura 65 – Apresentação musical na Casa 7 em 30 de outubro de 2021



Fonte: Instagram Casa 7 (2021)

Outra matéria, de 11 de outubro de 2021, expõe, ainda, o aumento do comércio informal no bairro nesse mesmo período, com mais pedidos de autorização para exercer o comércio ambulante sendo feitos à Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação (Sedec). Indica-se o desemprego como fator potencializador desse cenário, representando uma faceta da vulnerabilização social promovida pela pandemia na forma como foi gerida, levando até alguns ambulantes a atuarem de

modo irregular, sem autorização da secretaria. Nesse contexto, um autônomo relatou que, apesar do maior fluxo no bairro em comparação com o início da pandemia, não houve aumento expressivo das vendas, devido à “dificuldade financeira dos clientes” (TRIBUNA ONLINE, 2021b).

Em 05 de outubro de 2021, outro ato é realizado na Praça Costa Pereira, dessa vez por parte da Frente Estadual pelo Desencarceramento do Espírito Santo, juntamente a familiares de detentos, em denúncia à mortalidade e baixa qualidade da alimentação no sistema prisional (SÉCULO DIÁRIO, 2021h).

Em novembro de 2021, a Praça Costa Pereira continuou sendo palco de manifestações e atividades culturais. Entre 05 e 12 de novembro, ocorreu de modo híbrido – na Praça Costa Pereira, Palácio da Cultura Sônia Cabral, Espaço Teatro Estrelas e no *YouTube* – a 17ª edição do Festival Nacional de Teatro Cidade de Vitória, havendo apresentação de espetáculos teatrais na praça (A GAZETA, 2021z). Já em 25 de novembro, realizou-se nesse espaço um ato em memória das vítimas de feminicídio no Espírito Santo e em combate à violência contra as mulheres, por meio de falas de representantes de entidades feministas e performances culturais (Figura 66) (SÉCULO DIÁRIO, 2021i).

Figura 66 – Ato em memória das vítimas de feminicídio na Praça Costa Pereira



Fonte: Leonardo Sá (SÉCULO DIÁRIO, 2021i)

Em novembro de 2021, a partir do dia 16, a Prefeitura de Vitória também passou a realizar vacinação sem necessidade de agendamento prévio em alguns postos, representando mais um avanço no controle da doença (G1 ES, 2021i).

Já em dezembro de 2021, destaca-se a realização do evento “Vitória celebra o Samba” na Praça Ubaldo Ramalhete Maia, na noite de 02 de dezembro, em comemoração ao Dia Nacional do Samba. Na ocasião, houveram apresentações musicais na praça, além de barracas com comidas e bebidas, somando-se aos bares e restaurantes já presentes no local (A GAZETA, 2021aa). No mesmo dia à tarde, houve também a circulação do “Ônibus do Samba”, saindo da Catedral Metropolitana e realizando um percurso pela orla do município, com paradas em locais do litoral para apresentação de roda de samba no calçadão, e retornando ao Centro ao final do roteiro (A GAZETA, 2021ab).

Também ocorre protesto no Centro de Vitória em dezembro de 2021: no dia 14, profissionais da saúde interditaram parcialmente o trânsito de automóveis na Avenida Jerônimo Monteiro, em frente ao Palácio Anchieta, reivindicando abono e correções salariais para os servidores de hospitais estaduais, considerando sua atuação intensa no período da pandemia (Figura 67) (ES HOJE, 2021).

Figura 67 – Ato de profissionais da saúde em frente ao Palácio Anchieta



Fonte: ES Hoje (2021)

No mesmo mês, houve ainda declaração do governador do estado, Renato Casagrande, afirmando a expectativa da sua gestão em autorizar o carnaval de rua no Espírito Santo em 2022, porém condicionado à classificação de risco muito baixo no momento em questão. Por outro lado, o governador se mostrou mais favorável à

realização do desfile no sambódromo, argumentando que o controle é facilitado nesse caso por ser possível limitar o número do público e exigir passaporte vacinal (A GAZETA, 2021ac). De fato, já se preparava a execução desse evento desde novembro de 2021, quando começaram a ser vendidos os ingressos para o carnaval de Vitória no sambódromo do Sambão do Povo (G1 ES, 2021j).

Ao final de 2021, destaca-se ainda a realização de evento para doação de alimentos na Rua José Marcelino, ao lado da Catedral Metropolitana, com organização do Movimento Sem Terra (MST), como parte da campanha “Natal Sem Fome da Reforma Agrária”, no dia 22 de dezembro (Figura 68). Na ocasião, distribuíram-se por volta de 35 toneladas de alimentos para cerca de 550 famílias, havendo também apresentações musicais no espaço livre público (MST, 2021).

Figura 68 – Evento para doação de alimentos ao lado da Catedral Metropolitana



Fonte: MST (2021)

Com o início de 2022, novamente a questão do carnaval de rua volta a ser pautada por parte da gestão pública; porém, com anúncio da Prefeitura de Vitória no sentido oposto à expectativa referenciada pelo governo estadual anteriormente. Em 06 de janeiro, o prefeito do município, Lorenzo Pazolini, comunicou o cancelamento do carnaval de rua de 2022, afirmando impossibilidade frente ao cenário epidemiológico de ascensão de casos, em função da variante Ômicron, e ao controle das pessoas vacinadas. Por outro lado, expôs abertura por parte da Prefeitura quanto à possibilidade de realização de blocos de carnaval em locais fechados, e confirmou o

desfile no sambódromo do Sambão do Povo, mediante apresentação de comprovante vacinal (G1 ES, 2022a). O posicionamento do governo estadual nesse momento foi de não recomendação da realização dos blocos de rua, e de grandes *shows* e eventos (A GAZETA, 2022b).

Nesse contexto, os organizadores dos blocos de rua expressaram preocupação quanto à ocorrência de eventos clandestinos, diante da proibição colocada pela Prefeitura. Sandra Oliveira, coordenadora do bloco Afro Kizomba, declarou que “a presença dos carros de som nas ruas pode gerar aglomerações. [...] A gente fica muito preocupado com a questão da segurança, como esses foliões que estarão na rua serão tratados pelo poder público” (FOLHA VITÓRIA, 2022a).

Também em janeiro de 2022, a Praça Dom Luiz Scortegagna, localizada em frente à Catedral Metropolitana, foi palco para uma ação de saúde que levou atendimento médico gratuito para população de baixa renda, no dia 15. Organizado pela Associação Cruz da Vida, o evento trouxe profissionais de diferentes especialidades para atendimentos rápidos ao longo do dia (A GAZETA, 2022c). Ainda em janeiro, no dia 26, diante do maior pico de casos em todo intervalo temporal, o Parque Moscoso recebeu uma unidade móvel de testagem para COVID-19, que passou a realizar testes rápidos de antígeno no local de forma gratuita, mediante agendamento antecipado (Figura 69) (A GAZETA, 2022d).

Figura 69 – Unidade móvel de testagem no Parque Moscoso



Fonte: A Gazeta (2022d)

Já em fevereiro de 2022, no dia 11, a Praça Costa Pereira novamente reafirmou seu valor simbólico. Ao fim da tarde, foi realizado nesse dia uma homenagem a Lula Rocha, representante do movimento negro engajado na luta por direitos humanos no Espírito Santo, que havia falecido na manhã do mesmo dia. Foram feitas declarações em memória do ativista, com a presença de familiares, amigos, e representantes de escolas de samba e de movimentos sociais (Figura 70) (A GAZETA, 2022e).

Figura 70 – Ato em homenagem a Lula Rocha na Praça Costa Pereira



Fonte: Fernando Madeira (A GAZETA, 2022e)

Com a proximidade do feriado do carnaval, a Prefeitura de Vitória publicou em fevereiro um decreto que proibia a concentração e desfile dos blocos de rua e a concessão de autorização para exercício da atividade de comércio ambulante em todo município entre 14 de fevereiro e 14 de março. Também se proibiu a realização de eventos que gerem aglomeração de pessoas nos espaços públicos pelo mesmo período (A GAZETA, 2022f). Nesse contexto, o desfile das escolas de samba no Sambão do Povo havia sido adiado para ser realizado entre 7 a 9 de abril de 2022 (A GAZETA, 2022g).

Ao final de fevereiro de 2022, durante o feriado do carnaval (de 28 de fevereiro a 02 de março), a Prefeitura de Vitória promoveu fiscalizações para monitorar regiões do município mais propensas à movimentação noturna, incluindo o Centro de Vitória (A GAZETA, 2022h). Enquanto vigorava a proibição da realização de eventos nos

espaços livres públicos, contraditoriamente estavam liberados os eventos em espaços privados no mesmo período, mediante atendimento a protocolos do governo estadual. Nos dias 25 e 26 de fevereiro, acontecia, por exemplo, o evento “Baile Voador”, no Clube Álvares Cabral, no bairro Bento Ferreira, com apresentação musical de atrações nacionais, gerando grande concentração de pessoas e atendendo a demanda do carnaval para um determinado público (Figura 71) (A GAZETA, 2022i).

Figura 71 – Evento “Baile Voador” no Clube Álvares Cabral



Fonte: ES360 (2022)

Apesar da proibição do desfile de blocos de rua e da realização de eventos em espaços públicos em vigor no município, houve grande concentração de pessoas à noite no bairro no período do carnaval, principalmente nas imediações da Rua Maria Saraiva, onde se situa o Bar da Zilda, bar de importância no contexto do samba e do carnaval na região (Figura 72) (FOLHA VITÓRIA, 2022b). Como resultado, a fiscalização da Prefeitura de Vitória apreendeu os equipamentos de som e multou o bar no dia seguinte, 01 de março de 2022, alegando que o estabelecimento não tinha autorização para promover o evento (FOLHA VITÓRIA, 2022c).

Figura 72 – Aglomeração na Escadaria da Piedade no carnaval, em 28 de fevereiro de 2022



Fonte: Folha Vitória (2022b)

Para além, houve no mesmo dia, 01 de março de 2022, a dispersão de pessoas que se encontravam nas ruas do Centro de Vitória por meio de ação repressiva da Polícia Militar. Diversas viaturas chegaram ao bairro, e policiais militares, munidos de armas e escudos, cercaram a região. Foram disparadas balas de borracha e bombas de efeito moral com gás de pimenta contra as pessoas que se encontravam na Praça Ubaldo Ramalhete Maia, Rua Sete de Setembro e Praça Costa Pereira, mesmo quando o movimento já não era tão expressivo (Figura 73) (A GAZETA, 2022j).

Figura 73 – Ação policial na Praça Costa Pereira durante carnaval de 2022



Fonte: Fernando Madeira (A GAZETA, 2022j)

A proprietária do Bar da Zilda, Zilda Aquino, afirmou que a apreensão dos equipamentos de som foi feita por volta das 18 horas, antes mesmo do início da apresentação musical que iria ocorrer. Ainda justificou que possui alvará de bar, restaurante e similares com entretenimento, e que, em reunião feita anteriormente com o Secretário de Cultura, juntamente à Associação de Moradores do Centro de Vitória (AMACENTRO), foi informada de que o bar poderia funcionar normalmente no carnaval, uma vez que as apresentações ocorrem dentro do estabelecimento. Na ocasião, Zilda disse a uma reportagem: “É uma coisa revoltante, não tinha necessidade disso. Se juntou gente demais na rua, é porque Vitória não tinha evento nenhum. Como meu samba é conhecido, todo carnaval o povo vem, acabou juntando” (SÉCULO DIÁRIO, 2022a). Em tom complementar, há ainda o relato de Sandra Oliveira, coordenadora do bloco Afro Kizomba, destacando o ponto que já havia levantado em janeiro:

“A gente avisou várias vezes que o carnaval aconteceria independente da prefeitura, que as pessoas iriam para a rua. Houve autorização para eventos fechados com entradas caras, mas não houve alternativa para quem não podia pagar, as pessoas foram para a rua. Então a folia aconteceu de forma desorganizada. Isso se dá pela contradição da prefeitura em permitir festas fechadas e não garantir um carnaval gratuito” (SÉCULO DIÁRIO, 2022a).

Após o período do carnaval, destaca-se a ocorrência de manifestação no Dia Internacional da Mulher, 08 de março de 2022, em luta contra o feminicídio, o racismo e a opressão contra mulheres e em crítica ao governo de Jair Bolsonaro. O ato se concentrou na Praça Costa Pereira e marchou em direção ao Palácio Anchieta, pela

Avenida Jerônimo Monteiro, com estimativa de cerca de mil participantes (Figura 74) (SÉCULO DIÁRIO, 2022b). Destaca-se a presença de diversas entidades e coletivos, em uma pluralidade de movimentos sociais, reafirmando a importância do Centro de Vitória como espaço de manifestação política.

Figura 74 – Manifestação no Dia Internacional da Mulher na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: Leonardo Sá (SÉCULO DIÁRIO, 2022b)

Já em 22 de março de 2022, houve na Praça Costa Pereira a realização do evento “Vitória da Mulher: Rede Centro em Defesa de Todas”, ação organizada pelos Centros de Referência de Assistência Social do município, com o intuito de promover assistência social para mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade social, e trazer visibilidade ao trabalho desenvolvido pelas instituições na região central (Figura 75) (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2022c).

Figura 75 – Evento “Vitória da Mulher” na Praça Costa Pereira



Fonte: Prefeitura de Vitória (2022b)

Em abril de 2022, os espaços livres públicos do bairro continuaram a se constituir como um suporte material para a realização de eventos e atividades simbólicas. Em 01 de abril, a Catedral Metropolitana organizou uma Via Sacra em percurso pelos monumentos históricos do Centro de Vitória, passando pela Igreja do Rosário, Teatro Carlos Gomes, Ladeira São Bento, Praça Ubaldo Ramalhete Maia, Igreja do Carmo, Convento São Francisco, Capela de Santa Luzia, Igreja de São Gonçalo, Palácio da Cultura Sônia Cabral, Palácio Anchieta, e finalizando o trajeto na Catedral Metropolitana. O evento tinha o objetivo de “resgatar a história religiosa do Centro de Vitória a partir da meditação dos passos de Jesus” (Figura 76) (TRIBUNA ONLINE, 2022). Houveram ainda procissões pelas ruas do bairro durante a Semana Santa, entre 10 a 17 de abril, como a Procissão de Domingo de Ramos, partindo do Palácio da Cultura Sônia Cabral e indo em direção à Catedral Metropolitana (Figura 77).

Figura 76 – Via Sacra no Centro



Fonte: Instagram Catedral Metropolitana (2022a)

Figura 77 – Procissão de Domingo de Ramos no Centro



Fonte: Instagram Catedral Metropolitana (2022b)

Passado o período da determinação municipal quanto à proibição do desfile de blocos de rua, houve em 06 de abril de 2022, a “Descida da Piedade”, tradicional evento que ocorre na época do carnaval – embora não tenha acontecido em 2021, em decorrência da pandemia –, consistindo num trajeto que desce a Rua Sete de Setembro e retorna pela Rua Graciano Neves com a bateria da escola de samba Unidos da Piedade. A ocasião concentrou um grande número de pessoas, ocupando todo o espaço das ruas, e provando o forte anseio pelo carnaval de rua que se materializava no momento (Figura 78) (A GAZETA, 2022k).

Figura 78 – Descida da Piedade na Rua Sete de Setembro



Fonte: Fernando Madeira (A GAZETA, 2022k)

No dia seguinte, em 07 de abril de 2022, ocorreu um protesto de estudantes e profissionais de Enfermagem reivindicando a aprovação de um projeto de lei que estabelecesse o piso salarial da categoria, e denunciando as condições de trabalho dos enfermeiros. A manifestação se concentrou na Praça Costa Pereira e saiu em direção ao Palácio Anchieta, pela Avenida Jerônimo Monteiro (Figura 79) (COFEN, 2022).

Figura 79 – Manifestação dos profissionais de Enfermagem na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: COFEN (2022)

Outros eventos continuaram a ser realizados nos espaços livres públicos do bairro em abril de 2022, como a “Moqueca de Palhaço”, parte do 3º Festival de Palhaçaria Capixaba, que ocorreu entre 10 e 17 de abril. Nessa ocasião, houve uma programação com oficinas, rodas de conversa, espetáculos, cortejo de rua e festa com participação de diversos grupos de palhaços e apresentações na Rua Sete de Setembro e na Praça Costa Pereira (A GAZETA, 2022). Também na Praça Costa Pereira, em 16 de abril, houve a manifestação “Grito da Cultura”, visando cobrar da Prefeitura de Vitória medidas em favor da cultura, chamando atenção para o grande impacto que a pandemia trouxe ao setor, e buscando um diálogo direto com o prefeito do município, Lorenzo Pazolini. O ato contou com apresentações artísticas, como contação de história, performances musicais e poesia, unindo reivindicações políticas e atividades culturais no espaço da praça (Figura 80) (SÉCULO DIÁRIO, 2022c).

Figura 80 – Ato “Grito da Cultura” na Praça Costa Pereira



Fonte: Instagram Grito da Cultura (2022)

Já em 18 de abril de 2022, registrou-se no Centro de Vitória o protesto dos indígenas das aldeias tupiniquim e guarani, de Aracruz, partindo da Avenida Vitória e indo em direção ao Palácio Anchieta, através da Avenida Jerônimo Monteiro. Os manifestantes se posicionaram contra os Projetos de Lei 191/2020 e 490/2007, que visavam interferir nas terras indígenas, alterando sua demarcação e autorizando atividades de mineração, hidrelétricas e projetos de infraestrutura nesses territórios. Foi denunciada a ameaça aos direitos indígenas expressa na atuação do governo federal e de empresas interessadas em seus territórios, confirmando a importância dos espaços livres públicos do bairro enquanto local de reivindicação política e de luta plural dos movimentos sociais (Figura 81) (FOLHA VITÓRIA, 2022d).

Figura 81 – Protesto dos indígenas na Avenida Jerônimo Monteiro



Fonte: Marcelo Pereira (FOLHA VITÓRIA, 2022d)

Ainda em abril de 2022, ocorreu no Centro de Vitória no dia 23, o desfile de rua do bloco carnavalesco Afro Kizomba, passado o prazo da determinação municipal proibitiva. Nesse contexto, foi realizado um trajeto similar à Descida da Piedade, porém com concentração na Rua Maria Saraiva antes da partida. Além da bateria, que acompanhou o roteiro caminhado, houve nessa concentração uma apresentação também com dança e canto, contando ainda com participação de outros grupos carnavalescos (Figura 82) (SÉCULO DIÁRIO, 2022d). A ocasião representou uma defesa do carnaval de rua, enquanto cultura popular de apropriação da cidade e seus espaços livres públicos, diante da liberação apenas do carnaval nos espaços privados por parte da gestão municipal, somando-se, ainda, à luta do movimento negro, bandeira política do bloco.

Figura 82 – Concentração do bloco Afro Kizomba na Rua Maria Saraiva



Fonte: Instagram Afro Kizomba (2022)

Na ocasião, a coordenadora do bloco Afro Kizomba, Sandra Oliveira, destacou em reportagem a priorização que o poder municipal deu aos eventos privados, em detrimento do carnaval de rua. Ressaltou que não houve diálogo por parte da Prefeitura com os grupos carnavalescos, de modo que os organizadores dos blocos só souberam da proibição realizada em fevereiro e março por meio da divulgação na imprensa, uma vez que a gestão municipal não respondia os documentos protocolados pelos representantes (SÉCULO DIÁRIO, 2022d). Em relação à gestão empenhada, Sandra declarou:

“A gestão da Secretaria de Cultura de Vitória priorizou o setor privado, negando somente ao povo preto, pobre e periférico vivenciar a maior manifestação popular do nosso país. Enquanto isso, os eventos privados ficaram lotados, comprovando que não existiu preocupação com a pandemia. (...) Ao povo preto e pobre gás de pimenta e bala de borracha, aos ricos camarotes. Chamamos o carnaval de 2022 de ‘carnaval do Cercadinho’” (SÉCULO DIÁRIO, 2022d).

Sandra Oliveira ainda explicou o impacto que a pandemia trouxe ao bloco Afro Kizomba, destacando a importância da realização desse desfile em 2022, após um

longo período de paralisação das atividades. Nesse sentido, pontuou as dificuldades financeiras que o bloco passou em função da pandemia, com poucas fontes de arrecadação, apoio e patrocínios, em função da pausa estabelecida (SÉCULO DIÁRIO, 2022d). A coordenadora do bloco também relatou:

“O impacto da pandemia para o bloco pode ser visto de diversas frentes. Temos o impacto afetivo causado pelo isolamento, que afetou diretamente nosso povo, tendo em vista que o povo negro se constrói a partir da coletividade e afetividade, e o social, pela falta dos nossos encontros formativos, artísticos e políticos, o que significa a paralisação de nosso projeto” (SÉCULO DIÁRIO, 2022d).

Na noite do mesmo dia do desfile do bloco Afro Kizomba, 23 de abril de 2022, ainda ocorreu no Centro de Vitória a Romaria dos Homens, realizada enquanto procissão presencial pela primeira vez desde o início da pandemia – uma vez que, nos anos de 2020 e 2021, houve a Romaria das Famílias, por meio da transmissão virtual do percurso do carro que levava a imagem de Nossa Senhora da Penha. O percurso noturno se concentrou na Catedral Metropolitana, seguindo em direção ao Parque da Prainha, em Vila Velha, pela Segunda Ponte, passando por baixo do Viaduto Caramuru, e também pelo Parque Moscoso, Vila Rubim e rodoviária. Segundo a organização, o evento teve a presença de aproximadamente 800 mil pessoas, número superior à estimativa de 700 mil participantes em 2019 (Figura 83) (G1 ES, 2022b).

Figura 83 – Romaria dos Homens em frente à Catedral Metropolitana



Fonte: Vitor Jubini (G1 ES, 2022b)

Em 01 de maio de 2022, registrou-se na Praça Costa Pereira a ocorrência de ato contra o presidente Jair Bolsonaro, e em comemoração ao Dia do Trabalhador. A manifestação tinha o lema “Emprego, Direitos, Democracia e Vida”, e foi organizada por movimentos sindicais, contando também com apresentações culturais, com a Banda de Congo Beatos de São Benedito, o Coral Serenata e o Bloco Afrokizomba (Figura 84) (A GAZETA, 2022m).

Figura 84 – Protesto no Dia do Trabalhador na Praça Costa Pereira



Fonte: Ricardo Medeiros (A GAZETA, 2022m)

Já em 14 de maio de 2022, houve na Rua Maria Saraiva, a realização do Puta Bloco, que tradicionalmente ocorre no período do carnaval, mas que em 2022 foi realizado posteriormente, tal como o Afro Kizomba. Em vídeo registrado no momento do evento (Figura 85), nota-se que a ocasião concentrou grande número de pessoas na rua em questão e em suas imediações, porém não houve desfile do bloco, apenas a apresentação fixa (INSTAGRAM PUTA BLOCO, 2022).

Figura 85 – Concentração do Puta Bloco na Rua Maria Saraiva



Fonte: Youtube Pró-Centro (2022)

Nas noites de sextas-feiras e sábados de maio e junho de 2022, houve ainda a realização de apresentações musicais na Escadaria São Diogo, como parte do projeto “Escadaria Viva”. A iniciativa foi organizada pelo Casulo Showroom, espaço de arte, decoração e cultura localizado na escadaria, que passou a promover essas performances no espaço livre público como forma de atrair público para a loja. Os músicos se apresentavam no patamar da escadaria, decorado com quadros, móveis e plantas, e o público se sentava nos degraus em frente (Figura 86). Houveram apresentações musicais de diferentes estilos, como jazz, mpb e bossa-nova, trazendo mais vitalidade à escadaria que geralmente apresenta pouco movimento (TVE ESPÍRITO SANTO, 2022).

Figura 86 – Apresentação musical na Escadaria São Diogo em 28 de maio de 2022



Fonte: Instagram Pelas Ruas de Vix (2022)

Em junho de 2022, novas tensões floresceram no Centro de Vitória, relacionadas aos bares que promoviam movimentações noturnas no bairro aos fins de semana. Nesse contexto, o vereador Gilvan da Federal realizou, junto à Polícia Militar e a Guarda Municipal, com apoio da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade e Habitação (Sedec), uma ação de fiscalização nos bares Subúrbio e Bar da Zilda na madrugada de sábado para domingo, nos dias 4 e 5 de junho (SÉCULO DIÁRIO, 2022e). A ação se relacionava a uma reunião realizada em 03 de maio de 2022 entre o vereador em questão e um grupo de moradores do bairro, que reivindicavam medidas contra os eventos promovidos nos espaços livres públicos por esses estabelecimentos (CENTRO DE VITÓRIA, 2022).

Entretanto, a ação gerou insatisfação entre promotores culturais, uma vez que os estabelecimentos estavam regularizados quanto à documentação necessária para seu funcionamento. A proprietária do Bar da Zilda afirmou que “no Centro, a gente faz a cultura sozinhos, independente do poder público, que não ajuda (...) Ao invés de vir querer somar com a gente, vem fechar o estabelecimento” (SÉCULO DIÁRIO, 2022e). Karlili Trindade, pesquisadora da UFES e integrante do movimento Grito da Cultura,

estabeleceu críticas às injustiças no modo de ação da gestão municipal, chamando atenção para violações do direito à cidade postas às práticas culturais populares, na tentativa de remove-las dos espaços livres públicos que constituem a cidade formal:

“Eu entendo que o ataque faz parte de um projeto higienista que a gestão tem para o Centro, assim como tem feito com a Curva da Jurema e outros espaços da cidade. Estão acelerando a gentrificação de Vitória, inviabilizando o acesso e direito à cidade a pessoas negras e periféricas (...) A gestão Pazolini trata a cidade como um templo dele” (SÉCULO DIÁRIO, 2022e).

“A militarização do espaço público é tática pra encurralar preto e periférico nas favelas. Até que as favelas tenham valor de mercado também. É a geografia das desigualdades, racismo ambiental e necropolítica na veia. Apagar nossa identidade e memória faz parte. É nos eliminar por inteiro, corpos, identidades e memória. Nós não temos direito a memória” (SÉCULO DIÁRIO, 2022e).

Os organizadores do projeto Subúrbio, que realizava eventos no espaço da rua junto ao bar, endossaram o argumento levantado pela pesquisadora, destacando uma perseguição a atividades que envolvam público periférico em espaços livres públicos centrais:

“A perseguição acontece e é reforçada por quem deveria criar políticas públicas para nossa proteção. O corpo preto é, diariamente, marginalizado e a cultura das periferias aceita pela elite é sempre determinada por eles. O que foge disso é tido como balbúrdia, folia desnecessária ou até mesmo bandidagem” (SÉCULO DIÁRIO, 2022e).

Como resultado da insatisfação quanto à ação promovida pela Polícia Militar e Guarda Municipal com participação do vereador Gilvan da Federal, ocorreu em 11 de junho de 2022 um ato na Rua Atílio Vivácqua, onde se localiza o bar Subúrbio, em protesto à perseguição relatada e aos ataques do vereador nas redes sociais (SÉCULO DIÁRIO, 2022f).

4.2 Análise

A partir da reconstituição estabelecida do início da pandemia (março de 2020) até junho de 2022 por meio do levantamento realizado, observa-se no período analisado transformações no cotidiano do bairro em relação aos seus espaços livres públicos,

com mudanças ao longo do tempo. No início de 2020, por volta dos meses de março e abril, destaca-se considerável redução na circulação e uso desses espaços, seguida por transposição total ou parcial de certos usos – como cultural e religioso – para o ciberespaço, e registro de baixa adesão do uso de máscaras nos espaços livres públicos, medida recém determinada no momento em questão. No final de abril e em maio de 2020, também passam a haver manifestações dos rodoviários, evento que se tornou recorrente no período estudado, ocorrendo de tempos em tempos até o final de 2021. No âmbito comercial, apesar de uma gradual retomada da circulação de pessoas na cidade ao longo de 2020, com a reabertura de algumas atividades entre maio e junho – como estabelecimentos comerciais, academias e *shopping centers* –, o impacto que a pandemia trouxe ainda foi bastante sentido, de acordo com os dados expostos.

Já entre agosto e novembro de 2020, foram identificadas situações do cotidiano que indicam maior uso dos espaços livres públicos em comparação com os meses anteriores, como o registro da Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes com um fluxo considerável de pessoas, e as manifestações realizadas na Praça Costa Pereira. Destaca-se ainda a ascensão de um novo uso, a partir do evento esportivo realizado na Avenida Beira-Mar. Por outro lado, apropriações culturais dos espaços livres públicos permaneciam insipientes, sem identificação de sua realização. Os espaços culturais também se encontravam em inércia: apesar da sua liberação a partir de setembro, somente foram constatadas atividades presenciais com público no MAES. Todavia, entre o final de 2020 e o início de 2021, foram levantadas duas atividades culturais nos espaços livres públicos do bairro: a Kombi Literária da Editora Cousa e a Folia de Reis.

Também no início de 2021, em fevereiro e março, passaram a ser identificadas instâncias de aglomeração relativas à movimentação noturna de bares, inclusive em horários de funcionamento proibidos no momento. A mesma situação também foi levantada em maio e junho, revelando maior recorrência de usos noturnos dos espaços livres públicos relacionados à boemia a partir de 2021.

Também entre maio e julho de 2021 destaca-se a reabertura de diversos espaços culturais no Centro de Vitória, como a Casa Porto das Artes Plásticas, o Palácio da Cultura Sônia Cabral, o MUCANE e a Galeria Léo Bahia Arte Contemporânea. Além

disso, apresentações culturais presenciais passaram a apresentar maior recorrência, como exemplificado com o retorno presencial dos concertos da Orquestra Sinfônica do Espírito Santo no Sesc Glória e no Palácio da Cultura Sônia Cabral. Revela-se assim, um momento de retomada mais expressiva de atividades culturais no bairro por volta da metade de 2021, apesar das oscilações na classificação de risco do município entre moderado, baixo e alto nesse período.

Já entre agosto e setembro de 2021, destaca-se a recorrência de manifestações nos espaços livres públicos do Centro de Vitória, sobretudo a Praça Costa Pereira e a Avenida Jerônimo Monteiro, em frente ao Palácio Anchieta. Entretanto, os atos não se limitaram a esses dois locais, que apresentaram constância em relação a esse tipo de uso ao longo da totalidade do período analisado, mas também foram identificados em espaços menos comuns: em frente ao Fórum de Vitória e em frente à Fafi, em atos menores, relacionados às respectivas instituições, e na Praça Getúlio Vargas partindo para a Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, enquanto protesto com grande número de pessoas. Esse cenário revela a tensão presente no contexto social, levando milhares de pessoas a protestarem nos espaços livres públicos do bairro, mesmo diante do risco de contaminação e da não recomendação de realização dessas atividades. A pressão no uso desses espaços, no entanto, não se observou da mesma forma em relação às atividades recreativas, de lazer e de cultura, que ainda estavam mais restritas aos espaços edificados nesse momento.

Em relação ao comércio, o ano de 2021 simbolizou uma melhoria de quadro em comparação com 2020, com aumento dos índices de vendas, inauguração de novos estabelecimentos, e conseqüentemente maior circulação de pessoas nos espaços livres públicos relacionados às atividades comerciais. Também se destaca o crescimento do comércio informal representado pela atividade dos vendedores ambulantes, o que expressa simultaneamente um reforço da atividade comercial e uma consequência das mazelas sociais agravadas pela pandemia – assim como o aumento da população em situação de rua.

Já o primeiro semestre de 2022 foi em grande parte marcado pela questão do carnaval, seus impasses, anseios e embates. A contradição estabelecida pelo poder público municipal entre a proibição do carnaval de rua e a liberação do carnaval em espaços privados, mesmo sobre o argumento do maior potencial de controle dos

vacinados nos locais privados, indica priorização das demandas privadas sobre as iniciativas culturais populares de apropriação dos espaços livres públicos. Essa questão também se demonstra com o modo de ação da gestão municipal em relação às instâncias de aglomeração de pessoas no bairro, nas noites do período de carnaval, com resposta repressiva da Polícia Militar, mesmo em locais onde a concentração de pessoas já havia sido consideravelmente dispersada, enquanto eventos privados com grande público ocorriam de forma autorizada no mesmo momento.

A proibição dos blocos de rua nos meses de fevereiro e março, juntamente à expectativa e anseio dos grupos carnavalescos quanto à realização do carnaval de rua em 2022, levou grande número de pessoas aos desfiles fora de época que ocorreram entre abril e maio nas ruas Sete de Setembro, Maria Saraiva e Graciano Neves – ainda que em escala consideravelmente menor do que os carnavais anteriores à pandemia. Os relatos encontrados de promotores culturais engajados com o carnaval de rua também revelam insatisfação com a gestão municipal quanto a baixa transparência e diálogo com os grupos.

Também se destacam os impasses com o poder público entre bares que promoviam movimentação noturna no bairro voltados à cultura popular e/ou às minorias sociais, comumente atraindo população periférica. Os conflitos simbolizaram a oposição da gestão municipal a ações que atraíam esse público – tradicionalmente excluído dos espaços centrais e forçado às margens socialmente – para o Centro de Vitória, de acordo com a perspectiva dos promotores culturais.

Deve-se observar também a menor quantidade de material identificado em relação a usos, práticas sociais e situações nos espaços livres públicos na escala do cotidiano no primeiro semestre de 2022. Acredita-se que esse fato se relaciona à retomada mais expressiva da “normalidade” do bairro nesse ano, com a liberação de todas as atividades desde os primeiros meses do ano, o avanço na vacinação e o fim do mapeamento de risco e das medidas qualificadas de combate à pandemia a partir de abril. Assim sendo, torna-se menor a incidência de notícias e reportagens sobre situações cotidianas que passam a ser entendidas como normalizadas, irrelevantes para o jornalismo, ao exemplo das aglomerações, que não possuem o mesmo tom de denúncia encontrado em 2020 e 2021.

Todavia, destaca-se o surgimento de nova instância de apropriação cultural dos espaços livres públicos com o projeto Escadaria Viva, na Escadaria São Diogo, ressignificando um espaço de travessia, e de baixa movimentação, sobretudo à noite, promovendo um uso temporário – porém regular – de longa permanência a um espaço que geralmente não é utilizado dessa forma. Também se percebe em 2022 a retomada das procissões presenciais pelo bairro, em diferentes escalas de público, chegando a superar ocasiões precedentes à pandemia quanto ao número de frequentadores. Entretanto, é notável, mesmo ao fim do período – e até após a extensão do recorte temporal –, a permanência do papel amplificado do espaço virtual na intermediação das relações sociais, tendência acelerada pela pandemia, e que ainda hoje se observa com os eventos e reuniões em modalidade virtual ou híbrida.

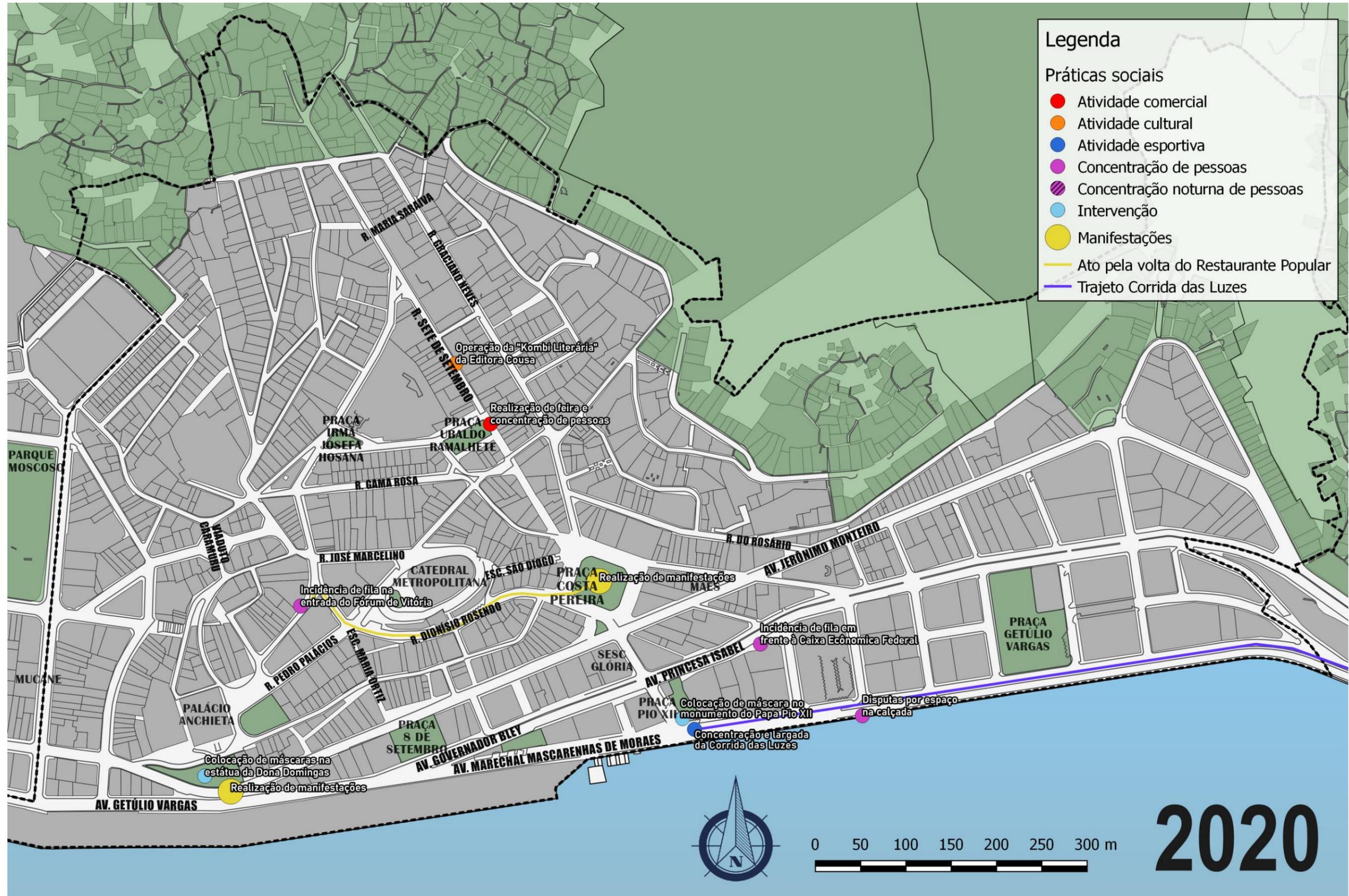
As apropriações identificadas nos espaços livres públicos do Centro foram localizadas nos mapas das Figuras 87, 88 e 89, que espacializam os acontecimentos levantados durante a pandemia ao longo de cada ano: 2020, 2021 e o primeiro semestre de 2022. No mapa de 2020 (Figura 87), observam-se aglomerações pontuais, dispersas pelo território, relacionadas à eventual incidência de filas. Também se destaca maior concentração de práticas sociais na Rua Sete de Setembro, reforçando a relevância da rua no contexto socioespacial do bairro, e de manifestações na Praça Costa Pereira e na Avenida Jerônimo Monteiro, em frente ao Palácio Anchieta.

A partir de 2021 (Figura 88), é possível observar instâncias de aglomerações noturnas, relacionadas à movimentação de bares, e menor destaque passa a ser dado a aglomerações causadas por filas. Também passam a haver mais atividades culturais nos espaços livres públicos, sobretudo no eixo Praça Costa Pereira – Praça Ubaldo Ramalhete Maia, e se observa o retorno, ainda tímido, de procissões pela cidade. Se nota ainda um espraiamento das manifestações ao longo do bairro, não se restringindo apenas à Praça Costa Pereira e à região em frente ao Palácio Anchieta, já aparentes em 2020.

No primeiro semestre de 2022 (Figura 89), permaneceu a maior incidência de atividades culturais nos espaços livres públicos, mas não se identificam aglomerações diurnas, o que provavelmente se relaciona à menor publicação de notícias sobre essas situações cotidianas. Os protestos e atos identificados voltaram a se concentrar na Praça Costa Pereira e na Avenida Jerônimo Monteiro, sobretudo na região em

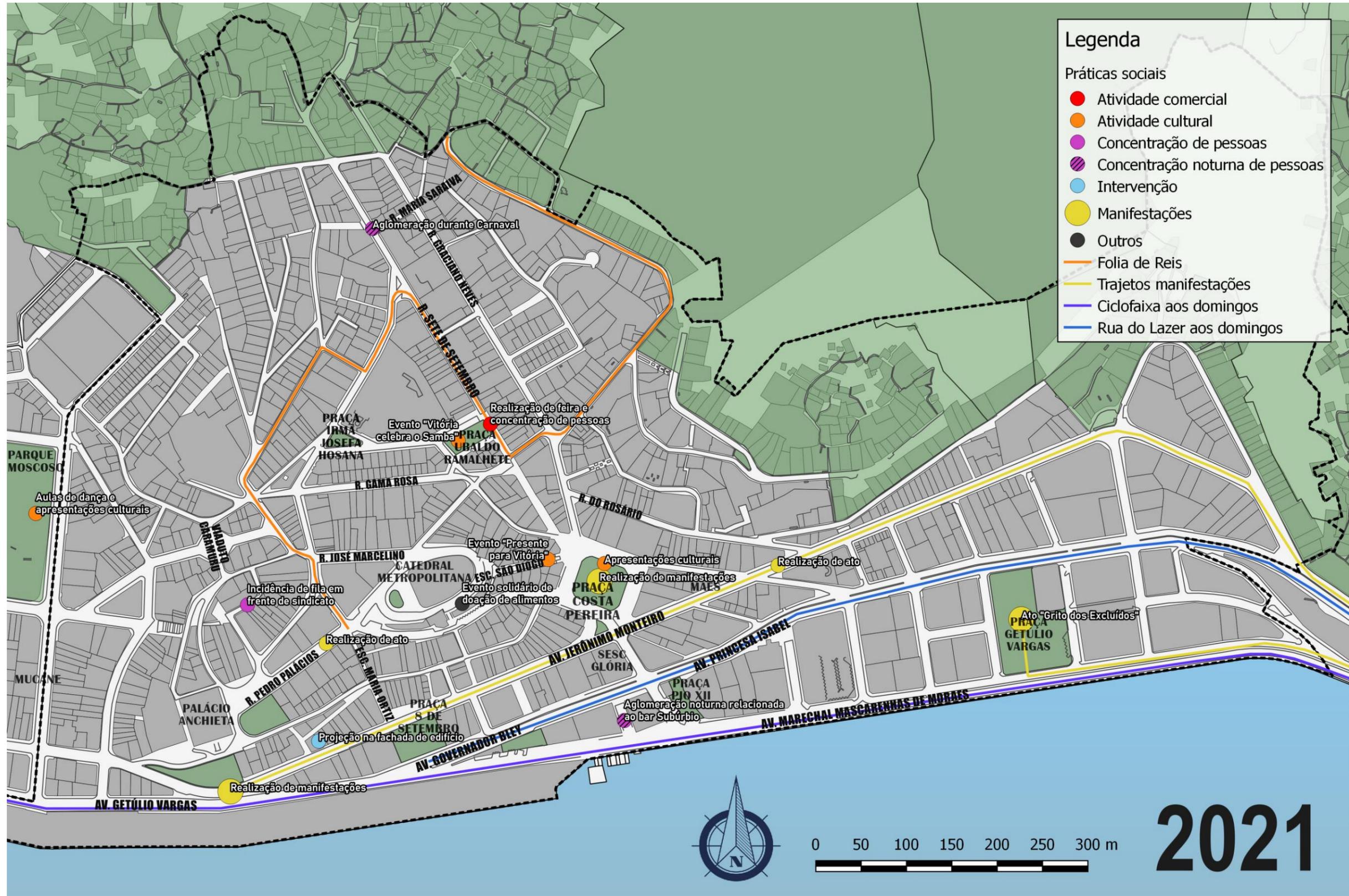
frente ao Palácio Anchieta, reforçando o papel político desses espaços livres públicos enquanto locais de manifestação de conflitos na cidade. Também se destacam os percursos das procissões, agora mais numerosas e com maior público, e dos desfiles de blocos carnavalescos, situação que não era presenciada desde o início da pandemia, além da concentração dos blocos na Rua Maria Saraiva. Nota-se a presença de aglomeração de pessoas à noite durante o carnaval nas imediações da rua mencionada e da Escadaria da Piedade desde 2021, o que comprova a importância dessa região enquanto espaço de manifestação da cultura popular do carnaval de rua do Centro de Vitória.

Figura 87 – Práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória entre 13/03/2020 e 31/12/2020



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 88 – Práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória entre 01/01/2021 e 31/12/2021



Fonte: Elaborado pelo autor

Por fim, elaborou-se o mapa da Figura 90, que sintetiza as práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do bairro ao longo da totalidade do recorte temporal elencado. A partir desse mapa, é possível constatar as características que cada espaço livre público apresentou durante o período analisado. Na Praça Costa Pereira, foram recorrentes as manifestações realizadas ao longo de todo período, comprovando a importância política desse espaço, possivelmente dada pela sua posição central no bairro, e sua proximidade com as avenidas. Além disso, identificaram-se usos comerciais, relativo à atuação dos ambulantes, e culturais, que inclusive se estenderam para a Escadaria São Diogo, localizada junto à praça.

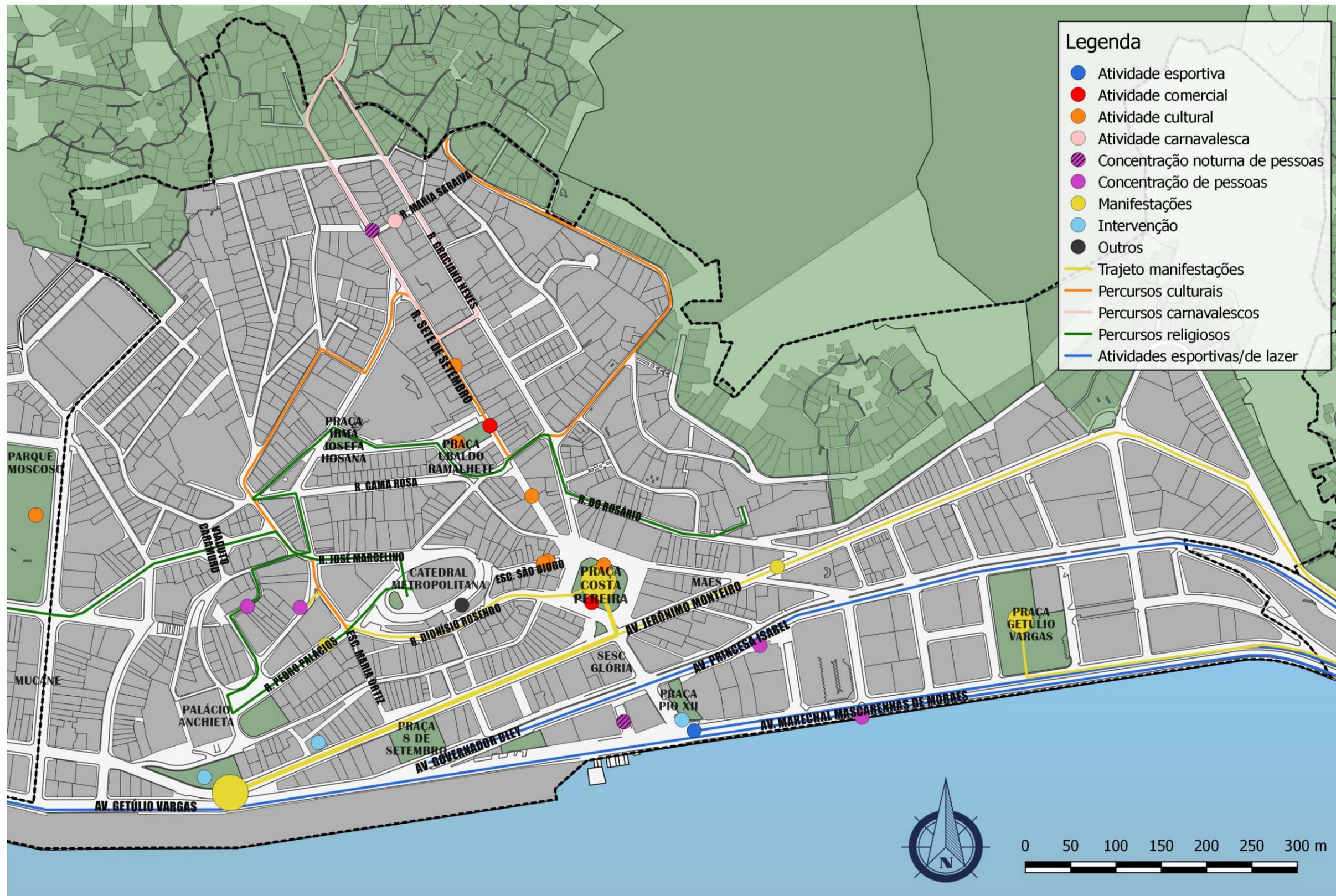
Na Rua Sete de Setembro tiveram destaque as apropriações culturais da rua, estendidas também à adjacente Praça Ubaldo Ramalheite Maia, como apresentações artísticas e procissão. No trecho mais a norte, junto à Escadaria da Piedade e à Rua Maria Saraiva, apontam-se as apropriações culturais relacionadas ao carnaval de rua, como concentração e desfile de blocos, e também concentração de pessoas à noite. Ressalta-se, portanto, a relevância do valor cultural popular da Rua Sete de Setembro, constituindo importante reduto do carnaval e do samba.

Na Avenida Jerônimo Monteiro, por sua vez, é notável o destaque quanto à realização de atos e protestos, recorrentes em todo período, sobretudo na região em frente ao Palácio Anchieta. Essa característica se associa à relevância da avenida na conexão metropolitana, em termos de mobilidade urbana, o que a torna atrativa para esse uso, ao favorecer o impacto e destaque das manifestações. Além disso, a maior concentração junto ao Palácio Anchieta provavelmente se relaciona ao fato do edifício atualmente ser a sede do governo estadual, representando uma forma de chamar atenção das autoridades públicas para as reivindicações colocadas pelos manifestantes.

Já nas avenidas Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes, tem maior destaque as atividades relacionadas ao lazer e à prática de exercícios físicos, favorecidas também pela implementação da Rua do Lazer e da ciclofaixa aos domingos. Também se aponta a ocorrência de algumas aglomerações nas suas imediações – inclusive noturna, relacionada ao bar Subúrbio –, e a realização de protesto na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes.

Ainda chama atenção as apropriações religiosas dos espaços livres públicos, dadas a partir das procissões realizadas nas áreas mais internas do bairro, que se concentravam e partiam da Praça Dom Luiz Scortegagna, em função de sua disposição junto à Catedral Metropolitana.

Figura 90 – Síntese das práticas sociais identificadas nos espaços livres públicos do Centro de Vitória durante o recorte temporal



Fonte: Elaborado pelo autor

CAPÍTULO 5. TRANSFORMAÇÕES, TENSÕES E PERMANÊNCIAS

A partir do material levantado nas pesquisas da legislação estadual de controle e enfrentamento da pandemia de COVID-19 e das notícias sobre o Centro de Vitória do início da pandemia até o primeiro semestre de 2022, destaca-se que houveram transformações notáveis nas dinâmicas socioespaciais que se materializam nos espaços livres públicos da cidade. Tais transformações revelaram diferentes momentos da pandemia, que transicionaram entre si de forma gradual.

Um primeiro momento se deu com uma suspensão e paralisação abrupta de diversas atividades em todo Espírito Santo, a partir dos primeiros decretos estaduais de gestão da pandemia ao final de março de 2020, ocasião em que se constatou um esvaziamento dos espaços livres públicos do Centro de Vitória. Pelos registros fotográficos levantados, locais que costumam apresentar maior movimento, como as avenidas Jerônimo Monteiro e Princesa Isabel, encontravam-se em um cenário visualmente abandonado, marcado pelas fachadas “inativas” dos estabelecimentos fechados.

Com a implantação da metodologia de mapeamento de risco ao final de abril de 2020, e a reabertura de algumas atividades no município a partir de maio de 2020, observa-se um segundo momento. Aqui, a reabertura das lojas no Centro altera o cenário inerte presente nas avenidas supracitadas, passando a apresentar mais vivacidade com as fachadas dos estabelecimentos abertos, e a trazer maior fluxo de pessoas – algumas utilizando máscaras, mas boa parte sem fazer uso.

Em ambos momentos, é necessário destacar a forte transposição de atividades para o meio virtual. Embora esse dado tenha sido constatado no bairro principalmente em relação às atividades culturais, é possível inferir, pela tendência vista a nível nacional e mundial, que também tenha ocorrido fenômeno semelhante em diversas outras atividades, a partir da implementação do *home office* e do ensino a distância. Para além, o retorno presencial em faculdades e escolas só passou a ser possível a partir de setembro e outubro de 2020, respectivamente – até esse momento, as possibilidades de ensino no município se limitavam à modalidade remota. Em relação às atividades culturais, notou-se a utilização de redes sociais, por meio de postagens e transmissões em tempo real, para realização de apresentações e eventos de modo virtual. Também se observou fenômeno semelhante em atividades religiosas, por meio

das *lives*, porém com retomada presencial mais rápida, uma vez que a realização de cultos presenciais nos templos religiosos não foi suspensa em nenhum momento da pandemia.

A partir do final de julho de 2020, observa-se melhoria da classificação de risco do município de Vitória, passando a alternar entre risco moderado e baixo – não mais alto, como estava até o momento. Essa melhoria de quadro, somada às graduais flexibilizações nas medidas qualificadas, e às alterações na metodologia de classificação de risco, tornando-a menos rigorosa, caracterizaram um terceiro momento de retorno gradual de atividades no município e de movimentação nos espaços livres públicos do Centro. A partir desse momento, passa a se identificar também o retorno da realização de manifestações na Praça Costa Pereira – até então, só haviam sido identificados protestos em frente ao Palácio Anchieta por parte dos rodoviários, categoria que já estava mais exposta ao vírus, por circularem diariamente pela cidade desde o início da pandemia, mesmo em momentos de maiores restrições, uma vez que o funcionamento do transporte coletivo público não havia sido suspenso. Também se observa aqui um início de retomada, ainda tímido, de atividades culturais presenciais no bairro, o que se tornou possível a partir de setembro de 2020, de acordo com a legislação analisada.

Um quarto momento se delineia com a implementação da quarentena que classificou todo o estado no risco extremo ao final de março de 2021, levando à suspensão de diversas atividades, à exceção daquelas consideradas essenciais. Apesar dos poucos registros de notícias desse momento, é possível deduzir uma redução brusca na circulação de pessoas nos espaços livres públicos do bairro, uma vez que o quadro vigente era de suspensão de vários estabelecimentos. O momento também representou uma proibição do uso de espaços livres públicos recreativos, como praças e quadras, e a paralisação do transporte coletivo público pela primeira e única vez durante toda a gestão da pandemia, reforçando a atipicidade do contexto.

A partir do final de abril e do mês de maio de 2021, passou a se instalar um quinto momento, com a passagem do município do risco extremo para o alto, posteriormente para o moderado, e enfim para o baixo a partir de julho de 2021. Voltam a ser permitidas atividades não essenciais, reestabelecendo uma dinâmica socioespacial mais próxima do momento precedente à quarentena. Também se destaca a retomada

de dois usos temporários recorrentes dos espaços livres públicos que estavam inviabilizados desde o início da pandemia: a realização de atividades esportivas e de lazer na Avenida Princesa Isabel por meio da Rua do Lazer, e a mobilidade por ciclofaixa na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, ambos aos domingos. Além disso, esse momento marca a reabertura presencial ao público de diversos espaços culturais do Centro, sobretudo nos meses de maio, junho e julho de 2021. Também se nota maior incidência de atos e manifestações nesse momento, principalmente entre agosto e setembro de 2021, não se restringindo apenas aos espaços que tradicionalmente acontecem esses usos – Praça Costa Pereira e a região em frente ao Palácio Anchieta – e se espalhando para outros locais do bairro. Há ainda a retomada de alguns eventos culturais nos espaços livres públicos do Centro ao final de 2021, especialmente em novembro.

Um sexto momento se dá quando a classificação de risco do município passa do nível baixo para o moderado, no início de fevereiro de 2022. Embora o risco moderado já estivesse amplamente flexibilizado, com poucas alterações em comparação com o nível baixo, esse momento coincidiu com o pico de casos no Espírito Santo em decorrência da ascensão da variante Ômicron, e com o período do carnaval, evento de importância no contexto do bairro. Apesar do funcionamento quase irrestrito de atividades, e de uma movimentação dos espaços livres públicos aparentemente já próxima da “normalidade” precedente à pandemia, a proibição do desfile de blocos de rua por parte da gestão municipal levou a novas tensões e embates que se materializaram nos espaços livres públicos do bairro. Ao mesmo passo que houve uma movimentação noturna bastante expressiva em um dia do feriado do carnaval, principalmente nas imediações da Rua Maria Saraiva e da Escadaria da Piedade, em outro dia houve dispersão repressiva da Polícia Militar, antes mesmo dessa movimentação se estabelecer, o que finalizou com a disparada de bombas de efeito moral com gás de pimenta nas praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia, e na Rua Sete de Setembro, potencialmente afetando pessoas que estavam nos locais, mesmo se não estivessem participando de aglomerações relacionadas ao carnaval. Esse quadro marca um cenário atípico de repressão à utilização dos espaços livres públicos, mesmo quando esse uso já estava controlado, sem aglomerações. Embora não sejam raras cenas desse tipo de ação confrontativa por parte das forças policiais durante protestos nos espaços livres públicos que integram a cidade formal, a

aplicação do mesmo modo de ação em praças já com baixa movimentação, sem aglomerações ou ameaças ao patrimônio público, como revelado nos registros fotográficos apresentados, estabelece um desrespeito ao direito à cidade.

Por volta de abril de 2022, define-se um sétimo e último momento no intervalo temporal analisado, quando passa a se identificar a realização de mais eventos nos espaços livres públicos do Centro de Vitória, com incidência de maior público, o que se deu paralelamente à queda de casos no estado, passado o pico da variante Ômicron. Nesse contexto, o município primeiramente estava classificado no risco baixo, e posteriormente, a partir de 07 de abril de 2022, passou pelo fim da metodologia de mapeamento de risco e das medidas qualificadas no Espírito Santo. Destacam-se a realização de procissões pelas ruas do bairro por parte da Catedral Metropolitana, levando grande número de pessoas aos espaços livres públicos do Centro, e o desfile de blocos carnavalescos fora de época, que também proporcionaram grande movimentação nas ruas Maria Saraiva, Sete de Setembro e Graciano Neves, e na Escadaria da Piedade. Além disso, protestos e usos culturais dos espaços livres públicos voltaram a ocorrer com maior frequência, se constituindo numa situação bastante próxima do período anterior à pandemia – e em alguns casos, até com a ascensão de novos usos, como se viu com o Projeto Escadaria Viva.

Considerando a totalidade do recorte temporal analisado, destaca-se que os espaços livres públicos do Centro de Vitória em nenhum momento ficaram abandonados de forma contínua, apesar da considerável redução na circulação de pessoas que ocorreu, sobretudo, no início da pandemia. Um exemplo notável dessa constatação se dá com a constância dos protestos que foram realizados no bairro ao longo dos meses, em que se destacam a Avenida Jerônimo Monteiro e a Praça Costa Pereira. Embora tenham se identificados recorrentes atos menores no início do período, a partir do final de 2021 passam a ocorrer maior quantidade de protestos, inclusive com grande número de frequentadores, potencialmente associado ao contexto conflituoso posto socialmente naquele momento, relacionado às formas de gestão da pandemia, e ao avanço da vacinação, que permitiu maior segurança para os manifestantes.

Ressalta-se ainda que os espaços livres públicos que obtiveram maior destaque na pesquisa empírica realizada – praças Costa Pereira e Ubaldo Ramalhete Maia, avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes, e

Rua Sete de Setembro – apresentaram usos característicos de maior destaque. Na Avenida Jerônimo Monteiro com o supramencionado predomínio de protestos, também relevante na Praça Costa Pereira, a qual agregou, ainda, apropriações culturais e comerciais; nas avenidas Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes com as atividades de lazer e exercício físico; e na Rua Sete de Setembro e Praça Ubaldo Ramalheite Maia com o destaque cultural e a movimentação noturna, sobretudo relacionados ao carnaval.

Dessa forma, observa-se que, gradualmente, esses espaços retomaram as formas de apropriação já características dos mesmos no período precedente à pandemia, conforme comentado no capítulo 2, talvez até com intensificação dos protestos e dos usos culturais entre o segundo semestre de 2021 e o primeiro semestre de 2022. Esse anseio pela utilização dos espaços livres públicos, após a melhora do quadro epidemiológico do município, também se observa com o surgimento de usos antes não identificados, ao exemplo da iniciativa Escadaria Viva, já mencionada.

Ao se estabelecer um diálogo entre os dados empíricos relativos ao Centro de Vitória durante a pandemia de COVID-19 e o referencial teórico que embasa a pesquisa, observa-se, no início da pandemia, o aprofundamento de diversos pontos levantados pelos autores, sobretudo nos dois primeiros momentos apontados anteriormente. Com a suspensão de várias atividades e a redução do fluxo de pessoas nos espaços livres públicos do bairro, nota-se impacto considerável nas possibilidades de apropriação desses espaços, o que consequentemente interfere nos laços que os habitantes estabelecem entre si e com a cidade, como pontua Carlos (2017). Além disso, as comprovadas transformações no cotidiano impulsionadas pela pandemia, com constantes mudanças no que é permitido e incertezas sobre o futuro próximo, são comparáveis às transformações morfológicas citadas pela autora que fortalecem o sentimento de estranhamento do indivíduo na metrópole, criando-se um paralelo entre os dois fenômenos.

Analogamente, nota-se, com a pandemia, uma atenuação das possibilidades de concretização da experiência da alteridade na cidade, que Jacques (2012) defende. A questão se demonstra com a redução de certos usos dos espaços livres públicos, como os relacionados a atividades culturais, que só passaram a ser identificadas a partir do final de 2020, ainda em pequena escala. Também é notável a redução da

experiência corporal das cidades (JACQUES, 2007) impulsionada pela pandemia, que, embora tenha variado ao longo do tempo, se mostrou mais presente nos primeiros momentos, e principalmente no quarto momento, quando se determinou a proibição de usos recreativos dos espaços livres públicos. A consequência desses períodos de quarentena se dá no afastamento quase total da experiência da alteridade e da experiência corporal no espaço urbano, ainda que de modo temporário.

Nos momentos de maiores restrições principalmente, o espaço virtual passou a apresentar maior papel na constituição da esfera pública, situação que já era pontuada em Queiroga (2012), mas que se mostrou intensificada com a pandemia. A suspensão de usos culturais dos espaços livres públicos e dos espaços edificados no Centro de Vitória, por exemplo, se deu acompanhada do uso de redes sociais como ferramenta para realização dessas atividades, situação que gradualmente foi sendo reestabelecida para a modalidade presencial, mas que só se deu de forma significativa a partir da metade de 2021 (quinto momento mencionado anteriormente). Mesmo com a retomada das atividades presenciais, registra-se a permanência da relevância ampliada do ciberespaço como tendência para o contexto pós-pandêmico.

Todavia, apesar das adversidades transitórias, ao se analisar a totalidade do período estudado, fica claro o valor dos espaços livres públicos enquanto suporte material da esfera pública, tanto no sentido geral, quanto no sentido político, como defende Queiroga (2011; 2012; 2014). De fato, não se nota um declínio dos espaços livres públicos a partir da pandemia, mas um enfraquecimento temporário das suas possibilidades de apropriação, seguida pelo anseio de ocupar esses espaços novamente, como se mostra com a retomada de eventos e atividades culturais ao fim do período analisado (sétimo momento, citado anteriormente). Para além, ao longo de todo o recorte temporal, frequentemente alguns espaços livres públicos do bairro davam lugar à realização de protestos, reforçando sua importância enquanto espaços de manifestação política, mesmo na pandemia, em um cenário desfavorável, e comprovando o caráter simbólico da Praça Costa Pereira e da Avenida Jerônimo Monteiro nesse sentido.

Ademais, diante do estudo empírico conduzido, reafirma-se a noção dos espaços livres públicos como locais da materialização de conflitos, como constata Queiroga (2012). Esses conflitos se revelaram principalmente com os embates relativos ao

carnaval de rua e às apropriações noturnas do bairro relacionadas aos bares Subúrbio e Bar da Zilda. Os diferentes anseios em relação aos espaços livres públicos, entre aqueles que queriam ocupar e festejar e os que queriam o fim dessas atividades tidas como desordenadas, levou à ocorrência de conflitos inclusive físicos/materiais, ao se observar atuação repressiva da Polícia Militar.

Nesse tópico, cabe alusão à Ranciere (1996), uma vez que tais situações podem ser interpretadas pela lógica do dissenso, trabalhada pelo autor. O conflito que emergiu nesses casos não se limita a uma simples discordância a respeito dos tipos de apropriação que deveriam ocorrer nos espaços livres públicos. Também representam a divergência de interpretações sobre o próprio Centro de Vitória, sua identidade e o mundo sensível que o constitui, que coabitam nos diferentes atores. Como destaca o autor, um mesmo fenômeno socioespacial pode propiciar visões antagônicas entre os diferentes grupos sociais: para as pessoas que aproveitavam o carnaval e/ou as festas promovidas nas ruas, muitos provenientes de outros bairros e municípios, inclusive periféricos, tratava-se de um momento de lazer; para os promotores culturais desses eventos, importante manifestação da cultura popular local, necessária de ser preservada; para uma parcela dos moradores, situação caótica, que perturba a tranquilidade do bairro; para as forças policiais atuantes, apropriação desordenada do espaço público, que precisa ser encerrada. Tais grupos habitam mundos sensíveis diferentes, situação em que somente o dissenso possibilita o verdadeiro diálogo entre esses mundos, segundo Ranciere – o que nesse caso, resultou na repressão dos frequentadores a partir da atuação policial.

Para além, nesse contexto pode-se interpretar a apropriação dos espaços livres públicos do Centro de Vitória relacionada à cultura popular como forma de atuação política, por se estabelecer a partir de uma contestação – ainda que nem sempre consciente e proposital – à chamada estrutura policial, a qual determina a ordem a ser estabelecida no mundo sensível comum (RANCIERE, 1996). Também pressupõe igualdade entre todos, que constitui a base da atuação política, para o autor: se festas de carnaval estavam sendo realizadas em espaços privados, em outros bairros, por que não poderiam ser realizadas nos espaços livres públicos do Centro? Em meio a esse cenário, que se estendeu para além da época do carnaval, interpreta-se que a manifestação realizada no bar Subúrbio contra as ações de repressão da cultura popular, em 11 de junho de 2022, consiste um exemplo de tentativa de validação do

mundo sensível habitado pelos organizadores e frequentadores desse espaço diante da estrutura, característica típica do dissenso.

Portanto, não se observa, na prática, a limitação do espaço público ao espaço pacificado de formação de consensos, onde se negam os conflitos, como denuncia Delgado (2014), mas também a existência de uma luta – amplamente desigual, deve-se reforçar – pela definição do destino dos espaços públicos a partir do dissenso. Esse ponto corrobora com o argumento do autor em relação à clara impossibilidade do espaço público de se conformar às expectativas utópicas de sua transformação em espaço pleno de debates e estabelecimento de consensos, local de manifestação de uma esfera pública pura e fictícia. Também reforça a questão que o autor levanta em relação ao uso da *internet* como recurso na busca desse espaço utópico: com a pandemia, o espaço virtual adquiriu maior centralidade e importância, sendo responsável por pautar o debate público e estabelecer grande parte das relações sociais.

Todavia, embora não esteja materializada a limitação do espaço público ao local de apaziguamento de conflitos e de fabricação de falsos consensos, é possível interpretar a existência de tentativas de implementação desse projeto no Centro de Vitória, o que se revela com a denúncia às ameaças de gentrificação, conforme relataram os promotores culturais mencionados no capítulo 4. Se Arantes (2002) fala sobre a instrumentalização da cultura como elemento para promoção da gentrificação, pode-se visualizar esforços de aplicação dessa tática no bairro, com as tentativas de filtrar a cultura lá existente para que se conforme a uma versão aceitável, como criticaram os produtores do projeto Subúrbio: “a cultura das periferias aceita pela elite é sempre determinada por eles. O que foge disso é tido como balbúrdia, folia desnecessária ou até mesmo bandidagem” (SÉCULO DIÁRIO, 2022d).

Nesse contexto, a pandemia criou mais uma camada de tensão, ao trazer questões epidemiológicas que devem ser ponderadas, mas que são utilizadas conforme os interesses vigentes, como se revela com a proibição do carnaval de rua paralelamente à liberação de festas privadas de carnaval, já mencionada, e com a priorização da reabertura de *shopping centers* em relação a parques públicos. Assim sendo, o argumento epidemiológico/técnico é, por exemplo, empregado para justificar decisões de proibição de manifestações culturais populares, utilizando repressão policial se

necessário, e ignorado em situações onde a cultura em questão é formalmente aceita, favorecendo assim a exclusão das populações periféricas e socialmente marginalizadas.

A investida na gentrificação por meio da fabricação de consensos (ARANTES, 2002), pode também ser interpretada nas reivindicações de revitalização urbana, comumente mencionadas em relação ao Centro de Vitória, sobre o argumento de um esvaziamento e abandono do bairro. Entretanto, nas instâncias em que há reforço à movimentação por meio da cultura popular, alega-se perturbação à ordem e busca-se atenuar as iniciativas. Para além, a implementação do projeto de “reurbanização” previsto para as ruas Sete de Setembro e Gama Rosa, no intuito de criar um “polo gastronômico” – em um local onde já existem bares e restaurantes que atraem considerável movimentação –, como mencionado no capítulo 2, possivelmente se associa a tentativa de controle da cultura e movimentação do bairro para um padrão que seja tido como aceitável, estabelecendo um falso consenso que pode favorecer a gentrificação.

Também se torna relevante estabelecer diálogo entre o estudo empírico realizado e o estado da arte levantado, visando compreender semelhanças e divergências com as considerações apresentadas nessas pesquisas. Em comparação com as colocações de Carlos (2020), não foi possível investigar o modo de implementação do *home office* para os moradores do Centro de Vitória, mas identificou-se a tendência à maior permanência no espaço privado residencial, e o maior destaque às tecnologias de informação e comunicação, como se comprovou com a ascensão das *lives* culturais e religiosas. Similarmente, se observa maior papel dado ao ciberespaço no lazer a partir da pandemia, como discute Silva (2021), constatado com as transmissões realizadas, ao longo de 2020 e 2021, para realização de apresentações artísticas e culturais.

Como mencionado, nos primeiros momentos da pandemia, também se notou, no Centro de Vitória, a redução na circulação de pedestres, tal como no estudo conduzido em Balneário Camboriú (SC) por Garbuió e Ribeiro (2020). No entanto, a retomada das formas de apropriação com o passar do tempo se assemelha à pesquisa realizada por Monteiro (2021) no Baixo Augusta, em São Paulo (SP), que também identificou manutenção dos usos já existentes no bairro nos momentos de menores restrições.

Além disso, de fato se notou maior anseio pela apropriação dos espaços livres públicos a partir da melhoria do cenário epidemiológico, como esperado por Monteiro *et al.* (2020) e Favaretto *et al.* (2021), mas paralelamente se reforçaram as tensões relacionadas ao seu uso. Ademais, acredita-se que o maior interesse na utilização desses espaços, acima da média precedente à pandemia – de modo similar aos processos ocorridos em outras pandemias, conforme discutido em Protasio *et al.* (2021) –, se deu, majoritariamente, de forma provisória, ao se comparar com o contexto mais recente, em 2023 – fora do recorte temporal estudado –, em que já se observa uma situação bastante próxima da “normal”, anterior à COVID-19.

Em diálogo com o estudo realizado por Tendais e Ribeiro (2020), embora não seja possível identificar o impacto na saúde mental dos habitantes do Centro, como trabalhado pelas autoras, a retomada mais expressiva do uso dos espaços livres públicos também se deu associada à sua utilização para prática de atividades físicas, favorecida pela Rua do Lazer e pela ciclofaixa aos domingos nas avenidas Princesa Isabel e Marechal Mascarenhas de Moraes. Essa característica também se aproxima da pesquisa de Paiva *et al.* (2021), que demonstra a relevância do uso associado à prática de atividades físicas em parque urbano de Garanhuns (PE), no ano de 2021. Destaca-se, nesse contexto, o potencial dos espaços livres públicos em propiciar, de forma democrática, a realização dessas atividades, que adquirem relevância especial em meio ao cenário de pandemia, para auxílio no tratamento de pessoas com a saúde comprometida em função de sequelas causadas pela COVID-19.

Nota-se similaridade em relação às transformações e tensionamentos nas dinâmicas sociais a partir da pandemia, como discutido, ainda que em diferentes temáticas e óticas, por Le Breton (2020) e Rodrigues e Ferro (2020). Ambos autores destacaram mudanças nas relações sociais a partir de novas situações postas pela transmissão viral – como o distanciamento físico e o uso de máscaras –, o que também foi identificado no Centro de Vitória com os problemas relacionados às filas e aglomerações, e com as máscaras passando a fazer parte do cotidiano, ainda que com uma adoção bastante irregular. Para além, os conflitos quanto aos usos culturais e/ou noturnos dos espaços livres públicos do bairro foram uma questão marcante, novamente reforçando o tensionamento social do contexto.

Em diálogo com a pesquisa de Miranda, Nascimento e Silva (2022), que também aborda a problemática da pandemia no Centro de Vitória, se observam algumas mudanças em comparação com o apresentado no artigo, que deu maior destaque à situação posta até 2021. Como visto no estudo empírico, a partir de meados de 2022, o bairro passou a apresentar maior movimentação e retomada comercial e cultural, em comparação com o panorama dos dois anos anteriores. No entanto, o quadro de redução da centralidade hegemônica do bairro, em meio à multacentralidade metropolitana, manteve-se vigente. Ademais, a necessária mudança de estratégia gestonária reclamada pelos autores não foi vista na atuação do poder público estadual em relação ao município de Vitória, e não parece se apresentar no horizonte próximo, dificultando o desenvolvimento do Centro sob uma perspectiva compromissada socialmente. Ressalta-se, no entanto, que a análise do impacto da pandemia aos comércios e serviços do bairro somente seria possível a partir de um estudo com enfoque nessa temática como aspecto central, o que não foi objetivo da pesquisa aqui realizada.

Conclui-se que a pandemia trouxe regressos na relação entre habitantes e cidade – embora não seja possível diagnosticar de modo mais preciso o impacto na perspectiva da topofilia –, ao favorecer o afastamento das dinâmicas socioespaciais urbanas, prejudicando a experiência da alteridade e a experiência corporal da cidade, potencialmente favorecendo o estranhamento do indivíduo na metrópole. Todavia, esse impacto se deu de modo temporário: ao longo do recorte temporal, observou-se gradual retomada de atividades na cidade e de usos dos espaços livres públicos.

Intensificaram-se, no entanto, os conflitos já existentes quanto às formas de apropriação desses espaços, ocasião na qual o contexto epidemiológico favoreceu a deslegitimação de certos usos, principalmente relacionados à cultura popular, ao fortalecer a interpretação de que essas atividades são indesejadas, por apresentarem risco de transmissão viral – enquanto, contraditoriamente, atividades tão ou mais inseguras aconteciam em espaços privados, em outros locais da cidade. Para além, a pandemia pode ter favorecido os impasses materializados no bairro quanto a essas formas de apropriação, por ter acostumado os moradores a um cotidiano mais pacato, com movimentação mais controlada nos espaços livres públicos, gerando maior estranhamento quando passaram a se retomar tais atividades – as quais já eram presentes no Centro no período antecessor à pandemia –, amplificando o dissenso.

Portanto, comprova-se a importância dos espaços livres públicos do Centro de Vitória enquanto locais de anseio pela apropriação, mas também de materialização de conflitos, situação em que a pandemia de COVID-19 figura como um incessante risco silencioso e aparentemente imprevisível que subitamente pode transformar o cotidiano e amplificar as tensões sociais postas nesse território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CARLOS, Ana. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. 2. ed. São Paulo: Labur Edições, 2017.
- CARLOS, Ana. A "revolução" no cotidiano invadido pela pandemia. In: _____ (Org.). **COVID-19 e a crise urbana**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.
- CENTRO UNIVERSITÁRIO FAESA. Centro de Pesquisa e Extensão FAESA e Prefeitura Municipal de Vitória. Projeto de Extensão. **Imóveis em abandono: mapa da ociosidade no Centro de Vitória/ES**. Vitória: Centro Universitário FAESA, 2022.
- DELGADO, Manuel. El fetichismo del espacio público: multitudes y ciudadanía a principios del siglo XXI. **Cidades**, São Paulo, v. 11, n. 19, p. 46-79, 2014.
- ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Cultura. **Arquitetura: patrimônio cultural do Espírito Santo**. Vitória: SECULT, 2009.
- FAVARETTO, Angela, *et al.* O espaço livre público urbano: percepção do usuário no contexto da pandemia de COVID-19. **Oculum Ensaios**, v. 18, 2021.
- FERRAZ, Camila. **Devir-criança e infantilização pela Rua Sete em Vitória (ES): narrativas para a ilha rever**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia - PPG-AU/FAUFBA. Salvador, 2019.
- FREITAS, José Francisco; CAMPOS, Martha; ALMEIDA, Renata. **Projeto centro.com.vitória**. Vitória: EDUFES, 2002.
- GARBUIO, Maria; RIBEIRO, Eduardo. A COVID-19 e sua influência no comportamento e fruição das praias marítimas urbanas de Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. **Revista Turismo Em Análise**, v. 31, n. 3, p. 455–476, set./dez. 2020.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo>. Acesso em: 14 fev. 2023.

JACQUES, Paola. Corpografias urbanas: o corpo enquanto resistência. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, Salvador, ano 5, número especial, p. 93-103, 2007.

JACQUES, Paola. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LE BRETON, David. O uso da máscara desfigura os laços sociais. **Dilemas: Revista de Estudo de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, Reflexões na Pandemia, 2020.

MENDONÇA, Eneida. A história da verticalização de construções no Centro de Vitória - da modernização à obsolescência do ambiente urbano. In: XXII Simpósio Nacional de História, 2003, João Pessoa. **Anais do XXII Simpósio Nacional de História: História, acontecimento e narrativa**. João Pessoa: ANPUH, 2023.

MENDONÇA, Eneida. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MIRANDA, Clara; NASCIMENTO, Vitor; SILVA, Carolina . O Centro de Vitória (ES) e a COVID-19, perante a reestruturação metropolitana. In: VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2023, São Carlos. **Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: refazer restaurar revisar, 07 a 11 de novembro de 2022**, v. 2. Rio de Janeiro: ANPARQ, 2023.

MONTEIRO, Evandro, *et al.* Encontros coreografados: os espaços públicos e sua resignificação durante a pandemia de Covid-19. In: LYRA, A., *et al.* (Org.). **Cidades e representações**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.

MONTEIRO, Laralys. **Impactos da pandemia COVID-19 em espaços públicos: aproximações ao Baixo Augusta em São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2021.

NIEE, Núcleo Interinstitucional de Estudos Epidemiológicos. **Nota Técnica NIEE - nº 08/2021: Um ano da pandemia da COVID-19: tendências e políticas públicas para a**

preservação da vida no Espírito Santo. Vitória: NIEE/IJSN, 2021. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/component/attachments/download/7374>>. Acesso em: 03 jun. 2021.

PAIVA, Isabelle, *et al.* A pandemia da COVID-19 e a utilização dos parques públicos urbanos de Garanhuns – PE. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, 2021.

PEGORETTI, Michela. **Entre pretérito e presente, entre transformações e permanências**: Inserção urbana e práticas socioespaciais a partir da Praça Costa Pereira em Vitória/ES, Brasil. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo – PPGG/UFES. Vitória, 2022.

PEGORETTI, Michela; VALFRÉ, Lorenzo; MENDONÇA, Eneida. Praças públicas de Vitória/ES: afinal, que praças são estas?. In: PNUM Maringá: forma urbana e natureza, 2019, Maringá. **Anais**, Maringá: Programa Associado UEM-UEL de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019.

PEGORETTI, Michela; TOREZANI, Cecília. A forma urbana em perspectiva histórica: um olhar a partir da Praça Costa Pereira, Vitória/ES. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 16., 2019. Vitória: **Anais do XVI SIMPURB**, 2019, p. 2219-2238.

PEGORETTI, Michela; TOREZANI, Cecília; MENDONÇA, Eneida. O comum urbano sob o ponto de vista da historicidade de práticas socioespaciais: o caso da Praça Costa Pereira, Vitória/ES. In: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2021. **Anais do XIV ENANPEGE**, 2021.

PIMENTEL, Viviane. O teatro da modernidade: o protagonismo da avenida Capixaba em Vitória/ES. **Arquitextos**, São Paulo, ano 19, n. 221.04, Vitruvius, out. 2018.

PIMENTEL, Viviane. Estratégias para a revitalização do Centro de Vitória/ES: o uso cultural na Avenida Jerônimo Monteiro. In: 6º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus, 2019, Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro. **Anais do 6º Seminário Internacional Museografia e Arquitetura de Museus**: pesquisa e patrimônio, 2019. Rio de Janeiro: Rio Books, 2019.

PRADO, Michele. A modernidade e o seu retrato: imagens e representações das transformações da paisagem urbana de Vitória (ES) - 1890/1950. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 3, n. 1, 2007.

PROTASIO, Myriam, *et al.* As enigmáticas expressões do homem moderno frente às pandemias. **HOLOS**, v. 4, 2021.

QUEIROGA, Eugênio. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. **Resgate**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 25-35, jan./jun. 2011.

QUEIROGA, Eugênio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros.** Tese (Livre Docência em Paisagem e Ambiente) – FAUUSP. São Paulo, 2012.

QUEIROGA, Eugênio. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

RANCIERE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Gabrielle. Coautoria urbana e quarentena: relações pessoa-cidade na pandemia do novo coronavírus. **Cadernos Metrópole**, v. 23, n. 52, p. 1017-1038, set/dez 2021.

RODRIGUES, Júlia; FERRO, Lígia. As crianças e a rua em tempos de COVID-19: os usos de dois parques públicos na cidade do Porto no período pós-confinamento. In: SEIXAS, E. (Org.). **Crianças na cidade em tempos de COVID-19: reflexões a partir da investigação em espaços públicos no Porto e em Lisboa**. Porto: Instituto de Sociologia da Universidade de Porto, 2020.

SANTOS, Milton. O espaço: sistemas de objetos, sistemas de ação. In: _____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SILVA, Junior. Impactos da COVID-19 ao lazer dos universitários. **HOLOS**, v. 4, 2021.

SILVESTRE, Henrique; CAMPOS, Martha. Porto urbano e impactos no território da Grande Vitória (ES). **arq.Urb**, v. 28, p. 138–154, mai./ago. 2020.

TENDAIS, Iva; RIBEIRO, Ana. Espaços verdes urbanos e saúde mental durante o confinamento causado pela COVID-19. **Finisterra**, v. 55, n. 115, p. 183–188, 2020.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. 1. ed. São Paulo: Difel, 1980.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C., MARICATO, E. (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2002.

Notícias e portais

IMÓVEIS abandonados: mapa mostra situação do Centro de Vitória. **A Gazeta**, 31 jan. 2020a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/imoveis-abandonados-mapa-mostra-situacao-do-centro-de-vitoria-0120>.

CARNAVAL de rua de 2020 teve maior público dos últimos tempos em Vitória. **A Gazeta**, 28 fev. 2020b. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/carnaval-de-rua-de-2020-teve-maior-publico-dos-ultimos-tempos-em-vitoria-0220>.

CAI movimento de carros e pessoas nas ruas após medidas do governo do ES. **A Gazeta**, 17 mar. 2020c. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/pouco-movimento-de-carros-e-pessoas-nas-ruas-apos-medidas-do-governo-0320>.

FOTOJORNALISMO: Coronavírus muda o ritmo das ruas na Grande Vitória. **A Gazeta**, 18 mar. 2020d. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/fotojornalismo-coronavirus-muda-o-ritmo-das-ruas-na-grande-vitoria-0320>.

CONFIRA as novas regras de funcionamento para o comércio no ES. **A Gazeta**, 08 mai. 2020e. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/confira-as-novas-regras-de-funcionamento-para-o-comercio-no-es-0520>.

CORONAVÍRUS: 493 estabelecimentos são fechados pela Prefeitura de Vitória. **A Gazeta**, 17 abr. 2020f. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/coronavirus-493-estabelecimentos-sao-fechados-pela-prefeitura-de-vitoria-0420>.

MESMO obrigatória, máscara ainda não é usada por todos na Grande Vitória. **A Gazeta**, 22 abr. 2020g. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/mesmo-obrigatoria-mascara-ainda-nao-e-usada-por-todos-na-grande-vitoria-0420>.

ORQUESTRA Sinfônica do ES faz lives com músicos em quarentena. **A Gazeta**, 14 abr. 2020h. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/orquestra-sinfonica-do-es-faz-lives-com-musicos-em-quarentena-0420>.

MAESTRO e violinista fazem serenata para vizinhos em prédio de Vitória. **A Gazeta**, 26 mar. 2020i. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/maestro-e-violinista-fazem-serenata-para-vizinhos-em-predio-de-vitoria-0320>.

ARCEBISPO de Vitória vai rezar missa on-line de Domingo de Ramos. **A Gazeta**, 31 mar. 2020j. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/arcebispo-de-vitoria-vai-rezar-missa-on-line-de-domingo-de-ramos-0320>.

FESTA da Penha: acompanhe o trajeto da Romaria das Famílias. **A Gazeta**, 18 abr. 2020k. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/festa-da-penha-acompanhe-o-trajeto-da-romaria-das-familias-0420>.

MONUMENTO do Papa Pio XII ganha máscara no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 14 mai. 2020l. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/monumento-do-papa-pio-xii-ganha-mascara-no-centro-de-vitoria-0520>.

RODOVIÁRIOS da Viação Tabuazeiro fazem protesto no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 24 abr. 2020m. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/rodoviaros-da-viacao-tabuazeiro-fazem-protesto-no-centro-de-vitoria-0420>.

PROTESTO dos rodoviários trava trânsito no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 18 mai. 2020n. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/transito/protesto-dos-rodoviaros-trava-transito-no-centro-de-vitoria-0520>.

DINHEIRO não será mais aceito no Transcol a partir de domingo (17). **A Gazeta**, 13 mai. 2020o. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/gv/dinheiro-nao-sera-mais-aceito-no-transcol-a-partir-de-domingo-17-0520>.

CAIXA tem 2º dia de fila para saque em dinheiro do auxílio de R\$ 600. **A Gazeta**, 28 abr. 2020p. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/caixa-tem-2-dia-de-fila-para-saque-em-dinheiro-do-auxilio-de-r-600-0420>.

MPF entra com ação contra Caixa e governo do ES por filas em agências. **A Gazeta**, 29 abr. 2020q. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/mpf-entra-com-acao-contr-caixa-e-governo-do-es-por-filas-em-bancos-0420>.

APÓS 30 dias da reabertura, comércio fatura 50% do período pré-pandemia. **A Gazeta**, 11 jun. 2020r. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/apos-30-dias-da-reabertura-comercio-fatura-50-do-periodo-pre-pandemia-0620>.

VEJA os tipos de lojas que abrem nesta quinta-feira no ES. **A Gazeta**, 21 mai. 2020s. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/veja-os-tipos-de-lojas-que-abrem-nesta-quinta-feira-no-es-0520>.

DISPUTA por espaço em calçada coloca ciclistas e pedestres em risco. **A Gazeta**, 22 ago. 2020t. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/disputa-por-espaco-em-calcada-coloca-ciclistas-e-pedestres-em-risco-0820>.

EM greve, funcionários dos Correios fazem protesto no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 17 set. 2020u. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/em-greve-funcionarios-dos-correios-fazem-protesto-no-centro-de-vitoria-0920>.

CATEDRAL 100 anos: festa terá shows, missas e procissão em Vitória. **A Gazeta**, 02 set. 2020v. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/catedral-100-anos-festa-tera-shows-missas-e-procissao-em-vitoria-0920>.

FÓRUNS na Grande Vitória têm filas no retorno ao atendimento presencial. **A Gazeta**, 28 set. 2020w. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/foruns-na-grande-vitoria-tem-filas-no-retorno-ao-atendimento-presencial-0920>.

FÓRUM de Vitória disponibiliza protocolo drive-thru para evitar filas. **A Gazeta**, 08 out. 2020x. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/forum-de-vitoria-disponibiliza-protocolo-drive-thru-para-evitar-filas-1020>.

CENTRO Cultural Sesc Glória, em Vitória, não vai reabrir em 2020. **A Gazeta**, 18 nov. 2020y. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/centro-cultural-sesc-gloria-em-vitoria-nao-vai-reabrir-em-2020-1120>.

FECHADO por pandemia, Museu Capixaba do Negro só reabre em 2021. **A Gazeta**, 20 nov. 2020z. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/fechado-por-pandemia-museu-capixaba-do-negro-so-reabre-em-2021-1120>.

MAES reabre na quinta-feira (3) recebendo até 10 pessoas por horário. **A Gazeta**, 28 nov. 2020aa. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/maes-reabre-na-quinta-feira-3-recebendo-ate-10-pessoas-por-horario-1120>.

ACOMPANHE em tempo real as informações sobre a paralisação nos ônibus do Transcol. **A Gazeta**, 04 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/acompanhe-em-tempo-real-as-informacoes-sobre-a-paralisacao-nos-onibus-do-transcol-0121>.

UM sábado de "não-carnaval" pelas ruas do Centro de Vitória. **A Gazeta**, 2021b. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/um-sabado-de-nao-carnaval-pelas-ruas-do-centro-de-vitoria-0221>.

FERIADO de carnaval no ES começa com festas clandestinas e aglomeração. **A Gazeta**, 13 fev. 2021c. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/feriado-de-carnaval-no-es-comeca-com-festas-clandestinas-e-aglomeracao-0221>.

MANIFESTANTES protestam contra medidas restritivas de combate à Covid-19 no ES. **A Gazeta**, 16 mar. 2021d. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/manifestantes-protestam-contra-medidas-restritivas-de-combate-a-covid-19-no-es-0321>.

FESTA da Penha 2021: acompanhe o trajeto da Romaria das Famílias. **A Gazeta**, 10 abr. 2021e. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/festa-da-penha-2021-acompanhe-o-trajeto-da-romaria-das-familias-0421>.

VÍDEO: projeção no ES leva arte às ruas e celebra manifestações artísticas brasileiras. **A Gazeta**, 23 abr. 2021f. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/projecao-no-centro-de-vitoria-celebra-manifestacoes-artisticas-brasileiras-0421>.

CRISE do coronavírus leva ES a ter pior março para vendas em 5 anos. **A Gazeta**, 07 mai. 2021g. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/crise-do-coronavirus-leva-es-a-ter-pior-marco-para-vendas-em-5-anos-0521>.

LOJAS de roupas se recuperam no ES e esperam impulso com Dia das Mães. **A Gazeta**, 08 mai. 2021h. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/lojas-de-roupas-se-recuperam-no-es-e-esperam-impulso-com-dia-das-maes-0521>.

RISCO alto: comércio, restaurantes e aulas voltam a ter restrições em Vitória. **A Gazeta**, 28 mai. 2021i. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/risco-alto-comercio-restaurantes-e-aulas-voltam-a-ter-restricoes-em-vitoria-0521>.

EM Vitória, Casa Porto das Artes reabre com exposição do acervo. **A Gazeta**, 19 mai. 2021j. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/em-vitoria-casa-porto-das-artes-reabre-com-exposicao-do-acervo-0521>.

FOTOS: Arte visual ocupa o foyer do Sônia Cabral, no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 26 mai. 2021k. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/renata-rasseli/fotos-arte-visual-ocupa-o-foyer-do-sonia-cabral-no-centro-de-vitoria-0521>.

FISCAIS encerram festas clandestinas e dispersam aglomerações em Vitória. **A Gazeta**, 30 mai. 2021l. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/fiscais-encerram-festas-clandestinas-e-dispersam-aglomeracoes-em-vitoria-0521>.

PRONUNCIAMENTO de Bolsonaro provoca panelaço em bairros da Grande Vitória. **A Gazeta**, 02 jun. 2021m. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/pronunciamento-de-bolsonaro-provoca-panelaco-em-bairros-da-grande-vitoria-0621>.

MUSEU Capixaba do Negro retoma atividades presenciais nesta semana. **A Gazeta**, 15 jun. 2021n. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/museu-capixaba-do-negro-retoma-atividades-presenciais-nesta-semana-0621>.

GALERIA abre exposição de pinturas e fotografias no Centro de Vitória. **A Gazeta**, 06 jul. 2021o. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/renata-rasseli/galeria-abre-exposicao-de-pinturas-e-fotografias-no-centro-de-vitoria-0721>.

ORQUESTRA Sinfônica retoma concertos para até 274 pessoas no ES. **A Gazeta**, 20 jul. 2021p. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/orquestra-sinfonica-retoma-concertos-para-ate-274-pessoas-no-es-0721>.

PARQUE Moscoso terá aulas gratuitas de dança de salão. **A Gazeta**, 14 jun. 2021q. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/parque-moscoso-tera-aulas-gratuitas-de-danca-de-salao-0621>.

ORQUESTRA de Mulheres do Espírito Santo grava live no terraço do Sesc Glória. **A Gazeta**, 28 jun. 2021r. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/orquestra-de-mulheres-do-espírito-santo-grava-live-no-terraço-do-sesc-gloria-0621>.

BIBLIOTECA pública de Vitória faz 80 anos com programação no YouTube. **A Gazeta**, 26 jul. 2021s. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/biblioteca-publica-de-vitoria-faz-80-anos-com-programacao-no-youtube-0721>.

ORQUESTRA A Trupe Barroca leva música escrita no século XVIII para a Catedral de Vitória. **A Gazeta**, 16 jul. 2021t. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/orquestra-a-trupe-barroca-leva-musica-escrita-no-seculo-xviii-para-a-catedral-de-vitoria-0721>.

PREFEITURA de Vitória manda retirar faixa "Fora Bolsonaro" de prédio. **A Gazeta**, 26 jul. 2021u. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/prefeitura-de-vitoria-manda-retirar-faixa-fora-bolsonaro-de-predio-0721>.

FAMILIARES de Milena Gottardi estendem cartazes em frente ao Fórum. **A Gazeta**, 23 ago. 2021v. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/familiares-de-milena-gottardi-estendem-cartazes-em-frente-ao-forum-0821>.

RODOVIÁRIOS fazem protesto pedindo retorno dos cobradores em Vitória. **A Gazeta**, 27 ago. 2021w. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/rodoviaros-fazem-protesto-pedindo-retorno-dos-cobradores-em-vitoria-0821>.

SINDICATO dos Rodoviários protesta pela volta de cobradores em Vitória. **A Gazeta**, 09 set. 2021x. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/sindicato-dos-rodoviaros-realiza-protesto-em-vitoria-0921>.

VITÓRIA ganha casa de shows de comédia inspirada em modelos de SP. **A Gazeta**, 21 jul. 2021y. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/renata-rasseli/vitoria-ganha-casa-de-shows-de-comedia-inspirada-em-modelos-de-sp-0721>.

FESTIVAL de Teatro de Vitória vai até 12 de novembro com mais de 30 peças. **A Gazeta**, 06 nov. 2021z. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/festival-de-teatro-de-vitoria-vai-ate-12-de-novembro-com-mais-de-30-pecas-1121>.

DIA do Samba: Vitória comemora a data com shows no Centro. **A Gazeta**, 30 nov. 2021aa. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/dia-do-samba-vitoria-comemora-a-data-com-shows-no-centro-1121>.

ÔNIBUS do Samba vai percorrer ruas de Vitória para comemorar a data. **A Gazeta**, 01 dez. 2021ab. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/onibus-do-samba-vai-percorrer-ruas-de-vitoria-para-comemorar-a-data-1221>.

CASAGRANDE: expectativa é liberar carnaval de rua no ES, mas é preciso risco muito baixo. **A Gazeta**, 15 dez. 2021ac. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/carnaval-no-es-governo-espera-risco-muito-baixo-para-liberar-festas-na-rua-1221>.

COBRADORES mudam de função e voltam como "recarregadores" do Cartão GV. **A Gazeta**, 02 fev. 2022a. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/cobradores-mudam-de-funcao-e-voltam-como-recarregadores-do-cartao-gv-0222>.

ES recomenda que cidades suspendam festas de carnaval e grandes shows. **A Gazeta**, 17 jan. 2022b. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/es-recomenda-que-cidades-suspendam-festas-de-carnaval-e-grandes-shows-0122>.

POPULAÇÃO de baixa renda terá atendimento médico gratuito em Vitória. **A Gazeta**, 13 jan. 2022c. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/populacao-de-baixa-renda-tera-atendimento-medico-gratuito-em-vitoria-0122>.

VITÓRIA terá unidade móvel para testes de Covid no Parque Moscoso. **A Gazeta**, 22 jan. 2022d. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/vitoria-tera-unidade-de-movel-para-testes-de-covid-no-parque-moscoso-0122>.

AMIGOS e familiares prestam homenagem a Lula Rocha em Vitória. **A Gazeta**, 11 fev. 2022e. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/amigos-e-familiares-prestam-homenagem-a-lula-rocha-em-vitoria-0221>.

VITÓRIA proíbe ambulantes e blocos de carnaval nas ruas por um mês. **A Gazeta**, 15 fev. 2022f. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/vitoria-proibe-ambulantes-e-blocos-de-carnaval-nas-ruas-por-um-mes-0222>.

PREFEITURA de Vitória decide adiar carnaval do Sambão do Povo para abril. **A Gazeta**, 21 jan. 2022g. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/prefeitura-de-vitoria-decide-adiar-carnaval-do-sambao-do-povo-para-abril-0122>.

CARNAVAL: fiscalizações acabam com festas irregulares na Grande Vitória. **A Gazeta**, 27 fev. 2022h. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/carnaval-fiscalizacoes-acabam-com-festas-irregulares-na-grande-vitoria-0222>.

BAILE Voador faz a festa no carnaval de Vitória 2022; veja fotos. **A Gazeta**, 28 fev. 2022i. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/renata-rasseli/baile-voador-faz-a-festa-no-carnaval-de-vitoria-2022-veja-fotos-0222>.

PM usa balas de borracha e gás de pimenta para dispersar foliões em Vitória. **A Gazeta**, 02 mar. 2022j. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/policia/pm-usa-balas-de-borracha-e-gas-de-pimenta-para-dispersar-folioes-em-vitoria-0322>.

TRADICIONAL 'Descida da Piedade' agita o Centro de Vitória; veja fotos. **A Gazeta**, 06 abr. 2022k. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/tradicional-descida-da-piedade-agita-o-centro-de-vitoria-veja-fotos-0422>.

FESTIVAL de Palhaçaria Capixaba acontece na Semana Santa. **A Gazeta**, 10 abr. 2022l. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/festival-de-palhacaria-capixaba-acontece-na-semana-santa-0422>.

MANIFESTANTES fazem ato pelo Dia do Trabalhador e contra Bolsonaro em Vitória. **A Gazeta**, 01 mai. 2022m. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/politica/manifestantes-fazem-ato-pelo-dia-do-trabalhador-e-contra-bolsonaro-em-vitoria-0522>.

APÓS solicitação de moradores do Centro autoridades prometem tomar medidas contra festas irregulares. **Centro de Vitória**, 04 mai. 2022. Disponível em: <https://centrodevitoria.com.br/apos-solicitacao-de-moradores-do-centro-autoridades-prometem-tomar-medidas-contra-festas-irregulares/noticias/>.

BRASIL registra 69 mortes por Covid em 24 h; média móvel de óbitos está em queda. **CNN Brasil**, 11 abr. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-registra-69-mortes-por-covid-em-24h-media-movel-de-obitos-esta-em-queda/>.

ROMARIA dos Homens: A maior e mais esperada da #FestadaPenha. **Convento da Penha**, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://conventodapenha.org.br/romaria-dos-homens-a-maior-e-mais-esperada-da-festadapenha/>.

CORONAVÍRUS: Veja a cronologia da propagação do vírus descoberto na China. **Correio Braziliense**, 29 jan. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2020/01/29/interna_mundo,824286/coronavirus-veja-a-cronologia-da-propagacao-do-virus-descoberto-na-ch.shtml.

FESTIVAL Baile Voador: BaianaSystem e Gilsons são atrações confirmadas. **ES360**, 29 nov. 2022. Disponível em: <https://es360.com.br/diversao/noticia/festival-baile-voador-baianasystem-e-gilsons-sao-atracoes-confirmadas/>.

VEJA quais países já começaram a vacinação contra a Covid-19. **Folha de São Paulo**, 28 dez. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/12/veja-quais-paises-ja-comecaram-a-vacinacao-contra-a-covid-19.shtml>.

CORRIDA das Luzes leva emoção e segurança para centenas de atletas. **Folha Vitória**, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/esportes/blogs/corridaderua/2020/11/28/corrída-das-luzes-leva-emocao-e-seguranca-para-centenas-de-atletas/>.

PANDEMIA agrava situação do comércio no Centro de Vitória, que sofre com o abandono. **Folha Vitória**, 30 abr. 2021a. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/folha-vitoria/pandemia-agrava-situacao-do-comercio-no-centro-de-vitoria-que-sofre-com-o-abandono-30042021>.

RUA de lazer de Vitória volta a funcionar no próximo domingo. **Folha Vitória**, 05 mai. 2021b. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/05/2021/rua-de-lazer-de-vitoria-volta-a-funcionar-no-proximo-domingo>.

ORGANIZADORES dos blocos de rua temem eventos clandestinos no carnaval de Vitória. **Folha Vitória**, 07 jan. 2022a. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/entretenimento/noticia/01/2022/organizadores-dos-blocos-de-rua-temem-eventos-clandestinos-no-carnaval-de-vitoria>.

CARNAVAL: após aglomeração no Centro e em bairros de Vitória, prefeitura aplica multa e apreende som. **Folha Vitória**, 01 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2022/carnaval-apos-aglomeracao-no-centro-e-em-bairros-de-vitoria-prefeitura-aplica-multa-e-apreende-som>.

VÍDEO | Bar no Centro de Vitória é multado por promover festas sem autorização. **Folha Vitória**, 01 mar. 2022c. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/03/2022/video-bar-no-centro-de-vitoria-e-multado-por-promover-festas-sem-autorizacao>.

INDÍGENAS do ES fazem protesto por direitos e preservação ambiental em Vitória. **Folha Vitória**, 18 abr. 2022d. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/04/2022/indigenas-do-es-fazem-protesto-por-direitos-e-preservacao-ambiental-em-vitoria>.

EM pronunciamento na TV, Bolsonaro promete vacina para toda a população até o fim do ano. **G1**, 02 jun. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/02/pronunciamento-bolsonaro.ghtml>.

CIDADES brasileiras registram panelaço contra Bolsonaro nesta quarta-feira. **G1**, 02 jun. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/02/cidades-brasileiras-registram-panelaco-contra-bolsonaro-nesta-quarta-feira.ghtml>.

ES tem caso de novo coronavírus confirmado, diz Ministério da Saúde. **G1 ES**, 05 mar. 2020a. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/03/05/es-tem-caso-de-novo-coronavirus-confirmado-diz-ministerio-da-saude.ghtml>.

MESMO com isolamento social, feiras livres da Grande Vitória ficam movimentadas. **G1 ES**, 06 abr. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/04/06/mesmo-com-recomendacao-de-distanciamento-social-feiras-livres-da-grande-vitoria-ficam-movimentadas.ghtml>.

VITÓRIA tem agendamento on-line para visitação da iluminação de Natal do Parque Moscoso. **G1 ES**, 15 dez. 2020b. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/12/15/vitoria-tem-agendamento-on-line-para-visitacao-da-iluminacao-de-natal-do-parque-moscoso.ghtml>.

TÉCNICA de enfermagem é a primeira pessoa a receber vacina contra a Covid-19 no Espírito Santo. **G1 ES**, 18 jan. 2021a. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/01/18/tecnica-de-enfermagem-e-a-primeira-pessoa-a-receber-vacina-contra-a-covid-19-no-espírito-santo.ghtml>.

GRANDE Vitória tem registros de aglomerações em bares e boates durante carnaval. **G1 ES**, 14 fev. 2021b. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/02/14/aglomeracoes-sao-registradas-em-bares-e-boates-da-grande-vitoria-durante-carnaval.ghtml>.

MORADORES registram aglomeração no Centro de Vitória. **G1 ES**, 14 mar. 2021c. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/03/14/moradores-registram-aglomeracao-no-centro-de-vitoria.ghtml>.

FILA em porta de sindicato gera aglomeração no Centro de Vitória. **G1 ES**, 05 abr. 2021d. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/04/05/fila-em-porta-de-sindicato-gera-aglomeracao-no-centro-de-vitoria.ghtml>.

EVENTO com aglomeração é interrompido por fiscalização em Vitória. **G1 ES**, 13 jun. 2021e. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/06/13/evento-com-aglomeracao-e-interrompido-por-fiscalizacao-da-prefeitura-em-vitoria.ghtml>.

POPULAÇÃO em situação de rua aumenta na Grande Vitória durante a pandemia. **G1 ES**, 03 jun. 2021f. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/06/03/populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-na-grande-vitoria-durante-a-pandemia.ghtml>.

CASO Milena Gottardi: ex-marido, ex-sogro e outros quatro réus são condenados por morte de médica. **G1 ES**, 30 ago. 2021g. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/08/30/caso-milena-gottardi-ex-marido-sogro-e-outros-quatros-reus-sao-condenados-por-morte-de-medica-no-es.ghtml>.

CASA do Turismo Capixaba abre as portas no Forte São João, antigo Saldanha da Gama. **G1 ES**, 08 set. 2021h. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/09/08/casa-do-turismo-capixaba-abre-as-portas-no-forte-sao-joao-antigo-saldanha-da-gama.ghtml>.

VITÓRIA vai vacinar contra a Covid-19 sem agendamento a partir desta terça-feira (16). **G1 ES**, 14 nov. 2021i. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/11/14/vitoria-vai-vacinar-contr-a-covid-19-sem-agendamento-a-partir-desta-terca-feira-16.ghtml>.

INGRESSOS para o carnaval de Vitória 2022 já estão à venda. **G1 ES**, 08 nov. 2021j. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/11/08/ingressos-para-o-carnaval-de-vitoria-2022-ja-estao-a-venda.ghtml>.

VITÓRIA cancela carnaval de rua e desfile de escolas será feito com exigência de comprovantes. **G1 ES**, 06 jan. 2022a. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/01/06/vitoria-cancela-carnaval-de-rua-desfile-de-escolas-de-samba-sera-realizado-com-exigencia-de-comprovante-de-vacinacao-e-teste-de-covid-19.ghtml>.

FESTA da Penha: Romaria dos Homens reúne mais de 800 mil pessoas no ES. **G1 ES**, 23 abr. 2022b. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/festa-da>

penha/2022/noticia/2022/04/23/festa-da-penha-romaria-dos-homens-deve-reunir-mais-de-800-mil-pessoas-no-es.ghtml.

INSTAGRAM AFRO KIZOMBA. Postagem de 24 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ccv1B0SP1oo/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

INSTAGRAM CASA 7. Postagem de 1 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVvUpZqFB-6/>. Acesso em: 18 dez. 2022.

INSTAGRAM CATEDRAL METROPOLITANA. Postagem de 1 de abril de 2022a. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cb1PoeML7bz/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTAGRAM CATEDRAL METROPOLITANA. Postagem de 10 de abril de 2022b. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CcMGQZVruWM/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTAGRAM CORRIDA DAS LUZES. Postagem de 16 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CHrBo49j5WX/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

INSTAGRAM CUT ESPÍRITO SANTO. Postagem de 30 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CFxu6urDqDE/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

INSTAGRAM GRITO DA CULTURA. Postagem de 21 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ccng64ILZih/>. Acesso em: 20 dez. 2022.

INSTAGRAM PELAS RUAS DE VIX. Postagem de 10 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CepX3onOVU7/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

INSTAGRAM PUTA BLOCO. Postagem de 13 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Cdgj8L7r5xo/>. Acesso em: 23 dez. 2022.

INSTAGRAM SEGUINDO A ESTRELA DE BELÉM. Postagem de 7 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CJwUPulAkpl/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ITALY made its own entertainment on coronavirus lockdown. **NBC News**, 21 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/italy-made-its-own-entertainment-coronavirus-lockdown-n1161711>.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Painel COVID-19**, 2021. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 21 dez. 2021.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Painel COVID-19**, 2022a. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/painel-covid-19-es>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Legislação**, 2022b. Disponível em: <https://coronavirus.es.gov.br/legislacao>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PARQUE Moscoso celebra 109 anos com programações educativas e culturais. **Prefeitura de Vitória**, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://m.vitoria.es.gov.br/noticia/parque-moscoso-celebra-109-anos-com-programacoes-educativas-e-culturais-42642>.

OBRAS nas ruas Sete e Gama Rosa vão criar o Polo Gastronômico do Centro. **Prefeitura de Vitória**, 21 jan. 2022a. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/obras-nas-ruas-sete-e-gama-rosa-va-criar-o-polo-gastronomico-do-centro-44519>.

PREFEITURA DE VITÓRIA. Vacinômetro. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/vacinometro>. Acesso em: 02 de ago. de 2022b.

REDE Centro realiza evento alusivo ao Mês da Mulher. **Prefeitura de Vitória**, 23 mar. 2022c. Disponível em: <https://www.vitoria.es.gov.br/noticia/assistencia-social-realiza-evento-alusivo-ao-mes-da-mulher-no-centro-da-capital-44861>.

ENFERMEIRA de SP é primeira pessoa vacinada contra covid-19 no Brasil. **R7**, 17 jan. 2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/enfermeira-de-sp-e-primeira-pessoa-vacinada-contra-covid-19-no-brasil-28062022>.

SARAU da Barão completa cinco anos de existência. **Século Diário**, 01 jul. 2020a. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/sarau-da-barao-completa-5-anos-de-existencia>.

ATO pede volta de Restaurante Popular em Vitória. **Século Diário**, 27 ago. 2020b. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/ato-pede-volta-de-restaurante-popular-em-vitoria>.

PRAÇA Costa Pereira será palco de manifestação contra a reforma Administrativa. **Século Diário**, 28 set. 2020c. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/praca-costa-pereira-sera-palco-de-manifestacao-contr-a-reforma-administrativa>.

NA pandemia, café-livraria dá lugar a Kombi Literária em Vitória. **Século Diário**, 20 dez. 2020d. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/na-pandemia-cafe-livraria-da-lugar-a-kombi-literaria-em-vitoria>.

FOLIA de Reis do Centro de Vitória, nas ruas e na internet. **Século Diário**, 05 jan. 2021a. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/folia-de-reis-do-centro-de-vitoria-nas-ruas-e-na-internet>.

TRABALHADORES dos Correios protestam contra privatização na praça Costa Pereira. **Século Diário**, 13 jul. 2021b. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/trabalhadores-dos-correios-protestam-contr-a-privatizacao-na-praca-costa-pereira>.

MOVIMENTOS sociais realizam 'faixaço' no Centro de Vitória neste sábado. **Século Diário**, 29 jul. 2021c. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/politica/movimentos-sociais-organizam-faixaco-no-centro-de-vitoria-no-proximo-sabado>.

ATO em Vitória marca mobilização nacional do Dia do Estudante. **Século Diário**, 11 ago. 2021d. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/educacao/vida-pao-vacina-e-educacao-estudantes-realizam-ato-simbolico-em-vitoria>.

PROFESSOR da Fafi não tem contrato renovado e alunos protestam em Vitória. **Século Diário**, 24 ago. 2021e. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/professor-da-fafi-nao-tem-contrato-renovado-e-alunos-protestam-no-centro-de-vitoria>.

DIA da Anistia em Vitória relembra capixabas desaparecidos na ditadura. **Século Diário**, 21 ago. 2021f. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/politica/dia-da-anistia-em-vitoria-relembra-capixabas-desaparecidos-na-ditadura-militar>.

COM críticas a Bolsonaro, Grito dos Excluídos leva reivindicações às ruas de Vitória. **Século Diário**, 07 set. 2021g. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/politica/grito-dos-excluidos-leva-reivindicacoes-dos-movimentos-populares-para-as-ruas-de-vitoria>.

MORTES e má alimentação nos presídios motivam ato na Costa Pereira. **Século Diário**, 26 set. 2021h. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/mal-alimentacao-e-assassinatos-nos-presidios-motivam-manifestacao-na-costa-pereira>.

VIGÍLIA 'ativista, artística e política' pede fim do feminicídio no Estado. **Século Diário**, 25 nov. 2021i. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/seguranca/vigilia-ativista-artistica-e-politica-pede-fim-do-feminicidio>.

'PERSEGUIRAM só o meu bar', diz proprietária multada no carnaval. **Século Diário**, 02 mar. 2022a. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/perseguiram-so-o-meu-bar-diz-proprietaria-multada-no-carnaval>.

'NÃO é dia de comemoração, é dia de luta', bradam mulheres no Centro de Vitória. **Século Diário**, 08 mar. 2022b. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/direitos/hoje-nao-e-dia-de-comemoracao-hoje-e-dia-de-luta-bradam-mulheres-no-centro-de-vitoria>.

ARTISTAS e produtores organizam novo Grito da Cultura em Vitória. **Século Diário**, 10 abr. 2022c. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/artistas-organizam-novo-grito-da-cultura-em-vitoria>.

BLOCO Afro Kizomba realiza descida da Rua Sete. **Século Diário**, 21 abr. 2022d. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cultura/bloco-afro-kizomba-realiza-descida-da-rua-sete>.

'NO Centro, a gente faz cultura sozinho', critica dona do tradicional bar da Zilda. **Século Diário**, 08 jun. 2022e. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/aqui-no-centro-a-gente-faz-a-cultura-sozinho-afirma-proprietaria-de-bar-em-vitoria-1>.

PROJETO convoca ato contra ataques a eventos no Centro de Vitória. **Século Diário**, 10 jun. 2022f. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/cidades/projeto-mobiliza-ato-contra-ataques-a-eventos-no-centro-de-vitoria>.

ARTISTAS capixabas se apresentam em formato virtual no Festival 'Fico em Casa ES' a partir deste sábado (28). **SECULT**, 26 mar. 2020. Disponível em: <https://secult.es.gov.br/Not%C3%ADcia/artistas-capixabas-se-apresentam-em-formato-virtual-no-festival-fico-em-casa-es-a-partir-deste-sabado-28>.

COMÉRCIO reage e 80 lojas são reabertas no Centro de Vitória. **Tribuna Online**, 01 out. 2021a. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/economia/comercio-reage-e-80-lojas-sao-reabertas-no-centro-de-vitoria-104125>.

MAIS camelôs buscam vaga no Centro de Vitória. **Tribuna Online**, 11 out. 2021b. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/cidades/mais-camelos-buscam-vaga-no-centro-de-vitoria-104645>.

VIA-SACRA pelos monumentos históricos do centro de Vitória. **Tribuna Online**, 01 abr. 2022. Disponível em: <https://tribunaonline.com.br/blog/religiao/via-sacra-pelos-monumentos-historicos-do-centro-de-vitoria-114074>.

TVE ESPÍRITO SANTO. Projeto Escadaria Viva traz música ao vivo para a Escadaria São Diogo, em Vitória. YouTube, 08 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O1iy7IX4kZE>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus. **UNASUS**, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>. Acesso em: 17 jun. 2021.

COVID: Brasil registra 2.082 novas mortes e se aproxima de 470 mil óbitos. **UOL**, 03 jun. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/06/03/covid-19-coronavirus-casos-mortes-03-de-junho.htm>.

OS países que já começaram a vacinar contra a Covid-19. **VEJA**, 01 nov. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/os-paises-que-ja-comecaram-a-vacinar-contra-a-covid-19/>.

YOUTUBE PRÓ-CENTRO. Imediações do Bar da Zilda | 14.05.2022. YouTube, 14 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/shorts/0zaeonGEp0M>>. Acesso em: 23 dez. 2022.

Legislação

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4593-R, de 13 de março de 2020**. Vitória, 2020a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4597-R, de 16 de março de 2020**. Vitória, 2020b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4599-R, de 17 de março de 2020**. Vitória, 2020c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4600-R, de 18 de março de 2020**. Vitória, 2020d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4604-R, de 19 de março de 2020**. Vitória, 2020e.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4605-R, de 20 de março de 2020**. Vitória, 2020f.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4601-R, de 18 de março de 2020**. Vitória, 2020g.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4629-R, de 15 de abril de 2020**. Vitória, 2020h.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4616-R, de 30 de março de 2020**. Vitória, 2020i.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 058-R, de 03 de abril de 2020**. Vitória, 2020j.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 062-R, de 08 de abril de 2020**. Vitória, 2020k.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4632-R, de 16 de abril de 2020.** Vitória, 2020l.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4621-R, de 02 de abril de 2020.** Vitória, 2020m.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4625-R, de 04 de abril de 2020.** Vitória, 2020n.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4626-R, de 11 de abril de 2020.** Vitória, 2020o.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4635-R, de 17 de abril de 2020.** Vitória, 2020p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4607-R, de 22 de março de 2020.** Vitória, 2020q.

ESPÍRITO SANTO (Estado) **Decreto nº 4635-R, de 17 de abril de 2020.** Vitória, 2020r.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4644-R, de 30 de abril de 2020.** Vitória, 2020s.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4659-R, de 30 de maio de 2020.** Vitória, 2020t.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4683-R, de 30 de junho de 2020.** Vitória, 2020u.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4703-R, de 31 de julho de 2020.** Vitória, 2020v.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4721-R, de 29 de agosto de 2020.** Vitória, 2020w.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 0446-S, de 02 de abril de 2020.** Vitória, 2020x.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020.** Vitória, 2020y.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 068-R, de 19 de abril de 2020**. Vitória, 2020z.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 078-R, de 02 de maio de 2020**. Vitória, 2020aa.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4648-R, de 08 de maio de 2020**. Vitória, 2020ab.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 100-R, de 30 de maio de 2020**. Vitória, 2020ac.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4690-R, de 18 de julho de 2020**. Vitória, 2020ad.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 142-R, de 18 de julho de 2020**. Vitória, 2020ae.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4682-R, de 24 de junho de 2020**. Vitória, 2020af.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 116-R, de 24 de junho de 2020**. Vitória, 2020ag.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4696-R, de 25 de julho de 2020**. Vitória, 2020ah.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 156-R, de 07 de agosto de 2020**. Vitória, 2020ai.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 11.135, de 02 de junho de 2020**. Vitória, 2020aj.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4679-R, de 18 de junho 2020**. Vitória, 2020ak.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 11.144, de 23 de junho de 2020**. Vitória, 2020al.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Lei Estadual nº 11.151, de 20 de julho de 2020**. Vitória, 2020am.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4697-R, de 25 de julho de 2020**. Vitória, 2020an.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 148-R, de 25 de julho de 2020**. Vitória, 2020ao.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 171-R, de 29 de agosto de 2020**. Vitória, 2020ap.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4721-R, de 29 de agosto de 2020**. Vitória, 2020aq.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 173-R, de 29 de agosto de 2020**. Vitória, 2020ar.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4736-R, de 19 de setembro de 2020**. Vitória, 2020as.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 186-R, de 19 de setembro de 2020**. Vitória, 2020at.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4740-R, de 29 de setembro de 2020**. Vitória, 2020au.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 02-R, de 29 de setembro de 2020**. Vitória, 2020av.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 208-R, de 17 de outubro de 2020**. Vitória, 2020aw.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 226-R, de 21 de novembro de 2020**. Vitória, 2020ax.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 233-R, de 25 de novembro de 2020**. Vitória, 2020ay.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 251-R, de 12 de dezembro de 2020**. Vitória, 2020az.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Plano Operacional da Estratégia de Vacinação contra a Covid-19 no Espírito Santo**. Vitória, 2021a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 013-R, de 23 de janeiro de 2021**. Vitória, 2021b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4838-R, de 17 de março de 2021**. Vitória, 2021c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4848-R, de 26 de março de 2021**. Vitória, 2021d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4859-R, de 03 de abril de 2021**. Vitória, 2021e.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4874-R, de 24 de abril de 2021**. Vitória, 2021f.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4886-R, de 15 de maio de 2021**. Vitória, 2021g.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4866-R, de 10 de abril de 2021**. Vitória, 2021h.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 066-R, de 03 de abril de 2021**. Vitória, 2021i.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 02-R, de 17 de abril de 2021**. Vitória, 2021j.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 03-R, de 08 de maio de 2021**. Vitória, 2021k.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 083-R, de 24 de abril de 2021**. Vitória, 2021l.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 100-R, de 15 de maio de 2021**. Vitória, 2021m.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 089-R, de 01 de maio de 2021**. Vitória, 2021n.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 110-R, de 05 de junho de 2021**. Vitória, 2021o.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 04-R, de 08 de maio de 2021**. Vitória, 2021p.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4905-R, de 12 de junho de 2021**. Vitória, 2021q.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 144-R, de 21 de julho de 2021**. Vitória, 2021r.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 177-R, de 10 de setembro de 2021**. Vitória, 2021s.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 06-R, de 21 de julho de 2021**. Vitória, 2021t.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 07-R, de 06 de outubro de 2021**. Vitória, 2021u.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 08-R, de 19 de outubro de 2021**. Vitória, 2021v.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 4994-R, de 23 de outubro de 2021**. Vitória, 2021w.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 211-R, de 23 de outubro de 2021**. Vitória, 2021x.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 210-R, de 23 de outubro de 2021**. Vitória, 2021y.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 220-R, de 12 de novembro de 2021**. Vitória, 2021z.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde/Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 09-R, de 23 de novembro de 2021**. Vitória, 2021aa.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 267-R, de 30 de dezembro de 2021**. Vitória, 2021ab.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 008-R, de 15 de janeiro de 2022**. Vitória, 2022a.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 020-R, de 28 de janeiro de 2022**. Vitória, 2022b.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 039-R, de 11 de março de 2022**. Vitória, 2022c.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 049-R, de 23 de março de 2022**. Vitória, 2022d.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Secretaria de Estado da Saúde. **Portaria nº 056-R, de 01 de abril de 2022**. Vitória, 2022e.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Decreto nº 5125-R, de 06 de abril de 2022**. Vitória, 2022f.

APÊNDICE A – CLASSIFICAÇÕES DE RISCO EM VITÓRIA

Número	Data da portaria	Risco	Portaria SESA N°	Número	Data da portaria	Risco	Portaria SESA N°
1	19/04/2020	Alto	068-R	41	23/01/2021	Baixo	014-R
2	25/04/2020	Alto	070-R	42	30/01/2021	Moderado	017-R
3	02/05/2020	Alto	078-R	43	06/02/2021	Moderado	019-R
4	09/05/2020	Alto	080-R	44	13/02/2021	Moderado	030-R
5	15/05/2020	Alto	086-R	45	20/02/2021	Moderado	031-R
6	23/05/2020	Alto	092-R	46	27/02/2021	Moderado	036-R
7	30/05/2020	Alto	101-R	47	06/03/2021	Moderado	041-R
8	06/06/2020	Alto	103-R	48	13/03/2021	Moderado	043-R
9	13/06/2020	Alto	106-R			Extremo	Suspensão
10	20/06/2020	Alto	111-R			Extremo	Suspensão
11	27/06/2020	Alto	118-R	49	03/04/2021	Extremo	065-R
12	04/07/2020	Alto	129-R	50	10/04/2021	Extremo	072-R
13	11/07/2020	Alto	135-R	51	17/04/2021	Extremo	078-R
14	18/07/2020	Moderado	141-R	52	24/04/2021	Alto	082-R
15	25/07/2020	Moderado	147-R	53	01/05/2021	Alto	088-R
16	01/08/2020	Moderado	154-R	54	08/05/2021	Alto	093-R
17	08/08/2020	Moderado	157-R	55	15/05/2021	Moderado	099-R
18	15/08/2020	Moderado	164-R	56	22/05/2021	Moderado	105-R
19	22/08/2020	Moderado	167-R	57	29/05/2021	Alto	107-R
20	29/08/2020	Moderado	172-R	58	05/06/2021	Moderado	109-R
21	05/09/2020	Baixo	175-R	59	12/06/2021	Moderado	115-R
22	12/09/2020	Baixo	180-R	60	19/06/2021	Moderado	121-R
23	19/09/2020	Baixo	187-R	61	26/06/2021	Baixo	125-R
24	26/09/2020	Baixo	193-R	62	03/07/2021	Baixo	131-R
25	03/10/2020	Baixo	200-R	63	10/07/2021	Baixo	136-R
26	10/10/2020	Baixo	205-R	64	17/07/2021	Baixo	142-R
27	17/10/2020	Baixo	207-R	65	23/07/2021	Baixo	145-R
28	24/10/2020	Baixo	211-R	66	30/07/2021	Baixo	152-R
29	30/10/2020	Baixo		67	07/08/2021	Baixo	157-R
30	07/11/2020	Baixo	215-R	68	13/08/2021	Baixo	159-R
31	14/11/2020	Baixo	220-R	69	20/08/2021	Baixo	165-R
32	21/11/2020	Moderado	225-R	70	27/08/2021	Baixo	167-R
33	28/11/2020	Moderado	236-R	71	03/09/2021	Baixo	174-R
34	05/12/2020	Moderado	242-R	72	10/09/2021	Baixo	176-R
35	12/12/2020	Moderado	250-R	73	17/09/2021	Baixo	184-R
36	19/12/2020	Moderado	256-R	74	24/09/2021	Baixo	189-R
37	26/12/2020	Moderado	265-R	75	01/10/2021	Baixo	194-R
38	02/01/2021	Moderado	001-R	76	08/10/2021	Baixo	199-R
39	09/01/2021	Moderado	002-R	77	15/10/2021	Baixo	204-R
40	16/01/2021	Moderado	006-R	78	23/10/2021	Baixo	209-R

79	29/10/2021	Baixo	213-R	91	21/01/2022	Baixo	015-R
80	05/11/2021	Baixo	217-R	92	28/01/2022	Baixo	019-R
81	12/11/2021	Baixo	221-R	93	04/02/2022	Moderado	025-R
82	19/11/2021	Baixo	223-R	94	11/02/2022	Moderado	027-R
83	26/11/2021	Baixo	227-R	95	18/02/2022	Moderado	029-R
84	03/12/2021	Baixo	232-R	96	25/02/2022	Moderado	031-R
85	10/12/2021	Baixo	239-R	97	04/03/2022	Baixo	032-R
86	17/12/2021	Baixo	247-R	98	11/03/2022	Baixo	040-R
87	24/12/2021	Baixo	263-R	99	18/03/2022	Baixo	047-R
88	31/12/2021	Baixo	266-R	100	25/03/2022	Baixo	051-R
89	07/01/2022	Baixo	004-R	101	01/04/2022	Baixo	055-R
90	15/01/2022	Baixo	009-R				